

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
UNIOESTE/CAMPUS DE TOLEDO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - MESTRADO**

**PRÁTICAS DE APROPRIAÇÃO E ORDENAMENTO ESPACIAL DOS ILHÉUS DA
PARTE BAIXA DO PARQUE NACIONAL DE ILHA GRANDE**

MARCELO PEREIRA PAINELLI

**TOLEDO – PR
2018**

MARCELO PEREIRA PAINELLI

**PRÁTICAS DE APROPRIAÇÃO E ORDENAMENTO ESPACIAL DOS ILHÉUS DA
PARTE BAIXA DO PARQUE NACIONAL DE ILHA GRANDE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais, do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Toledo, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais.

Prof. Orientador Dr. Eric Gustavo Cardin

**TOLEDO – PR
2018**

**Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE/Campus de Toledo.**

Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel – CRB – 9/924

P147p Painelli, Marcelo Pereira
Práticas de apropriação e ordenamento espacial dos ilhéus da parte
baixa do Parque Nacional de Ilha Grande / Marcelo Pereira
Painelli.-- Toledo, PR : [s. n.], 2017.
114 f. : il. (algumas color.), figs., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Eric Gustavo Cardin
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade
Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Toledo. Centro de
Ciências Sociais e Humanas.

1. Ciências sociais - Dissertação 2. Territorialidade humana 3.
Geografia humana 4. Parque Nacional de Ilha Grande (PR) 5. Posse
da terra I. Cardin, Eric Gustavo, orient. II. T

CDD 20. ed. 304.23

MARCELO PEREIRA PAINELLI

**PRÁTICAS DE APROPRIAÇÃO E ORDENAMENTO ESPACIAL DOS ILHÉUS DA
PARTE BAIXA DO PARQUE NACIONAL DE ILHA GRANDE**

Dissertação apresentada como requisito parcial
ao Título de Mestre em Ciências Sociais, da
Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Toledo, 19 de / março / de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientador Dr. Eric Gustavo Cardin – UNIOESTE

Prof. Dr. Sílvio Antônio Colognese – UNIOESTE

Prof. Dra. Cíntia Fiorotti Lima – SEED

DEDICATÓRIA

*A todos os ilhéus que participaram desta pesquisa!
Ao meu pai, Luiz Mauro Painelli!
Ao meu filho, Pedro Marcelo Painelli!*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a força Universal, ao “Motor Imóvel” (ARISTÓTELES, 384 - 322 a.C.).

Na relutância dos dias, nos passos curtos, mas firmes, construí as páginas desta dissertação. No entanto, vale lembrar que não as fiz sozinho! Movimentou-se um conjunto de forças, de intenções e embates que puderam de alguma forma garantir tal feito. Por isso, agradeço o empenho dos gestores da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, pela realização do convênio com o Mestrado em Ciências Sociais, visando a capacitação do seu quadro de servidores, o qual faço parte!

Agradeço, os servidores do Setor de Segurança e Transporte, e todo o quadro administrativo do *campus* de Toledo que, de alguma forma, contribuiu para a minha formação!

Agradeço o Diretor da Unioeste, *campus* de Toledo, Prof. Remi Schorn, que não mediu esforços em ajudar com os pedidos de licenças, bem como, os dias que no infortúnio de minhas angústias, me recebeu em sua sala para troca de experiências acadêmicas, contribuindo irrestritamente à minha formação!

Agradeço aos colegas de Mestrado, membros efetivos do corpo administrativo desta universidade. Quão enriquecedor foi tê-los ao meu lado, trazendo as experiências de vida e trabalho! Agradeço a Lauro Ramos e sua esposa, que me ajudaram com a coleta de dados juntos aos ilhéus em Guaíra.

Agradeço aos meus familiares, destacando meu pai, Luiz Mauro Painelli, minha mãe, Vanilda Alves Pereira Painelli. Agradeço ao meu filho, Pedro Marcelo Painelli, que mesmo não entendendo o processo o qual eu estava passando, com seu olhar e suas perguntas desconcertantes, ajudou-me a não desanimar.

Por fim, agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Eric Gustavo Cardin. Quando tudo parecia perdido, quando o nexo se distanciava das páginas dissertativas, apresentava um apontamento e como num passe de mágica e alguns dias de trabalho, as ideias faziam-se brotar nas dozes diárias de escrita.

Por fim, agradeço ao meu nobre amigo Hubert Milanês Pessoa, pelos dias de amizade e pelas longas conversas sobre nossa paixão em comum: o conhecimento das Humanas em todas as suas dimensões.

Celebro o fim de um processo que para mim marca uma nova etapa de vida, novos desafios e embates. Por isso, agradeço a todos aqueles que me ajudaram a passar por esta ponte, escalar

esse rochedo, e chegar no mar de novas possibilidades. Atenho-me em dizer as últimas palavras afirmando que errei muito no processo de pesquisa, mas foram, com esses erros, que me tornei mais apaixonado pela pesquisa em Ciências Sociais.

PAINELLI, Marcelo Pereira. **Práticas de apropriação e ordenamento espacial dos ilhéus da parte baixa do Parque Nacional de Ilha Grande**. 2017. Dissertação (Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus Toledo*.

RESUMO

O estudo proposto explora as práticas de apropriação ilhéu no território do Parque Nacional de Ilha Grande – PNIG. Com a formação do Estado moderno, a estruturação e as formas de uso do espaço passam a serem gestados e impostas pelos tecnocratas urbanistas, manifestando a verticalização no uso do poder pelo Estado/capital. No entanto, por mais que Estado projete sobre as ilhas suas formas valorativas, impostas e planificadoras, na demarcação de um território geopolítico, o território do parque, surge, por outro lado, outra forma de apropriação do espaço das ilhas, construída por um sujeito, muitas vezes, excluído, à margem do ordenamento social, que precisa, de alguma forma, reproduzir sua vida dentro do modo de produção capitalista. O ilhéu se apropria das ilhas, dos espaços concebidos de modo a criar um mundo diferencial, o mundo do possível pelas objetivações e combinações feitas no local. Pela apropriação, o ilhéu cria um outro território, um território forjado pelo vivido que se choca com o território jurídico do parque. Todavia, as contradições entre apropriação ilhéu, das ilhas do território do PNIG, além de mostrar como se dá a organização social naquele local, revela as contradições das formulações do espaço pelo Estado. Contudo, por mais que Estado force a desterritorialização da vida social nas ilhas pela imposição de um espaço concebido, o ilhéu, pelos arranjos que faz no território forjado pela apropriação, reterritorializa o espaço objetivando uma forma de vida pela lógica do possível.

Palavras-chave: Território, apropriação e ilhéus.

PAINELLI, Marcelo Pereira. **Práticas de apropriação e ordenamento espacial dos ilhéus da parte baixa do Parque Nacional de Ilha Grande**. 2017. Dissertação (Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus Toledo*.

ABSTRACT

The proposed study explores the practices of islet appropriation in the territory of the National Park of Ilha Grande - PNIG. With the formation of the modern state, the structuring and the forms of use of the space are started to be developed and imposed by the urbanist technocrats, manifesting the verticalization in the use of power by the state / capital. However, no matter how much the state projects its valuative, imposed and planning forms on the demarcation of a geopolitical territory, the territory of the park, on the other hand, another form of appropriation of the space of the islands, constructed by a subject, often excluded, on the margins of social order, which in some way needs to reproduce his life within the capitalist mode of production. The islander appropriates the islands, the spaces designed to create a differential world, the world of the possible by the objectifications and combinations made in the place. Then, by appropriation, the islander creates another territory, a territory forged by the lived that collides with the legal territory of the park. However, the contradictions between the island's appropriation of the islands in the PNIG territory, besides showing how social organization takes place there, reveals the contradictions of the formulations of space by the State. However, however much the state forces the deterritorialization of social life in the islands by the imposition of a conceived space, the islander, by the arrangements he makes in the territory forged by appropriation, reterritorializes the space aiming at a way of life by the logic of the possible

Keyword: Territory, appropriation and islets

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização do Parque Nacional de Ilha Grande.....	26
Figura 2. Início do Parque Nacional de Ilha Grande próximo a cidade de Guaíra.....	27
Figura 3. Recorte territorial no Parque Nacional de Ilha Grande no local da pesquisa.....	29
Figura 4. Localização das ilhas da parte baixa do Parque Nacional de Ilha Grande.....	31
Figura 5. Área de abrangência dos Municípios no Parque Nacional de Ilha Grande.....	43
Figura 6. Unidade de conservação do Parque Nacional de Ilha Grande	44
Figura 7. Reduções Jesuíticas e povoados espanhóis.....	51
Figura 8. Mapa atual do Oeste do Paraná.....	55
Figura 9: Tacho para cozimento do fubá.....	84
Figura 10. Barraco de pesca na Ilha Nardim.	89
Figura 11: Centro Náutico Marinas de Guaíra.	92
Figura 12: Pescadores turistas próximo a Ponte Ayrton Senna.....	93
Figura 13: Foto interna do barraco de pescador na Ilha Nardin.	96
Figura 14. Foto de um roçado no Norte da Ilha Peruzzi.	100
Figura 15: Apiário construído na Ilha Grande.....	108

LISTA DE QADROS E TABELAS

Tabela 1 – Evolução populacional em algumas cidades do Paraná.....	33
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. ESPAÇO, TERRITORIALIDADE E AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DO PARQUE	16
1.1 Observações preliminares: o ver e o ouvir no campo de pesquisa.	16
1.2 Teoria do espaço	34
1.3 A desterritorialização ilhéu com a formação do Parque Nacional de Ilha Grande.....	39
2. A HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO	47
2.1 A espacialização e apropriação da região do Parque Nacional de Ilha Grande até 1940.....	48
2.2 Apropriação das ilhas de 1940 a 1997	58
3. O SUJEITO ILHÉU	74
3.1 As tipologias.....	77
3.2 O roçado	98
3.3 A produção de mel	105
3.4 Aspectos ontológicos da produção da vida nas ilhas.	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
OBRAS CITADAS	125

INTRODUÇÃO

O problema que move esta pesquisa compreende a apropriação ilhéu no território do Parque Nacional de Ilha Grande - PNIG. De um lado o ilhéu se apropria de um espaço articulando elementos culturais, políticos e econômicos, movido pela necessidade de reprodução de uma forma de vida forjada de baixo para cima, e, do outro, o Estado, que pelo território do PNIG, projeta sobre o espaço uma imposição ordenativa e estruturante. No entanto, a lógica assumida na construção do território do parque ou, na apropriação ilhéu do território do parque, cada prática, desdobra-se em um conjunto de elementos que se diferenciam pelas formas de manifestação do uso do poder, nas relações econômicas e políticas, criando entre os ilhéus e o estado, tensões sociais que nos ajudam a entender o uso do espaço na modernidade.

No processo de ocupação das ilhas, há alguns elementos que tencionam uma desconstrução das lógicas de dominação assumidas e impostas pelo Estado moderno. Por exemplo, o ilhéu, pela apropriação, passa a transgredir o legal, o tido como certo, forjando uma via que explica, que, por mais que Estado moderno tenta metrificar a vida nos espaços que concebe o vivido se impõe para além do Estado, montado arranjos de sobrevivência que passam pelo plano horizontal, o plano do possível.

A partir da construção do problema de pesquisa identificou dois pontos de partida que serão verificadas no desdobramento do trabalho dissertativo. O primeiro pressuposto, que converge as leituras teóricas aos trabalhos preliminares de campo, se refere, especificamente, ao movimento de apropriação ilhéu do território geopolítico do parque, que cria um lugar diferente do que é concebido juridicamente pelo Estado. A apropriação ilhéu adentra uma lógica que corresponde a lógica do possível, do vivido, ao mesmo tempo que apresenta as contradições de uso do espaço pelo Estado. A apropriação ilhéu cria fronteiras, constrói identidades ou identidade, ao mesmo tempo que ergue um muro simbólico separando o de dentro, o ilhéu, do de fora, o não ilhéu.

A apropriação ilhéu, forjada pelo transito no ilegal, a margem, assume duas dimensões. De um lado, a dimensão simbólica de marcar as diferenças pelos diferentes usos e formas de organizações do espaço, e de outro, a dimensão geográfica, que traça uma linha, mesmo que imaginário, objetivando uma divisa entre as formas de uso do espaço pelo Estado em relação a produção do espaço que se funda a partir do vivido. A lógica de apropriação ilhéu assume uma forma própria na medida que rompe com as fronteiras do território do parque, ao mesmo tempo que projeta no espaço ocupado um território diferencial, mostrando que o *vivido* (LEFBVRE, 2000) vai além do projetado pelo Estado, da fabricação e usos dos espaços. Por isso, em grande

medida, a apropriação ilhéu cria outro território, com operacionalidade diferente do território do parque, que, a apropriação ilhéu, pela uso e articulações sociais que constrói nos espaços das ilhas, formula um território ilhéu muito específico.

A segunda conjectura remete, que, tanto o território ilhéu, como o sujeito ilhéu, se funda pelas formas trabalho objetivadas nas ilhas. Os ilhéus fazem arranjos, na lida com a terra, com a pesca e pelo turismo, combinando formas de trabalho trazidas do continente no território que formulou nas ilhas, para, de alguma forma, sobreviver no espaço apropriado.

As subjetivações individuais compostas pela genericidade humana – ou seja, a soma do trabalho, da cultura, da ciência e da arte, etc, acumulada pelo indivíduo - no contanto com a natureza bruta das ilhas, forçou uma objetivação, ou uma *práxis* muito singular para a reprodução da vida no local. Por isso, o ilhéu, categorizando o resultado do seu trabalho passa a produzir nas ilhas, um produto e não uma mercadoria.

Isso implica, em grande medida, que o ilhéu pelo modo de vida assumida nas ilhas nega a *teleologia* imposta pelo modo de produção capitalista, de que o trabalho, inevitavelmente, gera uma mercadoria com valor de troca. Para o ilhéu, o resultado do seu trabalho produz um produto, e seu valor remete ao uso, para satisfazer as necessidades de reprodução da vida nas ilhas. Por isso, ao mesmo tempo em que esta forma de trabalho funda o sujeito ilhéu, funda uma forma de vida que se choca com território planejado do parque, e, conseqüentemente com os interesses do Estado projetados sobre o local, apresentando, por este viés, as contradições do Estado/capital.

Para esta pesquisa, partimos do pressuposto que o ilhéu é um sujeito que se formou a partir da sua referencialidade ou herança cultural do local ou regional, lançou mão do método regressivo-progressivo construído por Henri Lefebvre (1974). Foi preciso olhar para a historicidade ilhéu, as articulações construídas desde o desbravamento da mata densa pelos colonizadores, as primeiras economias entorno das ilhas, para entender as configurações do sujeito ilhéu no presente, bem como, o sujeito possível que se formou a partir do vivido. Com o método adotado o olhar passa a ser construído pelos movimentos de idas ao passado, – pelo regressivo - ao mesmo tempo, mensurando elementos que ajudem a visualizar os traços culturais, econômicos e políticos, trazidos do continente as ilhas. Esse olhar histórico ajuda a pinçar elementos particulares, ou por demais nebulosos, que, sem o qual, não seria possível fazer uma leitura profunda da vida ilhéu. Não se pode descartar a importância social dos momentos históricos pelos quais passaram a região, para visualizar com clareza a composição do sujeito ilhéu.

Para alcançar o objetivo proposto, o de fazer uma leitura da sociabilidade ilhéu pela dimensão material e simbólica que o espaço das ilhas incorpora, dividiu-se a dissertação em três partes. Para o primeiro capítulo, foi construído uma releitura teórica dos conceitos de *território e espaço*, bem como, a apresentação da dimensão política de formação do PNIG. Na releitura das concepções e operacionalizações dos parques adotadas no Brasil, pode-se visualizar que arquitetou um modelo jurídico de modo a restringir a vida tradicional dos ribeirinhos e ilhéus projetando sobre o local, uma forma de uso, que assegura, tão somente, a pesquisa o turismo, quando muito a pesca artesanal.

No segundo capítulo, diante das relações contraditórias e conflituosas entre trabalho e capital, destaco a história de ocupação da região do PNIG. Neste sentido, demonstro as sobreposições de territórios a partir do confronto entre grupos imigrantes com grupos locais. Por isso, após as explorações horizontais, na descrição do visível, lança-se sobre o território ilhéu um olhar vertical, profundo, na medida que possibilite a captação de elementos sociais importantes formadores do sujeito ilhéus. Torna-se, então, conclusivo dizer que as observações históricas dentro do contexto regional, mostram que a realidade das ilhas é uma sobreposição de territórios, no processo de territorialidade e desterritorialidade como resultado das mais variadas tensões entre o econômico e o político.

No terceiro capítulo, o olhar volta-se ao sujeito ilhéu, utilizando-se do processo de construção de tipologias como ferramenta metodológica. Por meio das observações feitas em campo, pinçando características dos ilhéus e daqueles grupos que compõem a vida nas ilhas, racionalizou essas características, elegeu pontos para explicação, montando “sujeitos utópicos” que, ao mesmo tempo, não refletem a realidade em si, mas ajudam a realizar comparações das práxis social no território de estudo. Com o tipo ideal sociologicamente construído, a realidade ilhéu passa a ser mensurada e comparada. Por fim, a discussão é direcionada para a práxis do vivido nas ilhas, destacando a dimensão material que o espaço incorpora.

Vale ressaltar que as técnicas de pesquisa resumir-se-ão em observações de campo com anotações de seu desenrolar em um diário, entrevista semiestruturada e fotografia. Ainda, visitas aos órgãos ambientais, levantamento de documentos históricos, principalmente mapas do território de estudo e consulta a bibliografia teórica.

1. ESPAÇO, TERRITORIALIDADE E AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DO PARQUE.

1.1 Observações preliminares: o ver e ouvir no campo da pesquisa.

O meu interesse em estudar os habitantes de parte das ilhas localizadas no Rio Paraná surgiu de maneira inesperada. Residindo próximo de um apaixonado por pesca esportiva, constantemente eu era convidado a conhecer as ilhas, que eram sempre apresentadas como um “paraíso” para a pesca e para o descanso. Em dezembro de 2014, novamente recebi o convite, que coincidiu com as minhas férias. Assim, mais que depressa, aceitei a proposta e embarquei ao “desconhecido”. Saímos de manhã e percorremos cerca de 110 quilômetros. Passamos pelas cidades de Quatro Pontes, Marechal Cândido Rondon e Mercedes. Gastamos, aproximadamente, entre abastecer o carro na estrada e uma parada para o lanche, uma hora e meia até a cidade de Guaíra/Paraná, onde realizamos as compras de mantimentos para os dias em que ficaríamos na Ilha Peruzzi.

Do centro da cidade de Guaíra, andamos mais um pouco, não mais que oito quilômetros, e, ao lado de uma grande mineradora de areia, especificamente no Porto de Areia, estacionamos em um local onde o carro poderia pernoitar. O local possui um amplo espaço com calçamento irregular, uma casa de madeira e uma rampa com inclinação de aproximadamente 45° para o Rio Paraná. Esta rampa é conhecida entre os ilhéus e pescadores com o nome de atracador, ou rampa de barcos, porque possibilita o descarrego das embarcações às águas do rio. Isto é feito por meio de uma manobra perigosa, e quem toma a frente na realização deste serviço é o caseiro do porto, tão logo o pescador deixe a direção do seu carro. É preciso descer *de ré* com a embarcação acoplada ao carro, adentrando o automóvel ao rio até que o barco esteja livre sobre as águas, solto de seu reboque. Como observado, muitos motoristas não se arriscam em fazer o serviço com medo de dimensionar de forma incorreta o automóvel na rampa e o carro ser levado pelas águas fortes do Rio Paraná. Observou-se que, para este serviço, é cobrada uma taxa, bem como a pernoite do automóvel no estacionamento do porto para cada dia em que o carro ali permanece. A cobrança não ocorre de forma explícita, nem mesmo é dado um recibo de pagamento: o caseiro não vai até os pescadores e verbaliza a cobrança, fica esperando ser chamado para o recebimento do montante referente à guarda do carro, montante este que é indefinido, ficando a critério pescador. O que se verificou, muitas vezes, é que se dava R\$20,00 para cada pernoite, o que compreende a 24h de estadia. Contudo, o pescador turista sabe que não pode ser quantias ínfimas ou mesmo grandes montantes, elevando demais o custo da sua pesca. O porto é usado por pescadores profissionais e ilhéus.

Diante do observado, conclui que o Porto de Areia possui ao menos duas naturezas: uma pública e outra privada. De certo modo, mesmo com o caseiro, que ali permanece 24h sob a guarda do local, o porto não deixa de ser livre a todos. Não precisa fazer qualquer tipo de comunicado ou pedir permissão para adentrar ao porto, dando-lhe, assim, um caráter público. O portão fica aberto o dia todo sem controle de fluxo, observando que tarde da noite é fechado, dificultando possíveis furtos a pertences dos que usam o local. Por outro lado, a apropriação do porto se dá de forma privada, porque àqueles que dele usam para sua pescaria fica entendida a necessidade de retribuição ao caseiro. Isto não é feito de forma explícita. Observou-se, em nossa chegada, que o caseiro se posiciona ao lado do carro, conversando com o motorista, informando sobre o rio e as condições de pesca para aquele dia e/ou semana, e se mostra numa atitude de ajuda a qualquer serviço que lhe seja solicitado, inclusive para levar a embarcação ao rio. O mesmo aconteceu na saída, no retorno para a casa, quando *apoitamos* o barco e soltamos as cordas para amarrá-lo ao atracador, o caseiro já estava ali, prontificando-se para tirar a embarcação da água. É possível entender que, deste modo, tem-se uma apropriação de natureza privada do porto, caracterizada pela cobrança dos serviços prestados e pelo cuidado do automóvel que ali permaneceu por várias noites.

Não se sabe como, ou em que época, este porto foi aberto. Há relatos de que foi uma apropriação indevida, de modo que foi retirada a vegetação nativa a beira do rio e construída uma rampa com recursos próprios daquele que o fez. Com o passar do tempo, tanto a Marinha como o Poder Público local passaram a reconhecer a importância do Porto de Areia para aqueles que usam o rio, permitindo, mesmo que informalmente, seu funcionamento. Segundo a legislação em vigor é proibida a derrubada de vegetação às margens dos rios, sendo estas protegidas como Áreas de Preservação Permanente – APP (PÁDUA, 1997).

Descarregamos nossos pertences e os “*kits sobrevivência*”, contendo remédios, alimentos e cobertores, e os colocamos no barco. “*Amarramo-nos*” com os coletes salva-vidas e iniciamos o itinerário. Foram mais de duas horas subindo o rio sentido sul-norte até chegarmos à casa do Senhor Edito Takc, na Ilha Peruzzi.

O interesse pela viagem foi sendo alimentado pelo “ronco do motor”. No trajeto até a Ilha viam-se muitas casas, casebres e choupanas com suas chaminés a dissiparem fumaças em meio à mata densa e escura. Então, olhando àquela paisagem, questionei-me: como é que aquele espaço foi ocupado e quais as relações de trabalho, familiares, ou ainda, como se deu o ordenamento social naquele ambiente? Como eram denominados aqueles que ali viviam? Eram perguntas que me surgiam de modo espontâneo, sem construir formulações teóricas na direção de uma resposta. Estava interessado em saber como se ordenava aquela vida social. Ficava

imaginando como seria difícil para aqueles que ali viviam a reprodução de suas próprias vidas. O acesso à água potável, a remédios, à escola para as crianças, a alimentos ou, ainda, como se dava a ida daqueles que ali viviam à cidade, pois avistava que à frente da casa, em um pequeno porto, apenas havia uma canoa a remo.

Quando chegamos à Ilha Peruzzi, encontramos Edito Tack, sentado em um banco de madeira à frente do rio. Esse ilhéu habitava a localidade há aproximadamente 20 anos. Pouco passos adiante desse local, observei outra casa, em que vivia outro morador antigo da ilha, conhecido entre os ilhéus como velho Lao. Sem exagero, senti-me espantado em ver pessoas tão distantes dos centros urbanos estarem ali, sem nenhum tipo de infraestrutura, como água encanada e luz, tomando banho frio, ou até mesmo no próprio Rio Paraná. Percebi que me deparava com uma realidade totalmente diferente daquelas que conhecia até então: um ambiente rural, cercado por um rio volumoso, em que a única forma de transporte era o barco ou a canoa.

Depois de nos ambientarmos, descarregamos nossos mantimentos, cobertores, tralha de pesca e sentamos em um banco à beira do rio com o proprietário da casa, Edito. Ali, conversamos sobre as condições do rio, se estava bom para peixe e se ele tinha notícia de boa pesca feita por algum pescador por aqueles dias. Entre um “papo e outro” nos ofereceu um copo de vinho. Já era fim de tarde quando saímos daquele banco. *A priori*, parecia despreziosa aquela conversa, mas tanto as minhas falas dirigiam-se em querer saber sobre aquele lugar como as falas de Edito gravitavam em saber, de fato, o que eu estava fazendo ali. Ele me observou constantemente, olhava meus gestos, perguntou sobre meus estudos, qual universidade que estava vinculado, e o porquê de vir para as ilhas para estudar e não para pescar e descansar. Só depois, revendo meu diário de campo, meus passos e minhas trajetórias nas ilhas, pude concluir que naquele momento foi me dada à permissão e a aceitação de estar ali. Por outro lado, os pescadores que me levaram à casa de Edito sabiam que, para eu ser introduzido no campo, tinha que me apresentar para um dos ilhéus mais antigos do território. Subindo o Rio Paraná, tinha-se a possibilidade de parar em qualquer ilha para descansar ou mesmo pernoitar, mas, na fala dos pescadores turistas, existia a necessidade de me apresentarem ao Edito, alegando a importância desta pessoa para o local. Afirmavam que Edito era muito conhecido na região e nas cidades entorno ao PNIG. Com isso, o porto em frente à casa tornou-se um ponto de chegada da maioria dos pescadores profissionais e pescadores turistas. Eu não era pescador, e sim um desconhecido que precisava ser introduzido no local, e, por isso, imagino que ser apresentado a um dos ilhéus mais antigos do território foi uma ação estrategicamente calculada por aqueles que me levaram.

Depois das ambientações feitas, noutra dia, observei a chegada de barcos de pescadores turistas, ou mesmo de pescadores profissionais, pedindo estadia. *Apoitavam*¹ no porto em frente à casa, e como num ritual, realizavam várias atividades: desligavam o motor do barco e desciam à ilha, cumprimentavam Edito, chamando-o pelo nome, lhe dando *tapas* nas costas, e indagavam se estava bem. Isto tudo, num gesto espontâneo, *a exemplo de dois amigos que há muito não se viam*. Por outro lado, quando chegavam pescadores que ali adentravam a primeira vez, os cumprimentos eram feitos de dentro do barco, bem próximo à margem do rio. Proferiam um *bom dia ou boa tarde*, e, tão logo, pediam um local para *apoitar* o barco. Não se falava muito, o maior interesse revelava-se em saber se podiam dormir por ali, ou se tinha indicação de um local de descanso. Percebia que eram dois estranhos que estavam se vendo à primeira vez, e o que estava a ser definido era se podiam ficar, ou não, no território.

Diferentemente quando um pescador turista ou profissional leva consigo um amigo que não conhece o local, acontece a transferência de credibilidade. É como se fosse uma garantia, de que aquela pessoa que está sendo inserida no território é de confiança. Desta forma, não há muitas perguntas e a inserção é quase que imediata, restando apenas lugares para piadas, ou chacotas, sobre a capacidade física do novo visitante de suportar os desafios *selvagens* da ilha, como pernilongos, banho frio e dormir no chão batido. Obviamente, isto também a mim foi imposto. Era preciso saber se tinha algum tipo de resistência diante da natureza selvagem e as condições de vida inóspitas do cotidiano nas ilhas. No meu caso foi preciso saber, antes, quais as minhas intenções, por isso a conversa demorada do Edito, mesmo que eu tivesse sido apresentado pelos pescadores turistas.

No caminho de volta, após três dias hospedados na Ilha Peruzzi, novas paradas foram feitas em outras ilhas, Ilha de Cristo, Lagoa Saraiva, e, por último, no Pontal da Ilha Grande. Em cada parada, a intenção era alcançar um cardume de peixes. Apropriava-se de locais diferentes achando que com este movimento pudesse encontrar boas físgadas, o que não ocorrera nas ilhas rio acima. *O barqueiro*² queria, a todo custo, trazer um grande peixe. Com

¹ Termo usado entre os ilhéus, pescadores turistas e pescadores profissionais da parte baixa do Parque Nacional de Ilha Grande, referindo-se tanto a amarrar o barco no porto, para que não seja levado pela correnteza do rio, quanto à parada para a pesca em meio ao rio. Solta-se a *poita*, (âncora), na correnteza até que atinja o fundo do rio, se prendendo em uma pedra. O barco ficará seguro quanto for necessário manter-se no local. Apoitar-se, então, é parar no porto para descansar, comer, dormir, ou parar a navegação em um local no rio que seja possível *lançar a linha na água*, pescar.

² O termo *barqueiro* se refere a quem está pilotando o barco, e não necessariamente àquele que é dono da embarcação. O barqueiro se localiza próximo ao motor, ao mesmo tempo em que dá a direção ao barco. Para Paulão, Morador da Ilha Nardin, faz uso do termo *piloteiro* quando quer se referir ao barqueiro. (Anotações do diário de campo em 15 de maio de 2017)

isso, aproveitei para, ainda mais, conhecer uma parte do Rio Paraná e de suas ilhas, observando aquela realidade que, para mim, se apresentava de modo tão diferente e “estranha”.

Várias outras incursões foram feitas às ilhas no intuito de delimitar o local ou às ilhas onde faria minha pesquisa de campo. Neste processo, perguntava-se de “tudo” e olhava-se “tudo”. Para isto, contava com a ajuda de pescadores que tinham casa no Porto de Areia. Combinava um horário e dia que estavam disponíveis, pagava o combustível que era usado pelo barco, e, então, adentrávamos rio acima à procura de informações sobre o local e sobre os ilhéus. Muitas vezes, fiquei no Porto de Areia, onde passava a tarde observando barcos de ilhéus e pescadores turistas e profissionais, que iam e vinham levando mercadorias da cidade às ilhas, e muitos trazendo mel e peixe que, segundo o caseiro do porto, seriam vendidos na cidade. A primeira ida às ilhas com a ajuda dos pescadores do Porto de Areia se deu no dia 26 outubro de 2015. Fomos à casa do ilhéu conhecido como Polaco em que ficamos mais ou menos duas horas.

Em outra ocasião, meu vizinho, Aquiles Mioranza, falou sobre um conhecido seu que morava nas ilhas, mas que agora havia alugado a ilha e estava morando em Toledo. O conheceu em um bar da cidade, quando, tomando uma cerveja e comentou sobre meu trabalho. Mais que depressa, peguei o endereço dele e me dirigi à sua casa. Isso ocorreu em 14 de novembro de 2016. Neste dia, conheci o Paulão. Quando expliquei minhas intenções e o que estava fazendo, ele logo se prontificou em me levar à sua ilha. Marcamos para o dia 19 do mesmo mês. Passei dois dias fazendo observações e navegando entre as ilhas, ocasião em que tive a oportunidade de obter muitas informações e tirar várias fotos.

Fato característico é que, quando os ilhéus se referiam, em suas falas, à casa que eles têm na ilha, ou à própria ilha, utilizam-se o pronome possessivo *minha* com muita recorrência. Como a própria língua portuguesa assim determina, o pronome possessivo traz consigo a ideia *de posse, de apropriação de coisas ou sentimentos* (FERREIRA, 1995). Todavia, nas investigações que fiz junto aos ilhéus e, depois, documental, construindo comparações de fatos históricos sobre como podiam os ilhéus ter casas em ilhas ou serem possuidores de uma ilha, encontrei a formulação jurídica tanto documental, como nas falas dos ilhéus, que disseram ter o Título de Posse da ilha, e que, por isso, lhe era sua. Segundo a fala de Volnei Perez³:

³ Entrevista concedida a esta pesquisa em 12/042017. Volnei Perez, ou Bilão, como é conhecido no território ilhéu, nasceu na Lagoa Saraiva, próximo da cidade de Guaíra. O local é considerado pelos ilhéus uma das ilhas mais bonitas de todo o arquipélago de Ilha Grande. Bilão se mudou com a mãe e os irmãos após a morte do pai à parte Leste da Ilha Peruzzi.

“[...] Eu não tinha 18 ainda. Não tinha me alistado no Quartel ainda. Daí quando eles passaram fazendo o recenciamento, o Título ficou em nome de minha mãe. Foi o INCRA que passou fazendo o cadastro das pessoas que morava nas ilhas. Foi em 1980. Faz tempo, vichi. [...]. Meus irmãos foi crescendo e foi saindo das ilhas, mas eu sempre fiquei com a mãe [...] quando meu pai chegou na ilha não tinha morador na ilha [...]” (Entrevista semiestruturada, 12 de abril de 2017)

No entanto, antes do Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA ter feito a catalogação dos ilhéus (1980) e de suas propriedades, em todo o arquipélago fluvial de Ilha Grande, o local era cuidado, administrado e fiscalizado pela Marinha, com escritório em Guaiá/Paraná. A Marinha era a responsável em *arranjar* o ilhéu na ilha, marcar o lote escolhido, por meio de pontos visuais. Muitas ilhas, pelo fato de serem pequenas e não possuírem *terra seca* maior que 10 alqueires paulistas, para aquele ilhéu que ali entrava, era concedido o domínio total da ilha.

Diferente do que ocorrera na Ilha Grande, com mais de 109 quilômetros de extensão, fora fatiada a contento àqueles ilhéus que nela queriam ficar. Entendia-se, à época, segundo alguns relatos de ilhéus, que as terras das ilhas deveriam ser ocupadas e que, para ter um pedaço de terra, bastava escolher o local em que conviesse viver, fazer a casa, construir o roçado que abrigaria as lavouras, sendo essas as mais variadas possíveis. Observando esse critério de entrada às ilhas, o passo seguinte era comunicar a Marinha que iniciava os trabalhos de marcar a área. Segundo os próprios ilhéus, após a marcação não lhe era expedido qualquer documento, no entanto, o registro do local demarcado ficava na Marinha. No entanto, como resultado de várias forças sócias, que tinha interesse na apropriação das ilhas, - como o comércio local - a Marinha, por sua vez, não se opunha em plantar, em fazer casas nas ilhas, ou mesmo em derrubar a floresta. Segundo Ivo Salvador⁴, falando como era a presença da Marinha, antes de 1980 e o processo de ocupação das ilhas:

“Então foi assim (...) no ano de 1968, eu comprei a Ilha Biguá. Naquela época eu paguei 13 mil réis. Já era muito dinheiro na época. Muito caro. Não existia Título de Posse. O cara assinou um recibo de compra e venda e aí eu paguei. É aquele lugar que não tinha proprietário, qualquer um podia ir na Marinha na época e falar com o Capitão. O Capitão ia lá marcava pra pessoa tantos metros da barranca, e a pessoa entrava ali e começar a derrubar o mato. A Marinha que fazia tudo isso aí. Ela que autorizava, isso em 1968” (Entrevista semiestruturada, 20 de maio de 2017)

⁴ Morador na Ilha Bigua e, atualmente, presidente da Associação dos Pescadores com sede em Guaiá. Vindo de uma fazenda da região do Mato Grosso do Sul, adentrou a ilha em 1968, deixando a mulher e filhos no Porto Morumbi, até construir uma casa na ilha que pudesse abrigar toda a família (anotações do Diário de Campo em 20 de maio de 2017).

Contudo, na fala de Ivo, consta que as terras eram comercializadas mesmo sem o uso de documento público, de modo que as relações comerciais se embasavam em relações informais e a garantia do negócio era a desocupação do imóvel, e quando muito, um recibo. Vale ressaltar que o território ilhéu, desde os primeiros moradores, as relações comerciais que ali se desenvolviam, eram tipicamente capitalistas, com nuances e particularidades, muito próprias do local, construídas ao longo da história. Muitas vezes, as redes econômicas aconteciam sem o uso em espécie da moeda corrente, numa grande rede de solidariedade, em que o feijão produzido na Ilha Peruzzi, por exemplo, era dado a outro ilhéu, para, no ano seguinte, ter sementes de arroz à mão visando o cultivo do roçado. Todavia, se a produção fosse maior, gerando um excedente volumoso, podia-se trocar as sementes por serviços, como capina do roçado, na colheita e na construção de casas, quando necessário. Foi possível perceber, por meio das representações dos ilhéus, que o trabalho (solidário) recebido era, muitas vezes, um favor devolvido. Isto nos ajudará a entender as trocas, ou seja, como essas são construídas e concebidas nos diferentes espaços produzidos nas ilhas (MAUSS, 1974).

Numa prévia leitura que fiz acerca das transformações históricas do território ilhéu, não poderia deixar de ressaltar o profundo impacto à vida ilhéu ocasionado pelo projeto de construção da Usina Hidrelétrica Ilha Grande. Segundo a dissertação intitulada “*Parque Nacional de Ilha Grande, produção e consumo do território turístico*”, de Michelle Milhorança Schneider, a vida ilhéu fora ameaçada com o projeto de construção da Usina Hidrelétrica. Se o projeto fosse levado à frente, o que não ocorreu por falta de recurso, a barragem seria construída próximo à cidade de Guaíra, na parte Sul do arquipélago. O funcionamento da Usina acarretaria o alagamento de todas as ilhas, chegando o efeito da barragem à cidade de Alto Paraíso, próximo a Umuarama. A Eletrosul – Empresa de Eletrecidade do Sul do Brasil, vinculada à Empresa Brasileira de Energia – ELETROBRÁS, sabendo da presença de muitas famílias nas ilhas, acionou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, para que este fizesse um levantamento de quantas famílias existiam no local. Em 1980, o INCRA iniciou seus trabalhos demarcando exatamente 1285 lotes em todo o arquipélago. Segundo os dados levantados, o INCRA tituló 805 lotes como propriedade privada, e 405 lotes públicos, que eram da União. Dos 1285 lotes, 75 foram titulados e indenizados e os seus proprietários migraram para o continente, trazendo seus pertences pessoais, animais e utensílios domésticos. Dos 805 lotes tidos como propriedade privada, todos teriam de ser indenizados em que a propriedade passaria à União sob o domínio da Eletrosul, o que não ocorrera tendo em vista o fim da Ditadura Militar, e, com isso, a ocorrência de reformulações no setor energético

do país, abandonando o projeto de construção da Usina Hidrelétrica Ilha Grande (SCHNEIDER, 2009).

Aqueles que receberam o título de posse antes de 1980, que compunham o rol dos 805 lotes privados, precisavam atualizar seus cadastros. Era preciso comprovar ao INCRA que aquele título, de fato, era produtivo, e que havia benfeitorias no local. A preocupação, como foi afirmado, era conceder a devida indenização, mas, para isso, segundo o INCRA, era preciso cumprir alguns requisitos previstos em Lei. Para tanto, fora necessário, à época, comprovar a produção, o uso da terra, a moradia, a demarcação, o pagamento das taxas e, por último, fazer o registro do título.

Por outro lado, para entendermos a presença de lotes públicos nas ilhas em uma região de fronteira, é importante voltar à história agrária do Brasil e observar que, em 1891, estatizou-se as terras devolutas, permanecendo sobre o domínio da União somente as terras de fronteira. Diante deste cenário jurídico, é possível dizer que as ilhas pertencem à União, mas que foram cedidas aqueles, à época, que delas tiravam seu sustento, por meio da posse. Então, quando o INCRA fez o levantamento, precisava reconhecer os Títulos de Posse que havia dado no passado e incluí-los como propriedade privada. Concomitante a esse levante que chacoalhou a vida ilhéu, ocorreu, em 1983, o fechamento das comportas da Usina Hidrelétrica de Itaipu e a abertura das comportas da Usina Hidrelétrica de Rosana, São Paulo. Esses fatos são concomitantes às nefastas enchentes que solaparam a vida social, em grande medida, e material nas ilhas. Segundo alguns ilhéus, a alteração ocasionada no fluxo do Rio Paraná com a presença das usinas hidrelétricas pode, de alguma forma, ter potencializado as funestas enchentes que devastou o sonho ilhéu de viver e de produzir nas ilhas. Muitos saíram em definitivo, abandonando suas casas e suas roças. No entanto, outras tantas famílias voltaram em meio a lodos e pântanos, avistando um cenário de destruição. Para eles, não havia outra alternativa que não fosse refazer a vida nas ilhas, mesmo com medo de serem, novamente, solapados por novas enchentes.

Com o passar do tempo, a legislação e os interesses regionais foram se modificando. O local passa a ser preservado por transformar-se juridicamente em Parque. Vários conflitos de interesses são formulados, entre os ilhéus e o Governo, como também autarquias ambientais. Em grande medida, os conflitos existentes sobre o domínio das ilhas na parte baixa do Parque Nacional de Ilha Grande derivam da não resolução da questão fundiária e da criação do Parque em 1997. Os ilhéus afirmam que o parque foi colocado “sobre eles” e que são anteriores ao Parque, por isso mesmo são possuidores do direito de ficar e de trabalhar em *suas* terras. Desta

forma, não aceitam a constituição legal do Parque como sendo de uso exclusivo para turismo e estudos científicos (PARNA, 2008).

Contudo, o desenvolvimento da pesquisa não foi possível unicamente por meio da realização de expedições em campo. Busquei outros referenciais do local de pesquisa que pudessem auxiliar o estudo. Fui ao encontro de alguns profissionais do Curso de Engenharia de Pesca da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, momento em que me apresentei ao professor Audi Feiden. De início, imaginei indagá-lo sobre os ilhéus do Rio Paraná, tendo em vista que ele trabalha com pesca e frequentemente está no rio em atividade de pesquisa. Durante nossas conversas, indicou um funcionário do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, de Guaíra, afirmando que talvez pudesse me auxiliar, tendo em vista, ser pioneiro da cidade e feito mestrado em Engenharia de Pesca, estudando os canais de piracema na parte baixa do Parque Nacional de Ilha Grande.

No início de novembro de 2016, por telefone, consegui contato com Lauro Ramos e, após apresentar minhas intenções, prontificou-se em me ajudar com a pesquisa. Em 07 de dezembro de 2016, encontrei-me pessoalmente na sede da EMATER, em Guaíra. Além de me apresentar à Associação de Pescadores, forneceu material de suma importância, como mapas e catalogações de ilhéus feita por ele, quando desenvolveu o seu mestrado. Ficou acordado com Lauro, o dia 19 de dezembro/2017, para conhecermos o Porto Cerâmico, e o dia 20 para irmos de barco ao Porto Morumbi. Foram dois dias de muito trabalho. Percorremos aproximadamente 200 quilômetros por terra, e 60 por água. Muitas ilhas foram visitadas e poucos moradores foram visualizados. Uma possível resposta para isto, segundo Lauro, que é difícil achar o ilhéu em casa, porque, na maioria das vezes, estão pescando, espalhados pelo rio. Um dos pontos de referência em Guaíra, de grande circulação de ilhéus, principalmente daqueles que são pescadores, é a Associação dos Pescadores. Então, orientado pelos próprios ilhéus, que, antes de adentrar o Rio Paraná, era preciso passar na Associação para obter informações sobre a localização dos ilhéus. Na sexta-feira e sábado de manhã é feita a comercialização do pescado e, segundo Ivo dos Santos, permanecer nestes dias na Associação facilitaria manejar a entrada nas ilhas.

Em grande medida, foi *olhando* (OLIVEIRA, 1993) como os ilhéus se apropriam do rio e das ilhas, como pescadores turistas trafegam ao encontro das ilhas, como os pescadores profissionais se deslocam à procura do pescado, que fui tomando algumas decisões em relação ao local de pesquisa. Com certo grau de certeza, posso afirmar que o território ilhéu foi reterritorializado (HAESBAERT, 2004) após as enchentes em 1980, não por escassez, como a falta de alimento, mas por questões externas, como, por exemplo, a construção da Usina

Hidrelétrica de Itaipu. Todavia, a discussão primeira remete a formulação histórica do Parque Nacional de Ilha Grande.

O parque está na parte do Rio Paraná não alagada artificialmente ou com efeito de represamento gerado pelas barragens das Usinas Hidrelétricas. Essa parte não alagada é considerada demasiadamente plana, de tal modo, formadores das ilhas ou bancos de areia em estão presentes as casas dos ilhéus. Por isso, antes de falarmos especificamente do parque com seus códigos legais, é preciso recriar a história e o trajeto do Rio Paraná.

Seu curso possui características muito peculiares desde o seu nascimento. O Rio Paraná não nasce pequeno não sabendo desaguar como a maioria dos rios, *num processo todo torto e sem direção*. Um córrego é formado, mas não um córrego tímido, lento e *pequeno*. O Rio Paraná não é resultante de uma fonte, uma única vertente minguada que se espalha sobre o solo arenoso e seco na tentativa de formar um risco de vida. Ele nasce do encontro de três rios, Rio Tietê (São Paulo), Rio Grande (Rio de Janeiro) e Rio Paranaíba (Uberlândia). Essa força, essa robustez de seu nascimento, lhe dá uma vazão de aproximadamente 16.000 metros cúbicos por segundo. Caudaloso e imponente, o Rio Paraná pode ser comparado a outros grandes rios do mundo, como, por exemplo, o *Rio Mississippi*, com vazão de 18.000 metros cúbicos por segundo ou o *Ganges*, com 16.000 metros cúbicos por segundo. Toda essa quantidade de água o faz ser extenso e largo, por isso, ao entrar no Estado do Paraná, suas águas ocupam uma planície de inundação que o torna esparramando. Se abre como um *leque* formando veios de águas por entre ilhas, dando-lhe uma beleza ainda maior. Em um primeiro momento, essa planície de inundação foi denominada como Parque Nacional de Sete Quedas (PNSQ) pelo Decreto nº 50.665, de 30 de maio de 1961. Com a extinção das Sete Quedas, seus bens e território foram transferidos ao Parque Nacional do Iguaçu. Somente em 30 de setembro de 1997, cria-se o Parque Nacional de Ilha Grande, por meio de outro Decreto.

Figura 1. Localização do Parque Nacional de Ilha Grande



Fonte: Plano de Manejo do Parque Nacional de Ilha Grande –PARNA, 2008.

No intuito de entendermos a construção deste lugar, da vida social ilhéu, nos apropriaremos das noções de espaço e território, em que Henri Lefebvre fornece a compreensão das diferenças entre *espaço abstrato* e *espaço diferencial*. De um lado, encontra-se a abstração dos laboratórios burocráticos de Estado-capital na tentativa de homogeneização dos espaços sob seu domínio, e, do outro, a construção de guetos, de favelas e/ou de casas nas ilhas, com o surgimento de outros mundos, microespaços de poder nos espaços planejados (FOUCAULT, 1979). São os *espaços diferenciais* que rompem com a lógica do Estado-capital, mas que, ao mesmo tempo, e por isso mesmo, são vigiados por este Estado, colocando seus agentes diferenciais na posição de transgressores. Henri Lefebvre mostra em seu livro “*A produção espaço*” que, à medida que homem se organiza política e economicamente torna-se agente da

sua história, produzindo o espaço social. Somam-se a este debate as contribuições de Rogério Haesbaert ao pensarmos sobre os processos de territorialização e de desterritorialização na formulação de um território. Postulando a primazia do espaço sobre o território, conclui-se que o espaço se torna território, quando esse espaço é territorializado.

Figura 2. Início do Parque Nacional de Ilha Grande próximo a cidade de Guairá



Fonte: http://despachantesargentinos.com/detalle_noticia.php?id=3316. Consultado em 21 de setembro de 2017.

Assim, como o território do parque foi alterado no processo de construção histórica da região, sabe-se que as leis que o regimentaram passaram por processos de mudanças, proibindo ou deixando de proibir atividades no parque e em seu entorno. Por isso, vale apresentar o emaranhado legal onde o parque está inserido para entendermos questões e embates jurídicos travados entre os ilhéus e os órgãos ambientais. Em um vasto arcabouço legal sobre legislação ambiental, separamos aquelas que dizem respeito ao PNIG indiretamente, bem como a Lei de sua criação. Por isso, azeitando as engrenagens dos aspectos legais (parciais e horizontais) do parque, trago a fala de Volnei Perez⁵, mostrando a problemática que enfrenta morando na ilha após a criação do PNIG:

“não existia o parque nesta época de 1970 e 1980. Eles [os órgãos ambientais], jogaram o parque em cima da gente [...]. Eles querem que eu saia daqui, mas a Federa (Polícia Federal) veio aqui e me deu intimação e

⁵ Ilhéu que nasceu na Lagoa Saraiva. Atualmente, morador da Ilha Peruzzi.

depois voltarão e mando rasga a intimação. (Entrevista, 12 de abril de 2017, grifo nosso).

O parque foi pensado e criado dentro de um modelo legal sem a possibilidade da presença de pessoas com moradias em seus espaços. No entanto, essa forma gerou embates judiciais entre ilhéus e os órgãos executivos ambientais do parque (IAP – Instituto Ambiental do Paraná), que não reconhecem sua historicidade no local e os títulos de posse dados pelo INCRA. De um lado, os ilhéus tencionam em ficar em suas casas, em suas roças, num espaço que consideram seu por direito. Por outro, os órgãos ambientais tentam desfigurar o ser ilhéu, considerando-os como *transgressores* por estarem num local construído legalmente para ser reduto exclusivo da natureza. A força do Estado-capital, que fez do parque um parque legal, fez vários ilhéus abandonarem as suas casas, lares e pesca, desterritorializando-os, expulsando-os de um espaço diferencial, *construído com sobressaltos, curvas e vielas*: não que os acidentes sejam maus só por serem diferentes, são nuances, singularidades, que “entortam” os espaços horizontais do Estado. A planificação do Estado, para os ilhéus, é estigmatizante, aponta para a saída, exercendo uma força infinitamente superior àquela que podem suportar.

Não foi possível, para esta pesquisa, por questões de logística, ir ao encontro de todos os ilhéus do parque. Por isso, dimensionamos o território ilhéu com abrangência em sua parte baixa. Para tanto, torna-se didático elencarmos alguns pontos de referência do território ilhéu: o campo de atuação, onde navegamos ao encontro dos ilhéus, compreende a cidade de Guaíra ao Porto Cerâmica, situado à margem direita do Rio, no Estado Paraná, e, de Guaíra ao Porto Morumbi, no Estado do Mato Grosso do Sul. Estão presentes neste território aproximadamente 40 ilhas, compreendendo ilhotas, várzeas e pântanos. É possível salientar que esta delimitação foi construída em conjunto com as observações realizadas no campo de pesquisa e em conversas com os ilhéus

Figura 3. Recorte territorial no Parque Nacional de Ilha Grande no local da pesquisa.



Fonte: Plano de manejo do Parque Nacional de Ilha Grande com algumas inscrições – PARNA, 2008.

Neste sentido, é possível apresentarmos as principais ilhas da parte baixa do Parque Nacional de Ilha Grande. A principal delas é a Ilha Grande. Seu início se dá bem próximo à cidade de Guaíra, com acesso pelo Porto de Areia ou Marinas⁶. É possível avistá-la trafegando sobre a ponte Ayrton Senna, que liga o Estado do Paraná com Mato Grosso do Sul. Cabe salientar que não entraremos em toda a Ilha Grande, chegando ao seu fim, próximo ao Estado de São Paulo, manter-nos-emos nela pelo lado direito do Rio Paraná, no intervalo entre o Porto

⁶ Ambiente construído pelo Município de Guaíra à beira do Rio Paraná; serve para as festividades anuais do Município. Este local possui uma rampa de barco com amplo estacionamento. A Polícia Federal tem um escritório neste local para vigiar a fronteira do Brasil com o Paraguai.

de Areia ao Porto Cerâmica. Por via terrestre, é possível acessar os dois portos que marcam a divisão da Ilha Grande para este estudo, um pela Avenida Sete Quedas, em Guaíra, ou em Altônia, percorrendo a PR – 163, até o Porto Cerâmica. Em termos de extensão territorial, tem-se a Ilha Peruzzi a segunda maior, localizada no centro do arquipélago. Grande parte do seu território está no lago do Mato Grosso do Sul.

No lado leste desta ilha estão localizadas as casas de Edito Tack e Volnei Perez, João Rodocopi, Werner, Denga e Denilson. No pontal Norte da Ilha Peruzzi, à esquerda, encontra-se a Ilha do Tucano. No pontal sul, margeando o Estado do Mato Grosso do Sul, encontra-se a Ilha do Pavão. Em frente a Ilha Peruzzi, encontra-se a Ilha Nardin, com duas casas do mesmo proprietário, Luiz Paulo Hermes, popularmente conhecido entre os ilhéus como Paulão. Próximo a Nardin, tem-se ilhas menores, a Ilha do Werner, Volta Redonda e Ilha do Cristo. Somente na Ilha Volta Redonda encontramos moradores, João Benjamim, Ubirajara Benjamim e Rosa Benjamim, casada com Olímpio Benjamim. No oeste do Rio Paraná, pertencentes à cidade de Naviraí, Mato Grosso do Sul, estão dispostas outras sete ilhas, Ilha Saraiva, Ilha da Barra, Ilha Izabel, Ilha Sola, Ilha Pedro, Ilha Bugre e Ilha Pacu. Já próximo à Ponte Ayrton Senna, no lado paranaense do rio, pertencente à cidade de Guaíra, encontram-se as ilhas do Joel, Ilha do Diabo, Ilha do Alemão e Ilha Piá. No entanto, há inúmeras ilhotas e várzeas que compõem o local de estudo, que por ser pequenas demais, não cabe aqui apresentar como composição da parte baixa do Parque Nacional de Ilha Grande, até porque, não contemplam moradores.

Praticava-se a agricultura de subsistência, em que o excedente era comercializado nos armazéns de cidades da região do PNIG. O alimento produzido nas ilhas, no roçado da casa, era compartilhado e, segundo ela, garantia a fartura na ilha:

“Quando tinha os ilhéus, moravam todos aqui, eu vi esse tempo que tinha uma estrada, que as crianças estudavam e eu morava lá no Pontal, era tudo cheio de casinha, aqui ainda tem. A gente chegava na casa dali tinha feijão, arroz, cada qual tinha seu engenhinho de cana, cada um tinha porco, tinha galinha, tinha sua tuia de barro, que aquele tempo madeira era difícil, então fazia suas madeirinhas de barro e ali no canto da casa era cheiro de arroz, cheio de feijão, a cana o quartozinho de cana, tudo tinha, casa um, tudo tinha seu engenhinho de cana para toma garapa, tinha seu pilãozinho. Aqui plantava milho, feijão, batata-doce, mandioca, tinha fartura, tinha tudo. Aqui tinha espécie de semente que hoje não se vê mais, o melão-croá, por falta de deixa a gente cultiva[...]. nessa terra produzia de tudo, e produz até hoje sem uma gota de adubo.” (Depoimento, 17 de abril de 2009).

Dorvalino Malinoski⁸, outro interlocutor entrevistado no mesmo projeto, recorda:

“Na época que meu pai, que nós morava ali ainda, ele criava os porcos soltos, e quando a carne começava a ficar velha, tinha o defumador de charque, ia ficando velha a carne, nós falava assim para mãe: “mãe tem que mata os porcos”. Avisava os vizinhos da frente primeiro, e os vizinhos de mais perto, e matava um porco grande e repartia, daí quando tava terminando a carne nossa, começava a chegar carne dos vizinhos[...].” (Depoimento, 17 de abril de 2009)

Há três fatores históricos que alteraram profundamente o território de estudo: “a construção de usinas hidrelétricas ao longo do Rio Paraná, as enchentes de 1983 e a criação do Parque Nacional de Ilha Grande em 1997”. O caso da Usina de Itaipu, próxima da cidade de Foz de Iguaçu, abaixo do território de estudo é um exemplo disso. Com o seu funcionamento e com o fechamento das comportas, forma-se uma represa, e, como consequência, elava-se a lâmina da água. A correnteza do rio é alterada profundamente ao ponto de causar morbidade do seu fluxo e o alargamento de suas margens. Contudo, o que atingiu os ilhéus não está especificamente na morbidade ou na correnteza do rio, mas na elevação da lâmina da água em relação às ilhas. Consta-se que, na parte baixa, acima da cidade de Guaíra, foi perceptível a perda de solo seco de várias ilhas, como a Ilha de Cristo, a Ilha Pavão, a Ilha Volta Redonda e tantas outras. Com medo de as Ilhas ruírem ou ficarem submersas, muitos moradores abandonaram suas terras e casas e se alocaram em outras ilhas rio acima, ou no continente. Especificamente em 1983, ano em que se fecharam as comportas da Usina de Itaipu para a

⁸ Ex-ilhéu, convidada a participar da Oficina de mapas realizada de 13 a 17 de abril de 2009, por meio do Projeto Nova cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil.

formação de seu lago, teve-se a pior de todas as enchentes já presenciadas pelos ilhéus (TOMMASINO, 1985). Para alguns ilhéus há relação entre o fechamento das comportas com a enchente de 1983, o que não foi assumido publicamente pela Usina. Volnei Perez, sobre a pior de todas as enchentes vivenciadas por ele, discorre acerca da angústia que experimentou nessa situação:

“Quando fechou o lago e deu a primeira enchente, eu acho que foi em 83 e foi enchente que não me lembro muito tempo, mas durou quase seis meses. Mas foi a enchente que foi a maior [...]. Se não via mato, capim nenhum. Tudo isso aqui era Rio. Foi difícil demais. As casas não foi levada com a água mas ficou na janela a água. Saímos tudo[...]. Todo mundo imagino que ia ser assim. Destruiu tudo. Aí todos nós ilhéu imaginou que seria assim sempre”. (Entrevista, 12 de abril de 2017)

O impasse permanece até hoje sobre o ocorrido em que o mais prejudicado foi o ilhéu. Foi preciso abandonar roças, materiais de trabalho e a casa. Grande parte abrigou-se fora das ilhas. As enchentes inesperadas foram avassaladoras e aterrorizantes. Destronou sonhos e causou prejuízos, tornando o continente o único lugar possível de sobrevivência. Há relatos de que a Marinha se deslocou às ilhas junto com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA para ajudar os ilhéus a saírem de suas casas e no resgate de animais. Não se tem registros de mortes de ilhéus neste período de enchente. O que ocorreu neste ano foi o afogamento do gado e o apodrecimento dos cereais ainda na roça à espera da colheita, em lavouras de trigo e de feijão. As enchentes, no balanço violento da água, trouxeram aos ilhéus, dos tantos entulhos que param nas ilhas, uma placa com uma seta apontando para fora. As águas revoltas do Rio Paraná, com o progresso e a força do Estado-capital, causaram, dentre tantos infortúnios, a desterritorialização do ilhéu.

Enfim, nesta breve introdução do capítulo, trazemos alguns conceitos, com os quais iremos lidar ao longo de nosso trabalho dissertativo, mas que não foram explorados com profundidade. É preciso ir além. São conceitos base, condutores, que darão forma a essa pesquisa, amarrando o processo histórico da região de estudo, e mostrando a singularidade de uma vida construída à margem do Estado-capital. Desta forma, consideramos importante construir uma explanação mais adequada a respeito dos conceitos: *“espaço, território, territorialização de desterritorialização”*. Em um segundo momento, faremos um resgate histórico da região onde foi realizada a pesquisa de campo. A região, além de estar em um local de fronteira, foi, ao longo da história, território ora espanhol ora português. Essa polaridade de domínio trouxe à região de estudo singularidades, resultado da sobreposição de múltiplos

territórios, da intersecção entre a força do Império – depois do Estado-capital – e dos arranjos populacionais construídos na região.

1.2 Teoria do espaço

Para darmos clareza a alguns conceitos que nos serviram de base teórica para pensarmos a ocupação da parte baixa do Parque Nacional de Ilha Grande, é preciso dizer o que se entende *por práticas de apropriação e ordenamento espacial*, numa correlata aproximação ao conceito de território e espaço. No primeiro caso, apropriar-se é fixar-se e permanecer em um determinado território. O território aqui é tomado como um local, um espaço, que, com a presença humana, azeitando as relações sociais e econômicas, territorializam esse espaço, tornando esse lugar, um território escalar dentro do território nação. É, portanto, um território menor, que expressa peculiaridades, com símbolos e uma organização muito particular. Na maioria das vezes, esses territórios são articulados, montados e fixados, como forma de luta por direitos, ou para suprir carências na relação trabalho capital.

A premissa fundamental que tomamos com argumento condutor desta dissertação é a formação de territórios em escalas diferentes das existentes no Estado-nação. Em grande medida, há uma tentativa do Estado-nação projetar de cima para baixo um discurso homogeneizador, aglutinando os diferentes dentro do território a um objetivo comum, o de pertencer a uma nação de iguais. Isso é produzido simbolicamente para marcar um povo dando-lhe a noção de pertencimento. No entanto, o Estado-capital tende a homogeneizar estruturalmente as cidades, as regiões e os locais, construindo ruas iguais, praças, bairros nobres e periferias. A função de tal empreendimento, segundo Lefebvre (2000), tem a ver com racionalidade do capital. Criam-se espaços iguais para fluidez do trabalho e, prioritariamente, o lucro, ao mesmo tempo marca diferenças sociais. Por outro lado, diante da complexa vida social em relação ao uso do espaço, os agentes organizam seu modo de ser, diante das condições materiais que são articuladas nas mais variadas formas. Podemos dizer que, para aquele que procura terra para produção agrícola e não consegue apropriar-se de um local, isso apresenta-se como solução plausível que, de alguma forma, resolve o problema de falta na relação capital trabalho. Muitas vezes, mas não sempre, apropriar-se tem a ver com construir fronteiras entre o legal e o ilegal. Quando um vendedor ambulante expõe sua mercadoria em um local, como um semáforo, por exemplo, cria um espaço muito próprio, o seu espaço de venda, de trabalho. À sua frente, tem-se outro espaço, uma loja, arquitetada de tal modo, que corresponde às

demandas tecnocratas dos urbanistas que, para funcionar, cumpre vários requisitos legais. Tanto o vendedor ambulante cria seu espaço quanto a loja. Um vinculado às demandas do Estado-capital, enquanto o outro encontra um modo de reproduzir a vida de forma diferente, à margem, no trânsito entre o legal e ilegal. A noção de espaço está assentada em um espaço *produto*, em que o agente, o ilhéu, é o sujeito da sua história (LEFEBVRE, 2000). A vida nas ilhas está em um espaço rural, interior, bruto, mas traduz as relações (históricas e atuais) conflitantes entre trabalho e capital.

Nos dicionários, quando se procura o sentido etimológico do conceito de território, Rogério Haesbaert, traz a dupla conotação entre as junções de *terra-territorium* e *terreo-territor*. Na primeira acepção refere-se a uma parte de chão, a um pedaço do espaço, e na segunda, a junção carrega uma dimensão simbólica do conceito. *Terra-territorium*, no sentido de terra, toma o sentido de um local de apropriação, como era utilizado no império Romano, sinônimos de determinadas jurisdições. Já o conceito com o radical *terrio-territor*, portanto, aquele que aterroriza, incute medo, e, *por isso mesmo, faz alusão* à dimensão simbólica do território. Ao delimitar uma cerca, ou construir um muro, e dizer isso é meu, cria-se medo naquele que fica do lado de fora, e, ao mesmo tempo, incute uma identidade naquele que está dentro, vivenciado efetivamente esse território. Desde sua origem, o território carrega essa dupla conotação, um lado mais concreto e outro mais simbólico (HAESBAERT, 2007).

Por outro lado, há outra definição que toma o território como recurso natural e abrigo. Vem das áreas da biologia, que tem como objeto de estudo a territorialidade animal. Nesta perspectiva, entende-se que, por instinto, o animal organiza um espaço, se fixa, “marca”, se afirmando, mesmo que por um tempo, em um local, desenvolvendo meios, mesmo que instintivos, que possam garantir sua sobrevivência.

Se parte de la consideración de que la territorialidad es una parte innata de la conducta animal: todos los animales tenderían a mantener territorios fijos y espacios individuales, estableciendo límites y excluyendo o admitiendo en los territorios así fijados a quien ellos quisieran. Se trataría entonces de una conducta puramente instintiva, y el hombre, en tanto que animal, participaría de esa conducta (CAROU 2001, p. 30)

Todavia, para além desta concepção de planificação do conceito de território, tomemos aqui o território ilhéu como um produto cultural (SOJA 1971; SACK, 1986). Cabe algumas considerações sobre esse enunciado. O Estado é um território, como o Município, a escola, a rua e a casa. Na *multiescalaridade* (HAESBAERT 2007), o território é substrato para entender as mais varridas construções materiais e simbólicas das práticas de apropriação e uso dos

espaços. Dentro de um Estado-nação há a tentativa, por meio de um poder soberano, de *homogeneizar a vida*, tonando iguais os de dentro em relação àqueles que estão fora dos limites geográficos. Mas, tentando superar esse entendimento de homogeneização ilusória de um território planejado por meio do poder do Estado-nação, Rogério Haesbaert entende que o território é processo, movimento, e que, paralelo àquele, as pessoas constroem territórios com lógicas próprias num amplo movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (HAESBAERT, 2004).

Indo a outro polo de nossa discussão, trazemos que o ilhéu está num espaço - é uma obviedade, mas precisamos começar com esta afirmação - de um Estado-nação, mas também em um outro espaço, um espaço produto, o espaço ilhéu. Para tanto, é no ordenamento espacial ilhéu que cria o território ilhéu. Os espaços antevêm o território. O espaço ilhéu estava ali desde sempre, o espaço do rio, das ilhas, das árvores, o que não nos diz nada em relação ao espaço ilhéu. É preciso encher de sentido este espaço, dar movimento, por isso a ótica sai de um plano homogêneo do espaço para um espaço elaborado. Sai da homogeneização dos urbanistas para um espaço de luta, de resistências, tornando-se espaços *diferencias*.

Henri Lefebvre (2000), em sua obra, faz referência ao espaço urbano. Mas não é o estudo do urbano em si seu maior legado, mas o conceito de uso e apropriação do espaço. Ele se propõe, a partir de uma profunda análise histórica e filosófica do espaço, a discutir o uso do espaço dentro do modo de produção capitalista. O urbano passa a ser o local de observações para validar suas declinações e conclusões sobre sua releitura do conceito de espaço. Para tanto, conclui que o espaço é um produto social, assim como o tempo.

Para Lefebvre (2000), existe o *espaço abstrato* em contraparte ao *espaço diferencial*. Os dois se embrincam por estarem no mesmo tempo histórico, mas são de naturezas diferentes. O espaço abstrato é produto de forças políticas e econômicas que reproduzem relações abstratas no intuito de homogeneizar e de normatizar o espaço. Dentro desta lógica é o Estado que domina, que se impõe, que sufoca, que destrona qualquer anormalidade fora do seu contexto espacial porque tende a tornar viável e igual os espaços. O Estado imprime a planificação do espaço e o transforma em mercadoria que pode ser negociada. Neste sentido, tem-se uma racionalidade espacial impondo-se e imprimindo-se sobre o vivido.

Porém, há atores sociais que resistem à lógica do espaço abstrato e se enquadram dentro de um *espaço diferencial*. Têm-se, então, produções dos micros espaços dentro da *superestrutura* espacial planejada e funcional, como forma de resistência à lógica do Estado-capital. Assim, os que criam guetos, cantinhos, favelas, ou constroem suas casas em ilhas, são

considerados ilegais, com práticas espaciais “deformadas”. A produção do espaço se caracteriza pelo uso que faz do espaço.

“O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele (o espaço estado-capital) se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo” (Lefebvre, 1986:411-412).

O espaço abstrato está vinculado à força do capital e de sua reprodução. Cria-se esse espaço para facilitar o uso do tempo na reprodução e maximização dos lucros, por exemplo, as ruas largas para escoação de pessoas e mercadorias. O espaço é um produto. A forma de construir um espaço de resistência é a produção de espaços diferenciais de luta ao modo de produção capitalista. Por exemplo, entrar em uma ilha e acreditar que ali é seu, mesmo sem ter o título público - como ocorrera em 1940, com entrada dos ilhéus as ilhas -, é travar uma luta de resistência diferencial a suposta ordem estabelecida do Estado-capital. Todavia, estudar as formas de ocupação deste espaço por meio dos usos que dele fizeram os ilhéus no processo de ocupação e territorialização, é, antes, entender a forma própria de vida ilhéu.

Os moradores das ilhas da parte baixa do PNIG não residem em um espaço urbano, mas em um meio rural com relações tipicamente capitalistas. Estão presentes em um espaço em que há tensões, forças e pressões homogeneizadoras do Estado. Entretanto, pelo fato de terem adentrado em um espaço abstrato e por meio dos usos que fizeram deste espaço, criaram uma forma própria de apropriação das ilhas que aqui podemos chamar de espaço ilhéu. Um espaço paralelo, subalterno, de aclives e declives e com práticas de apropriação e reprodução da vida que se imbrica, muitas vezes, com a forma legal do Estado, mas que possui uma lógica própria de organização social.

Mas uma resposta ainda precisa ser dada para que os conceitos de território e espaço dialoguem entre si fazendo frente a este trabalho de forma basilar. A pergunta que se faz é quando o espaço ilhéu se torna território ilhéu, haja vista o espaço *estar ali*, na sua anterioridade ao território? A possível resposta, a que adotamos aqui, é de que o espaço ilhéu se torna território quando esse espaço é territorializado. Entra, então, nesta discussão, um terceiro elemento, o movimento, que dá o trânsito, cria as relações, um jeito próprio de viver, uma economia *pública e privada*, e faz com que o conceito de espaço se torne território com nuances próprios de um espaço produto.

O território ilhéu não é a materialidade do espaço ilhéu. Não é a terra das ilhas somente ou a circunferência que as dividem em terra firme e as águas do Rio Paraná. O território ilhéu, obviamente, possui sua materialidade, estando em lugar específico no Rio Paraná, com marcações divisórias, mas é mais que isto, é, sobretudo, as relações sociais que ali nas ilhas são desenvolvidas. Como falar somente da materialidade do território sem as representações que os ilhéus fazem deste espaço? O ilhéu entrou em um espaço, portanto, se apropriou de um lugar como resultado de suas representações construídas na trajetória de sua vida, enfim, achou, em algum momento, que aquele lugar (as Ilhas) era ideal para viver. Vamos além, território ilhéu é uma construção a partir de articulações familiares, do uso que se faz da terra, do Rio, e das representações que se constroem neste território.

Quando estamos falando de uma parte do parque é porque nossas pesquisas se concentraram em um micromundo *produto e acidentado* da parte baixa. Um local que sofreu transformações ambientais profundas com a construção da Usina de Itaipu. Com o fechamento das comportas para o pleno funcionamento da Usina, ocorreu o alagamento do canal do Rio Paraná, fazendo com que as águas corresse mais devagar que o normal. A parte baixa do PNIG é atingida por este fenômeno sendo visivelmente comprovado quando se navega de Guaíra ao Porto Morumbi. Isto definiu a marcação do território ilhéu para este estudo.

As águas represadas do Rio Paraná impuseram-se sobre a vida ilhéu, forçando deslocamento pendulares, a subida do ilhéu às ilhas rio acima. O Ilhéu que outrora morava nas Ilhas Pacu, Ilha Saraiva, e tinham acesso fácil à cidade de Guaíra, pela proximidade, deixaram seus espaços em nome do progresso, da planificação estatal da vida. Naquele momento, o Estado entendeu que era preciso produzir luz elétrica, e mais que isto, era preciso fornecer luz para as casas e indústrias. Por isso, no processo de medo, de perda, de dúvida e, até mesmo, de desespero, muitos ilhéus ou saíram do território rumo ao continente, ou deslocaram-se rio acima. Os que ficaram não imaginavam que não seria somente as águas do Rio Paraná que os fariam sair do território, que os jogariam à praia. Os conflitos foram e ainda os são os mais diversos, inclusive, no processo de formação da identidade ilhéu, que vez ou outra é estigmatizada. Afirma-se que a presença ilhoa às ilhas é danosa ao meio ambiente, que são destruidores da natureza e vilões do Parque, intrusos. Por um lado, percebo que esta visão é midiática, recortando apenas o presente da história ilhéu, mas, também, uma forma de lançar sobre o território ilhéu um discurso que os coisifiquem ainda mais, a ponto de negar possíveis proposituras de identidade tradicional. Na mediaticidade do discurso sobre a vida ilhéu, foge-se a noção de um sujeito histórico. Dizer que o ilhéu é um sujeito que proporciona aborrecimento ao perfeito fluir da natureza, é o mesmo que não reconhecer que sua presença

nas ilhas tem uma causa, que, em grande medida, tem a ver com as relações entre o trabalho e o lucro, ou mesmo, a falta de trabalho negada no continente, em que o lucro cerceou os espaços, a tal ponto, jogando um exército de desempregados a arranjarem-se às ilhas. Para muitos órgãos ambientais, que fazem parte da jurisdição estatal, na tutela da natureza, o trabalho, além de brindar as ilhas com as mais variadas formas legais contra o território de luta e alternativo da comunidade ilhéu, afirmam, discursivamente, que ilhéu é um sujeito estranho e sem história⁹.

1.3 A desterritorialização ilhéu com a formação do Parque Nacional de Ilha Grande.

A materialidade legal que o arquétipo jurídico traz ao espaço do PNIG demarca fronteiras entre a ação do Estado no local em relação aos ilhéus. Por outro lado, o território ilhéu não reconhece como legítima essa materialidade jurídica, e sim a dimensão material e simbólica que produziram ao longo da história de ocupação das ilhas (HAESBAERT, 2004).

O que se entende por materialidade legal compreende duas dimensões: a dimensão geopolítica no espaço das ilhas e a dimensão simbólica: de um lado, a materialidade jurídica é vista por meio do georreferenciamento, as divisas legais do parque, e do outro, como consequência da primeira, por ter uma lei que regulamente o lugar, imprime a ideia de preservação absoluta da natureza, em que a intocabilidade da natureza e o preservacionismo tipificam a ação humana no PNIG (DIEGUES, 1994). A legalidade imprimida pelo Estado, no espaço ilhéu, faz do ilhéu o ilegal. Não reconhece o local com identidade própria, com fronteiras econômicas e sociais construídas no tempo-histórico, de formação do ordenamento espacial ilhéu (LEFEBVRE, 2000).

A legislação que compõe o Parque, por um lado, traz para o espaço Ilhéu a linearidade de uso do local, e, ao mesmo tempo, ocasiona a desterritorialização, apontando o caminho de saída ao ilhéu. Uma desterritorialização com a função de expulsar do espaço das ilhas, o ilhéu, mas também uma desterritorialização simbólica e cultural. Aqui se toma desterritorialização como abandono forçado e imposto de fora para dentro do território, resultante do exercício coercitivo do poder pelo Estado. Um poder exercido de cima para baixo (HAESBAERT, 2004). Em um documento produzido em conjunto no *“I Encontro dos Ilhéus do Rio Paraná,”* promovido pelo Movimento dos Ilhéus do Rio Paraná- MOIRPA, e a Associação dos Atingidos pelo Parque Nacional da Ilha Grande e Área de Proteção Ambiental-APIG, o reclame é por uma

⁹ <http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/paranativ-2edicao/videos/t/edicoes/v/iap-interdita-casas-irregulares-em-ilhas-no-rio-parana/3810529/>. Acessado 07 Outubro de 2017.

forma de vida construída historicamente, mas que fora solapada por terem que sair de suas terras. Ressalta-se a consciência de que construíram um território e que, em algum momento, fora reconhecido pelo Estado:

“Fazemos esta lembrança para explicar que não somente quem morava nas ilhas foi atingido, estima-se que metade da população expulsa habitava nas margens do Rio Paraná, em regime de posse do uso da terra e formas de vida semelhantes – agricultura de autoconsumo e pesca artesanal. Esta definição ajuda a compreender porque a denominação de ilhéus utilizada pelo governo é similar à categoria de posseiro, isto é, reconhece sua condição de não proprietário, e não sua forma de vida. Desta forma, nossa desocupação da área de inundação ficou facilitada, afinal para o Estado, ilhéus/posseiro é um ente “passageiro”, e não possui uma existência coletiva, nem uma tradição, tão pouco o poder de nomear-se, situação que contestamos e por isso até hoje lutamos por nosso território (<http://redepuxirao.blogspot.com>, Acessado 05 outubro de 2017).

Constrói-se um território de baixo para cima, coletivo, para garantir direitos individuais, e a permanência no local. Para tanto, entraremos em um campo arenoso, unilateral, obscuro, o campo legal de formação do Parque com suas leis ambientais e decretos. É demasiadamente pesado reproduzir códigos jurídicos que só servem para normatizar a vontade soberana do Estado, numa clara apresentação de sujeições e prerrogativas aplicáveis em um local. A formação do parque não contemplou o diferente, o modo de ser e de produzir nas ilhas, o subalterno, o caipira, o roceiro, o lavrador, o boia-fria, que saiu do continente, para, nas ilhas, ser dono de um pedaço de terra, melhorando sua condição de vida. O Parque tornou o sujeito ilhéu ilegal em 1997. Em face desse problema, os ilhéus passaram a aglutinar seus discursos alegando ser uma comunidade tradicional e, com isso, reclamar legalmente o direito à terra, à casa, enfim, à vida nas ilhas. A finalidade do capítulo repousa na negação do Estado em reconhecer o diferente, o espaço “irregular”, fixando fronteiras que se sobrepõem às fronteiras do território ilhéu, aliado à força do poder econômico.

O modelo de preservação adotado no Parque Nacional de Ilha Grande é inspirado em uma proposta ou experiência ocorrida nos Estados Unidos da América em 1872, ocasião em que foi criado o primeiro parque do mundo, o *Yellowstone National Park*. O seu surgimento está relacionado com o esforço em preservar as nascentes, os riachos e a mata nativa contra as apropriações privadas e a exploração desenfreada dos recursos naturais (GODOY, 1999). Esse movimento de criação de locais específicos para preservação ambiental em um determinado território se intensificou a partir do século XX. Surge, então, um impulso internacional em defesa dos parques, que culminou com três grandes “conferências internacionais: em 1962, em

Seattle, EUA; em 1972, em Yellowstone, EUA; em 1982, em Bali, Indonésia”. (GODOY, 1999, 31).

Já no Brasil, a preocupação com a criação de parques aparece inicialmente com o engenheiro e político André Rebouças, em 1876, quatro anos após a criação do Parque Nacional de Yellowstone (GODOY, 1999, 31). Sua preocupação não surtiu efeito de imediato: era mais uma vontade pessoal do que uma idealização nacional em função de um bem maior, a preservação da natureza. Sua intenção era criar o *Parque Nacional do Bananal* e outro em *Sete Quedas*, Guaíra, Paraná. Seriam os primeiros Parques Nacionais se o projeto estivesse sido efetivado (MEDEIROS, 2006).

No entanto, em vez de termos os parques como execução de uma política nacional de áreas protegidas dentro de um território, tivemos a criação de Reservas Florestais no Estado do Acre. O objetivo do então Presidente da República, Hermes da Fonseca, em 1911, era restringir o desmatamento desenfreado daquelas regiões, tornando aquele território domínio nacional controlado pelo poder público. Até aquele momento não teria ocorrido no Brasil a efetivação de um parque nacional, mesmo diante de todo debate realizado pela sociedade e entre as diferentes frações da classe política e sociedade civil. O que ocorreu no país foi a criação o Parque Estadual de São Paulo (MEDEIROS, 2006) em 1896, ou seja, fora do âmbito federal.

Somente em 1937 foi criado o primeiro Parque Nacional no Brasil, o *Parque de Itatiaia*, no Estado do Rio de Janeiro, e, em seguida, em 1939, no Paraná, a criação do Parque Nacional do Iguaçu. Tanto um quanto o outro não tiveram critérios técnicos ou um estudo detalhado feito preliminarmente para sua efetivação enquanto Parque Nacional, o que houve foi tão somente a delimitação territorial e alguns poucos critérios de uso (PÁDUA, 1997). Por não haver esse estudo preliminar, foi preferível fechar os olhos das comunidades que residiam no interior destes parques. Na verdade, não se sabia o que fazer com essa nova realidade. Era preciso criar o *tipo* parque com fim à preservação, o que não se previu foram as particularidades no interior de cada parque. Um exemplo de tal situação foi a *Estrada do Colono*, presente no Parque Nacional do Iguaçu, motivo de embates até os dias atuais em relação ao seu funcionamento¹⁰.

Com o Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979, artigo 1º, parágrafos 1, 2 e 3, foi aprovado o Regulamento dos Parques Nacionais no Brasil (GODOY, 1999, p. 32), mais de cem anos após a iniciativa norte-americana. A finalidade de cada parque passa a ser conservar grande reservas biológicas para fins científicos e educativos, levando ao conhecimento das

¹⁰ <http://www.oeco.org.br/noticias/27620-dez-motivos-para-a-estrada-do-colono-nao-passar/> (Acessado em 06 de novembro de 2017)

futuras gerações a fauna e flora ali preservadas, bem como demonstrando o cuidado com o meio ambiente. Ideologicamente constrói-se esse discurso negando a vida humana nos espaços reservados à natureza. Muitas comunidades ribeirinhas, ilhéus, quilombolas e, até indígenas, assumiram a posição de agressores, de depredadores da natureza. O arquétipo jurídico inverteu o modo de ver essas comunidades, impondo-lhes um estigma, o de transgressores por estarem em um local proibido (DIEGUES, 1994).

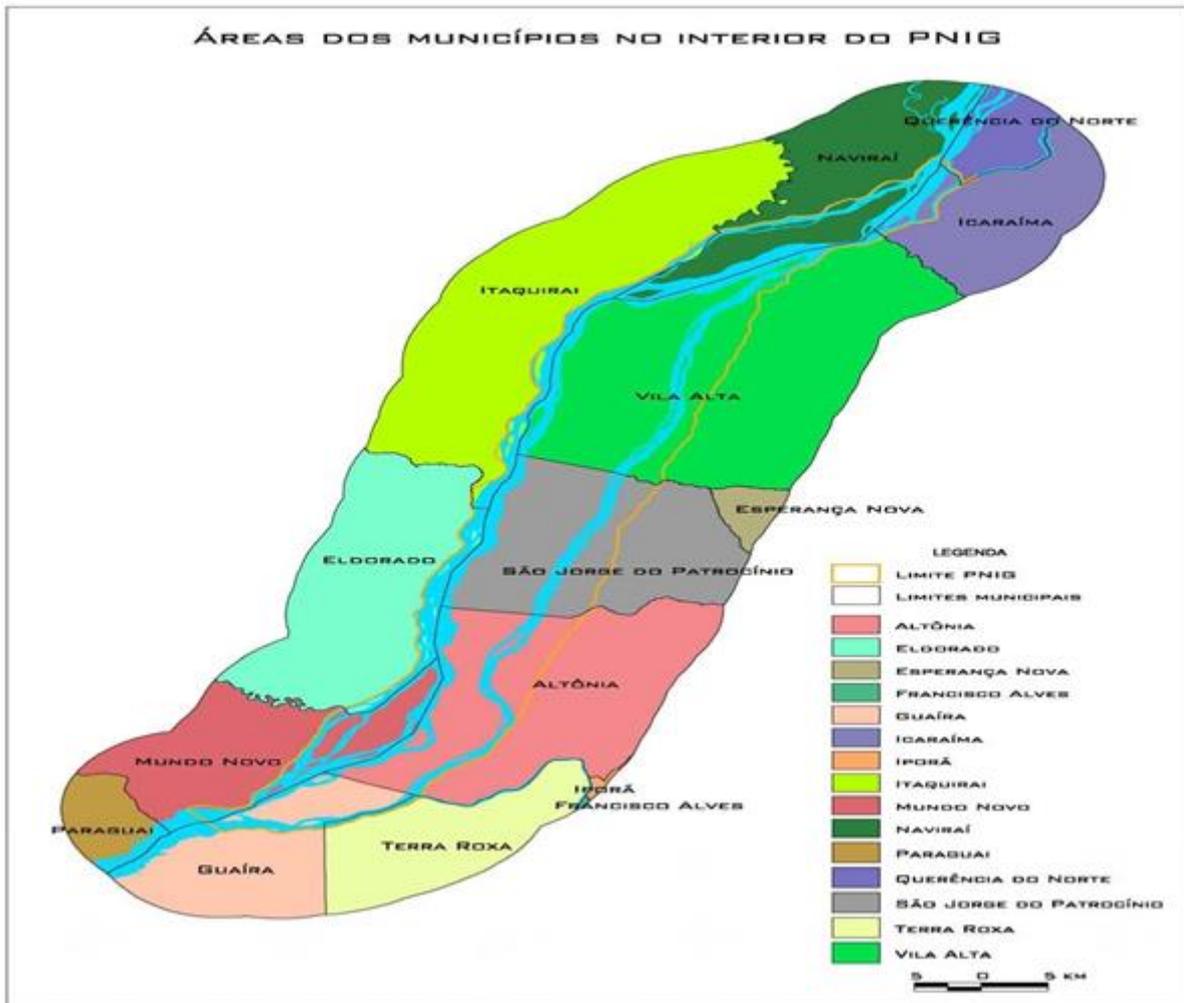
Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (UCs), o SNUC, as unidades de conservação estão distribuídas de duas formas em todo território brasileiro: *a unidade de conservação de uso indireto; e a unidade de conservação de uso direto*. Há uma grande diferença entre as duas. A primeira, segundo sua formulação legal, apresenta que não é possível a presença de seres humanos morando em seu interior, mas é possível desenvolver atividades de pesquisa e de visitação relacionadas ao turismo e atividades de lazer. Há três locais que se configuram desta forma: “Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas”.

A segunda forma legal de criação das UCs é a unidade de conservação de uso direto, onde pode haver a presença humana em seu interior e os seus moradores podem fazer uso dos recursos naturais por meio do manejo. Essa forma legal de construção de UCs abrange as “Áreas de Proteção Ambiental, Reservas Extrativistas e Florestas Nacionais”. Vale salientar que as formas jurídicas de categorização das UCs visam à proteção integral do meio ambiente (uso indireto) e à disciplina do uso racional dos recursos naturais (uso direto).

O Parque Nacional de Ilha Grande (PNIG) está localizado no Rio Paraná que divide os estados do Mato Grosso do Sul e Paraná, e está situado a não mais que 2,5 km do país vizinho, a República do Paraguai. Por definição legal, o parque é considerado uma unidade de conservação de uso indireto. O PNIG está inserido no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), criado com a Lei nº 9.985 em 18 de julho de 2000, tornando-se, assim, uma Unidade de Conservação (UC).

O PNIG, com superfície de 78.251,89 ha, abrange os seguintes municípios do oeste do Estado Paraná: Guaíra (5,72%); São Jorge do Patrocínio (20,16%); Altônia (17,59%); Vila Alta (29,56%); Icaraíma (1,90%), Querência do Norte (0,13%), Terra Roxa (0,35%). Mundo Novo (7,43%); Eldorado (3,47%); Naviraí (9,91%); Itaquiraí (3,78%) no Mato Grosso do Sul.

Figura 5. Área de abrangência dos Municípios no Parque Nacional de Ilha Grande



Fonte: Plano de Manejo do Parque Nacional de Ilha Grande – PARNA, 2008.

O Parque foi criado com o Decreto s/n de 30 de setembro de 1997 e passa, a partir desta data, a ser chamado de Parque Nacional de Ilha Grande, fazendo alusão a sua maior ilha. A Ilha Grande possui extensão de 106 km, indo de Guaíra, Oeste do Paraná, até o Estado de São Paulo. O Decreto s/n de 1997 em seu artigo primeiro decreta a criação e distribui os limites geográficas do PNIG:

Art. 1 Fica criado o Parque Nacional de ilha Grande, abrangendo as Ilhas Grande, Peruzzi, do Pavão e Bandeirantes, e todas as demais ilhas e ilhotas situadas desde o Reservatório de Itaipu e a foz do Rio Piquiri até a foz dos Rios Amambai e Ivaí, as áreas de várzea e planícies de inundação, situadas às margens do Rio Paraná, as águas lacustres e lagunares e seu entorno e o Paredão das Araras.

Outros dois dispositivos legais encontram-se presentes no PNIG: a Área de Preservação Ambiental (APA) e Área de Preservação Permanente (APP). A APA das Ilhas e Várzeas do Rio

Paraná foi criada em 30 de setembro de 1997 e tem como finalidade ser uma espécie de “escudo” para o PNIG e, também, dar maior proteção às ilhas, às ilhotas e às várzeas presentes no Rio Paraná como um todo. Já as APPs são um conjunto de locais destinados a sempre serem protegidos, sendo os leitos dos rios, os topos de montanhas e ao redor de nascentes. A matéria legal que regulamenta e enquadra as Áreas de Preservação Permanente como sendo ou não um reduto exclusivo da natureza está presente no novo Código Florestal editado em 25 de maio de 2012, sob o número 12.651.

Figura 6. Unidade de conservação do Parque Nacional de Ilha Grande



Fonte: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/retratos-parana/uma-riqueza-ao-alcance-de-poucos-9ly13mxcqpvpinpjn80p1dfy>. Acessado em 07 de abril de 2017.

O que distingue estes dois dispositivos é o fato de que, nas APAs, pode-se haver a presença humana fazendo uso dos recursos naturais de forma consciente, sem destruição da natureza, desde que haja um laudo feito por órgãos ambientais por meio de vistoria na área pretendida para uso. Já nas APPs, é proibida a presença humana, e o local, assim demarcado como tal, fica destinado somente como reduto da natureza. Como podemos observar, o PNIG é uma sobreposição de legislação, e cada qual com finalidades específicas para garantir ampla

proteção à natureza. Por isso, o Parque é dividido em ilhas, ilhotas, várzeas, planícies de inundação, águas lacustres e lagunares e o Paredão das Araras. Isto foi feito para escalonar o tipo de preservação que se quer alcançar com tal divisão.

O PNIG atualmente é administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), vinculado ao Ministério de Meio Ambiente (MMA). O órgão é uma autarquia criada em regime especial sob a Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, e atua desde a fiscalização do PNIG, no cumprimento das normas ambientais, como, também, na edição colegiada de normas e padrões de gestão de Unidades de Conservações (UCs); ainda, torna-se importante salientar, cabe ao ICMBio a regularização fundiária das UCs quando da presença humana.

Em 23 de dezembro de 2015, foi empossado em Guaíra o primeiro conselho consultivo do PNIG, formado por representantes da sociedade civil, universidades, moradores das ilhas, sindicatos dos pescadores e representantes dos órgãos ambientais das três esferas da federação. Esse conselho tem por finalidade ajudar a resolver questões que envolvam o PNIG, bem como, segundo o próprio ICMBio,

“(..)acompanhar a elaboração, implementação e revisão do plano de manejo da UC; buscar a integração da UC com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno; defender a compatibilização dos interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade; avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da UC”. (Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/4-destaques/7451-ilha-grande-da-posse-ao-seu-conselho-consultivo> Acessado em 06 de Abril de 2017)

O Parque ainda conta com um amplo documento, de mais 700 páginas, o Plano de Manejo (PARNA)¹¹. Trata-se de um documento oficial que abrange todas as informações, de âmbito genérico da UC, bem como dá orientações de manejo do local para os próximos cinco anos. Sua finalidade é planejamento e o zoneamento da unidade de conservação, apresentando o seu desenvolvimento físico e estabelecendo as diretrizes básicas para o manejo. O PNIG tem um plano de manejo que foi iniciado em 2003 e finalizado em 2006. Não é um documento acabado porque pode ser revisado pela sociedade civil e também pelos órgãos ambientais.

¹¹ Cabe salientar que toda UC possui um plano de manejo, isto segundo o que determina o SNUC em suas diretrizes, inciso XVII, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Destaca-se que a história de ocupação destas ilhas e as relações sociais são bem mais antigas do que a própria criação do parque. Somente analisando estes processos se torna possível compreendermos os conflitos derivados de um conjunto de “fronteiras” que se sobrepõem ao que observamos nos modos de viver dos ilhéus. A imposição ou a delimitação das fronteiras jurídicas que apreendem o território do parque, muitas vezes, entra em conflitos com fronteiras econômicas e sociais presentes na região em tempos anteriores.

2. A HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO

Neste capítulo realizamos uma breve regressão histórica no intuito de discutir a formação do território de estudo, destacando que o território ilhéu não é uma construção mediática e atemporal; o recorte estabelecido, de certa forma extensivo, mas à altura das peculiaridades da região, não é mais expressivo que os elementos culturais, políticos e econômicos, sobrepostos ao longo da história da região. Por isso, a premissa de que um território é, sim, um micromundo, mas, antes, é um mundo histórico e relacional. O território ilhéu, como delineado hoje, é uma sobreposição de territórios construídos e desconstruídos ao longo da história; uma sobreposição de múltiplas territorialidades. Em sua composição local, perpassam elementos que foram trazidos e assimilados ao longo da história da região, não sendo possível pensar o território ilhéu desconectado desse mundo histórico-regional (HAESBAERT, 2004).

De modo geral, os tratados de Tordesilhas e Madri, que comporão o texto a seguir, são definições de *uma linha, de um marco*, de um território geopolítico. Mas, se olharmos para além do marco, encontrar-se-á uma fronteira jurídica que delimita a atuação de poderes de Espanha e Portugal. Especificamente com o Tratado de Madri, ocorre uma desterritorialização jurídica, em que Espanha perde o domínio da Região do *Guairá* para Portugal. Numa primeira incursão, o Reino da Espanha desloca-se para a região à procura de riqueza e, ao mesmo tempo, territorializando o local. O cuidado era, além de ter em mãos muito ouro e prata, marcar o local, ladrilhar, separar a brutalidade da natureza do “homem civilizado” (HOLANDA, 1984). Com o Tratado de Madri, a região do *Guairá* passa a Portugal, que, tendo o domínio jurídico, abandona o local por mais cem anos. Obviamente, a região não se “desertificou”, os espanhóis continuaram explorando as riquezas advindas das florestas densas e escuras do oeste paranaense, ao ponto de abrir espaços para a estruturação de uma forma econômica diferencial, *as Obrages*, dentro da jurisdição portuguesa. Nestas disputas territoriais, é possível observar como cada nação, tanto Portugal como Espanha, mostravam-se regionalmente pelas relações econômicas que desenvolviam, as formas de uso da terra e as conquistas das riquezas, interligando territórios e elementos culturais que se fazem presentes até nossos dias.

Assim, veremos, nos dois tópicos deste capítulo, que a região das ilhas, ao longo de sua história, passa por constantes processos de territorialização e desterritorialização, motivados pelas mais diferentes formulações, mas, também, com relação direta a forças econômicas do Estado. Neste processo, entre o fixo e os fluxos territoriais, apresenta-se a própria contradição do Estado-capital na formação e na desconstrução dos espaços sociais. Por isso, os movimentos

históricos na região PNIG, se comporão, muitas vezes, de um levante imperial/estatal com interesses econômicos em uma determinada direção, e, de outro lado, na formação de territórios singulares, *com* formas paralelas de apropriação que, mesmo inserido nos espaços planejados do Estado, atuam de forma diversa, desenvolvendo relações sociais e econômicas que marcam fronteiras entre o Estado legal e as práticas supostamente ilegais de reprodução da vida.

2.1 A espacialização e apropriação da região do Parque Nacional de Ilha Grande até 1940.

A região do Guairá formou-se a partir da sobreposição de múltiplos territórios, ou ainda, uma rede, com múltiplos territórios durante o seu processo histórico de ocupação. A interligação entre um território e outro pode ser definida como uma espécie de fixação na mobilidade, materialidades e imaterialidades, realidades palpáveis e virtualidades, razão e emoção (SANTOS, 1996). De um lado, o indígena negando a presença de estrangeiros em suas terras, criando barreiras, se fixando, resistindo aos ataques espanhóis e, de outro, a força imperial impondo-se, mexendo com as fronteiras e culturas indígenas, negando sua legitimidade e introduzindo outra fronteira simbólica, econômica e social. Portanto, a historicidade das relações sociais do território ilhéu torna-se um mecanismo que lançamos mão para triangularmos os processos de territorialização e desterritorialização na região do Guairá. A história do local não é nosso objeto em si. Torna-se a lanterna que mostrará o movimento de fixação e desenraizamento de vários territórios na região de estudo, desvelando a realidade social do local. O recorte é extenso porque requer uma volta ao tempo/espaço de aproximadamente 500 anos.

Como demonstra o Tratado de Tordesilhas celebrado entre Reino de Portugal e a Coroa de Castela em 07 de junho de 1494, a região do Parque Nacional de Ilha Grande pertencia à Espanha. Esse tratado teve por objetivo construir uma linha imaginária em que foram delimitadas quais eram as terras do Novo Mundo pertencentes a Portugal e Espanha. Com isso, mesmo não tendo instrumentos de precisão que delimitasse com exatidão os pontos do traçado, a linha imaginária resolveu grandes problemas diplomáticos entre as duas Nações (MORGAM & CASTANHA, 2011, p. 211). O Tratado de Tordesilhas construiu fronteiras jurídicas, marcando exclusão/reclusão territorial entre as duas nações. Resolve-se, assim, questões de domínio social e econômico sobre o local.

Em 1516 João de Solles, comerciante espanhol, deslocou-se ao Uruguai com a intenção de explorar o estuário do Rio da Prata, o que não deu muito certo devido a ataques de nativos

levando a sua morte e de muitos de seus expedicionários. Os sobreviventes da expedição, ao retornarem à Espanha, espalharam a notícia da existência de um local com muita prata e ouro. Em 1521, uma nova expedição foi organizada e retornaram à região por caminhos diversos – há evidências históricas de terem passados pelo *Caminho do Peabiru* - sob o comando de Aleixo Garcia que chegaram até os Andes. Levaram muito ouro e prata e, no caminho de volta, Aleixo Garcia também morreu por emboscadas de nativos que não aceitavam a presença dos espanhóis na região. Esse foi um período marcado por várias expedições à Bacia do Prata por espanhóis.

Os feitos dos espanhóis na região do Prata geraram “olheiros” e, entre eles, os portugueses, que tão logo se puseram a caminho, e, em 1531, chegaram na região conhecida atualmente como a cidade de Curitiba. Mais ousados ainda se mostraram os portugueses porque entraram em terras espanholas não respeitando o Tratado de Tordesilhas. A Espanha não detinha um certo domínio sobre suas terras vindo a consegui-lo após algumas estratégias de apropriação entre as quais cita-se a instalação de povoados, uma central de expedições e também uma base militar. Somente em 1535, quando a Coroa Espanhola solicitou os serviços de Pedro de Mendonza, *expecte* em todo tipo de atrocidade como saques e destruições, é que se deu maior presença espanhola a região do PNIG. Mendonza foi responsável pela criação do vilarejo de Buenos Aires e, na sua volta à Europa, morreu em alto mar sendo substituído por João de Ayolas.

Ayolas seguiu saqueando e matando nativos a esmo e a revolta ia se alastrando, principalmente entre a etnia Guarani, que tinha seu maior contingente na região do PNIG. Com o passar do tempo, os indígenas passaram a se rebelar e a atacar as povoações instaladas no território espanhol, e, inclusive, Ayolas foi morto em um destes ataques (LAZIER, 2003; PARNA, 2006).

Substituído por Domingos de Irala que, imediatamente diante dos conflitos na região, tratou de fazer alianças com indígenas na tentativa de consolidar a presença espanhola na região. Em 1556, fundou a Cidade Real Del Guairá, na foz do Rio Piquiri, no Rio Paraná. Além disso, incentivou o cultivo da terra entorno da cidade Real, a formação de lavouras, a criação de alguns animais e o extrativismo da erva mate nativa (COLODEL 2003, 9)

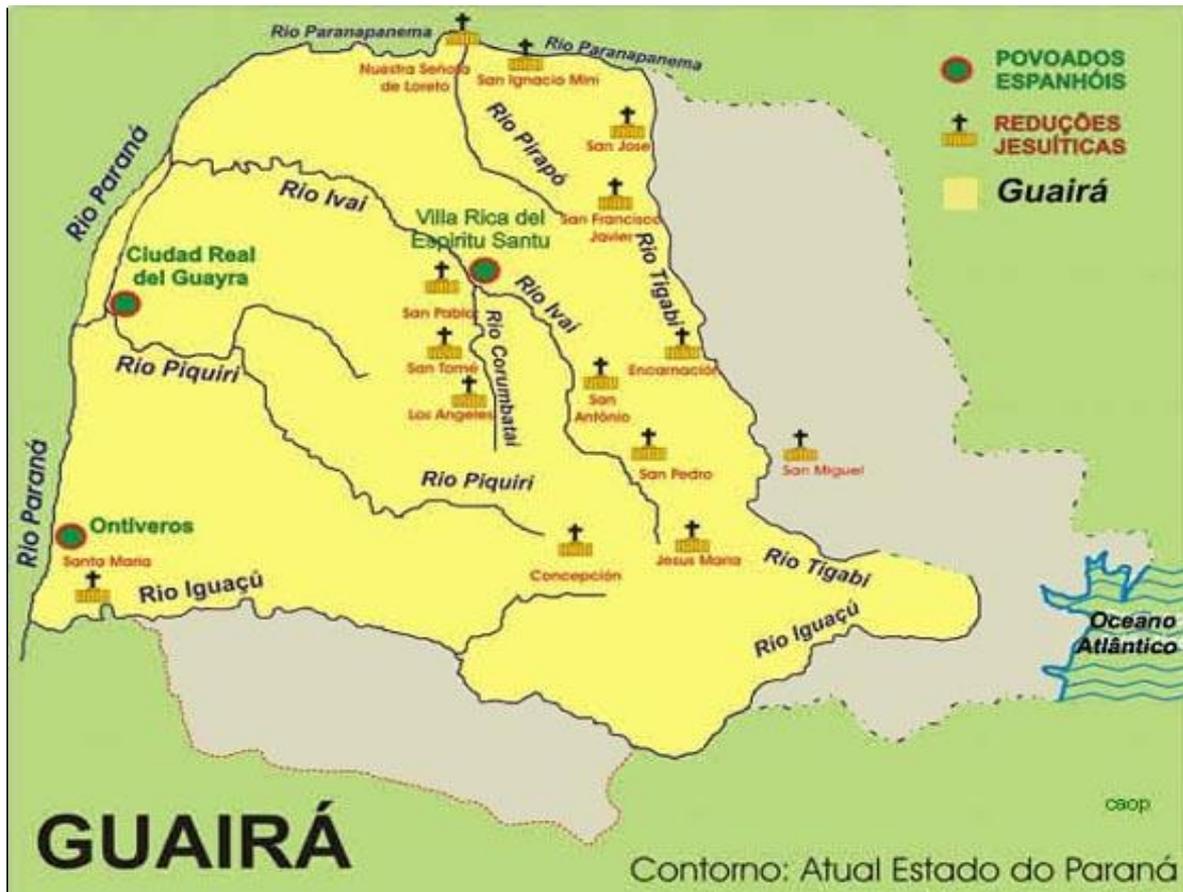
Mesmo tendo o domínio de grandes porções de terras, os espanhóis eram movidos pelo desejo de encontrar ouro e prata. Para tanto, adentravam mais e mais em terras indígenas na região da Cidade Real, construindo vilarejos. E foi nesses aglomerados populacionais que se tem a inserção dos padres Jesuítas, da Companhia de Jesus, com o trabalho de catequese ou o “amansamento” dos indígenas: uma forma brutal de aculturação e exploração sem usar formas violentas de escravização. Um dos argumentos que legitimava a ação dos padres era a crença

na *redenção* dos indígenas o que levaria a sua *salvação*. Se convertido ao cristianismo, alegavam os padres jesuítas, o indígena passaria a ter alma e consequentemente serem salvos do *inferno*, mas, o que estava por trás desta ideologia era aumentar o domínio da Igreja Católica Apostólica Romana, e expandir a dominação espanhola e portuguesa entre as etnias indígenas presentes na região.

Vale salientar que esta era uma forma de dominação diferente daquela que vinha sendo praticada pelos espanhóis. Os espanhóis usurpavam das forças indígenas por meio de técnicas militares e, com muita violência, empregavam a dor física como forma de se impor e de mostrar sua força e, acima de tudo, marcar seu domínio. Os padres jesuítas, vendo toda essa brutalidade contra os indígenas, e sendo contrários a este modo de dominação, se rebelaram contra os espanhóis, não que suas práticas de dominação fossem menos perversas. Obviamente isto custou a saída dos padres jesuítas dos vilarejos espanhóis.

Neste momento histórico surge as *Reduções Jesuíticas*. Um aglomerado populacional com regras rígidas e o foco na catequização. A educação formal aplicada aproximava-se do modelo europeu e era obrigatória para as crianças, adolescentes, jovens e adultos. Os dias eram divididos em oração, trabalho comunal e educação. Isto fez com que as Reduções tivessem êxito e se expandissem rapidamente. Por isso era preferível à catequese jesuíta pelos indígenas que as chibatas dos espanhóis (COLODEL 2003). Assim, foi se configurando a apropriação da região onde hoje se localiza o PNIG. De um lado, os espanhóis formando povoados e, de outro, os padres de Companhia de Jesus construindo Reduções. Desta forma, marca-se, assim, os primeiros aglomerados populacionais e seus primeiros vilarejos após a chegada dos europeus a região do PNIG.

Figura 7. Reduções Jesuíticas e povoados espanhóis.



Fonte: <http://www.probst.pro.br/guaira.php>. Acessado em 13 abril de 2017.

Os espanhóis, temerosos às Reduções, vendo que estas angariavam forças, trataram de mobilizar a Corte da Espanha para enfraquecer a atuação dos padres na região, o que não chegou a ser necessário. Em um momento inesperado e com uma ajuda involuntária, porque não foi motivada pelos espanhóis, os portugueses vindos de São Vicente (São Paulo) invadiram o território espanhol para capturar a força de trabalho e vender a fazendeiros paulistas. Esses eram conhecidos como os Bandeirantes. As invasões eram constantes e vários índios foram aprisionados e levados a São Paulo. Antônio Raposo Tavares, por exemplo, comandou a destruição de todas as Reduções Jesuíticas na região do Guairá em apenas quatro anos, de 1629 a 1632. Vendo toda a desarticulação dos indígenas, os espanhóis, aproveitando da situação, também capturaram vários índios e os converteram em mão de obra. Esse foi um processo de desarticulação e de destruição das etnias indígenas que viviam na região da Cidade Real de Guairá.

Alguns padres jesuítas e indígenas se organizaram para lutar contra os portugueses e, em 1641, derrotaram, à beira do rio Mbororé, uma expedição bandeirante. Esse embate não foi suficiente para conter a fúria portuguesa na região e tão logo os espanhóis foram expulsos de

suas terras assim como todos os padres jesuítas. Os portugueses se valeram de um dispositivo legal que, de fato, lhe garantia autonomia e posse sobre as terras invadidas, de usucapião. Por esse motivo, em 1750, foi construído o Tratado de Madri, e novas fronteiras foram estabelecidas em que Portugal passa ser, definitivamente, dono da região do entorno do Parque Nacional de Ilha Grande.

Tão logo ao Tratado de Madri, as etnias indígenas que ainda resistiam se dissiparam à procura de novas terras e os próprios portugueses abandonaram a região por mais cem anos. Conseqüentemente, os bandeirantes se deslocaram para novas regiões procurando indígenas para o comércio no mercado de escravos. Como não havia uma política de controle de ocupação dessa região pelos portugueses, muitos aventureiros ocupavam terras brasileiras no intuito de desenvolver a exploração predatória das riquezas naturais da região. No século XIX, a exploração da erva-mate nativa e também madeira se tornaram atrativos rentáveis aos olhos de muitos espanhóis vizinhos da região do Parque Nacional de Ilha Grande, principalmente, argentinos e paraguaios (WACHOWICZ 1967).

A figura dos *Obrages* se faz presente neste período. Segundo a literatura histórica, a *obraje* era um local de grande extensão de terra sob o domínio, muitas vezes, de argentinos ou paraguaios. Os obrageiros subiram pelo Rio Paraná até as Sete Quedas, próximo à cidade de Guaíra, e, ao caminho, iam marcando faixas de terras para exploração de madeira e erva-mate nativa. Muitas pessoas prestavam seus serviços aos “donos” das *Obrages* e eram conhecidos como “mensus” (mensalistas). Vale salientar que essa forma de produção dava aos obrageiros o controle econômico e político da região.

Com a Guerra do Paraguai, 1865 -1870, a Coroa portuguesa toma ciência da importância da região e articula-se para montar uma Colônia Militar no extremo oeste paranaense. Em 1888, uma Comissão eleita pelo Ministério da Guerra funda a Colônia Militar. Importante salientar que no caminho até a foz do Rio Iguaçu, abrindo picadas em meio à floresta, a Comissão testemunhou não ser a região abandonada como se tinha ideia. Perceberam que há muito se tinha a exploração de recursos naturais de tais localidades. Mesmo com a criação da Colônia Militar, a região do PNIG era comandada e organizada pelos *Obrages* e era relativamente despovoada (PRIORI, 2012, p. 134).

O Governo brasileiro sabia que precisa vigiar a fronteira oeste do Paraná e, para tal, precisava criar meios para isto. Era preciso marcar o domínio, construir cidades, dizer aos vizinhos, paraguaios e argentinos, que aquela região estava sendo administrada efetivamente pelo Estado brasileiro. Essa necessidade surgiu com a Guerra do Paraguai (1865 a 1870). A região se torna conhecida nacionalmente pela própria logística da Guerra. As tropas, para

adentrarem ao Paraguai, precisavam se deslocar passando pela fronteira, utilizando-se de Guaíra ou Foz do Iguaçu, prioritariamente. Esse movimento, com grandes continentes na fronteira, mostrou a importância em criar na região um destacamento militar, uma colônia, que pudesse, ao mesmo tempo, garantir os interesses do Brasil na região, como também expulsar as *obrages*, que detinham o poder político e econômico da região. Além do que era temerário que um levante pudesse surgir, ou de paraguaios ou de argentinos, e, *a toque de caixa*, tomarem a região. Por isso, foi idealizada a Colônia Militar com a condição de que fosse construído sob sua jurisdição um núcleo urbano. A cidade na foz do Rio Iguaçu seria tutelada e comandada pelos militares que detinham o *poder da caneta, assim como a espada*, em fazer valer a Lei brasileira.

O policiamento na região frente a mata fechada era frágil por falta de equipamento e sem o contingente necessário para tal empreitada. Havia um grande número de paraguaios e argentinos que, vez ou outra, entravam em terras brasileiras, montando e desmontando acampamentos, burlando a fiscalização e retirando, de forma ilegal, a erva-mate e a madeira nobre. Era muita terra a ser cuidada diante de uma fronteira quase desguarnecida. Não bastando o pequeno contingente de militares na região, muitos deles se envolviam em casos de corrupção, facilitando o contrabando de recursos naturais. Faziam acordos e negociavam com argentinos e paraguaios que detinham, em grande medida, o poder econômico na região.

Diante deste cenário, a Colônia Militar tentava se impor, mas a precariedade de suas instalações e a falta de recursos, bem como os acordos econômicos espúrios, fizeram com que passassem a desempenhar um papel mais figurativo que prático na proteção da fronteira do oeste paranaense.

Outro problema enfrentado pela Colônia Militar era o isolamento. Não se tinha próximo a Foz do Iguaçu centros urbanos. Mesmo assim, de costas para o Paraná e de frente para o Paraguai e Argentina, a Colônia comandou a vida social, numa clara tentativa de territorializar a fronteira de Guaíra à foz do Rio Iguaçu. No entanto, *o boicote foi geral*, ocasionado pelos comerciantes paraguaios e argentinos, pois não desejavam perder a exploração da erva-mate e madeira, altamente lucrativa com custo baixo em seu manejo. Bastava entrar na floresta para, então, alcançar grandes reservas de erva-mate e madeira.

No entanto, é preciso explicitar que a Colônia Militar não era um aparelho administrativo e coercitivo *todo justo* e bem formulado, fazendo seu trabalho correlato a sua finalidade. Havia, na Colônia Militar, vários paraguaios, argentinos, indígenas, mendigos e soldados da reserva (COLODEL, 2003). A miséria era presente, não se tinha boas estradas para

a chegada de mantimentos, e era preciso que viesse, na maioria das vezes, da Argentina a preços muitos altos e de qualidade duvidosa.

Os gêneros fornecidos não eram bons e a carne seca que vinha de Posadas [cidade argentina à margem do rio Paraná] coberta de uma camada branca de bolor, continha além dos ossos das costelas, todas as vértebras, buxo, língua, beiços, etc., só faltando o couro para complementar o peso dessas apetitosas mantas de belíssimo charque. (ABREU, 1896, p. 20).

Neste contexto, no intuito de construir estratégias para permanecer ocupando a região, a expedição militar desenvolvia mecanismos de negociação, mesclando seus interesses com as *obrages* e apropriando as terras que lhes era, por direito, sujeitas. Talvez essa tenha sido a principal estratégia desenvolvida pelos militares à região. Se houvesse, à época, embates com o uso da força na tentativa de dar cabo *as obrages*, certamente não teriam obtido sucesso. Nesse cenário, os militares não construíram boas estradas na região, tudo era questão de *facção e foice*, de modo que, muito vagarosamente, foram montadas estradas razoáveis de circulação de mercadoria e, devido a essas características, poucas cidades foram erguidas até o final do século XX (HOLANDA, 1984).

Ademais, ao encontro dessa situação, poucas pessoas queriam vir para a região, para o sertão, haja vista que essa representava um local de abandono e sem infraestrutura, sem contar que poucos foram os funcionários públicos que se submeteram a trabalhar nas aduanas ou em outros órgãos governamentais que, porventura, fossem instalados. Por isso, após o fim da República do café com leite (São Paulo e Minas Gerais), foi instaurada uma campanha publicitária de valorização do sertão e incentivo ao seu desbravamento. Essa situação fez com que aumentasse significativamente a população do Oeste do Paraná.

Com a derrubada parcial das Oligarquias na Revolução de 1930, Getúlio Vargas incentivou a ocupação do Oeste Paranaense com o movimento denominado “*Marcha para o Oeste*”. Ocorre que o Estado do Paraná fazia “*vistas grossas*”, ou pior, demonstrava um completo desinteresse ao que estava acontecendo nesta região, tanto é que o movimento *marcha para o oeste* fez duras críticas ao governo do Estado então instituído (PARNA, 2008).

Figura 8. Mapa atual do Oeste do Paraná.



Fonte: Jornal O Paraná (2012)¹².

Com isso, o Estado do Paraná formulou o Decreto nº 300, que retoma as terras concedidas e tituladas a grupos estrangeiros dentro de seu território. Essa foi uma medida de urgência feita pelo Intendente do Paraná à altura das críticas feitas pelos responsáveis da “*Marcha para Oeste*”, e, ao mesmo tempo, muito importante à política agrária do Estado, trazendo ao seu domínio aproximadamente dois milhões e trezentos mil hectares (COSTA, 1976).

As terras devolutas, principalmente nas regiões de fronteiras, teriam que ser vendidas e não cedidas, como era feito antes da Lei de Terras de 1850. Por isso, as terras devolutas ao Estado do Paraná passam a ser motivo de especulação por empresas de colonização, bem como a receber imigrantes gaúchos e catarinenses a partir de 1930. Getúlio Vargas, solidário aos seus conterrâneos por demanda de novas faixas de terras, cria, no Paraná, o Território Federal do

¹² <http://www.valeverdefm.com.br/site/not%C3%ADcias/item/4623-richa-sanciona-a-cria%C3%A7%C3%A3o-de-quatro-novas-regi%C3%B5es-metropolitanas.html>

Iguaçu em 1943, para, então, forjar do controle do estado paranaense as terras até então sob seu domínio e, como isso, facilitar a entrada dos gaúchos, mas não só. Era preciso lucrar com a venda das terras. Muitas terras foram destinadas às companhias colonizadoras que venderem a imigrantes vindos das mais diversas regiões do país, principalmente do sul do país. Essas empresas solaparam a vida cabocla existente no oeste aliadas ao interesse do capital. Os pequenos proprietários e comunidades tradicionais que viviam na região foram, em grande medida, expulsos de suas propriedades. Essa foi uma realidade contraditória e nefasta. Ao mesmo tempo que se constrói uma “marcha para o oeste”, justificada pela ideia de que era preciso ocupar o sertão, nega o direito daqueles que, de alguma forma, adentraram à terra antes dos incentivos federais.

Uma possível resposta para este fato foi constituição de um grande mercado especulativo imobiliário que se criou nas fronteiras econômicas e agrícolas do Brasil. O que toma corpo era o rentável mercado de terra e seus favorecimentos. O comércio da terra fez com que as empresas de colonização montassem na região um grande aparato que garantisse prosperidade ao negócio da terra, como hotéis e estradas. As principais empresas colonizadoras foram Industrial Madeira e Colonizadora Rio Paraná Ltda (Maripá); Pinho e Terras Ltda; Industrial Agrícola Bento Gonçalves; Colonizadora Gaúcha Ltda.; Colonizadora Matelândia; Colonizadora Criciúma; Sociedade Colonizadora União D'Oeste Ltda; e Colonizadora Norte do Paraná. Essas empresas, além de venderem as terras do oeste, eram responsáveis por retirar a madeira, fomentar o comércio local e construir indústrias (PRIORI, 2012).

Aos poucos, as florestas do oeste davam lugar às lavouras e à pecuária. A região do PNIG se caracteriza por novas aglomerações urbanas na forma de vilarejos que depois se tornaram cidades a exemplo de Marechal Cândido Rondon e Toledo, que, em 1951, já abrigavam algumas famílias com o trabalho agrícola (PRIORI, 2012). Para estas cidades, vieram gaúchos e catarinenses, e na sua grande maioria, de origem alemã e italiana. Todo esse progresso, aliado a uma terra muito fértil, trouxe para a região grande contingente de trabalhadores braçais, volantes, diaristas.

Foi com o ciclo do café que as aglomerações populacionais urbanas e rurais foram tomando corpo. O ciclo do café teve seu ápice nas décadas de 1950 e 1960. A área cultivada de café passou de 300 mil hectares em 1951, para 1,6 milhões de hectares em 1962. Com aumento expressivo de área cultivada, aumenta-se a necessidade de mão de obra. Muitas pessoas de outros estados deslocaram-se ao Paraná na intenção de enriquecer com o café. O preço pago na saca de 60 kg chegou a ser cotado na bolsa de Nova York a US\$ 600 dólares em 1954. Por

conta desta prosperidade econômica fomentada pelo café, a cidade de Assis Chateaubriand, na década de 1970, chegou a abrigar 70 mil pessoas.

Mas o ápice econômico do café durou pouco. Diante da grande produção, lotaram-se os estoques e o preço do grão caiu abruptamente. Não bastando isto, ocorreu um forte geado que dizimou grande parte das lavouras de café do Paraná em 1975. A vida social e econômica era regida pela agricultura do café. Aqueles que vieram ao Paraná o faziam a procura de trabalho, mas também com o sonho de comprar sua terra. Obviamente, o modo de produzir café tinha por finalidade o lucro pela força de trabalho daqueles que não tinham outra coisa a vender. A relação entre o patrão e o seu empregado é mais complexa que a apresentada, diante das peculiaridades de cada região, mas vale ressaltar que a mão de obra empregada no meio rural, principalmente na lavoura do café, era explorada nas diferentes formas (TOMMASINO, 1985). Muitas famílias, por não terem casas fora das propriedades onde trabalhavam, negociavam com o patrão em morar no próprio sítio, o que, na prática, garantia ao dono da propriedade sua dedicação exclusiva ao trabalho, inclusive nos finais de semana.

Foram esses processos que forçaram muitas pessoas a se arranjam de forma diferente na relação conflituosa entre terra e trabalho. Terra era farta no oeste, mas privada. O trabalho para aqueles que não tinham a terra era vendido para os que tinham a posse da terra. No entanto, muitos trabalhadores braçais que vieram para o oeste queriam conquistar seu pedaço de terra. Almejavam, ao invés de vender sua força de trabalho em sítios ou fazendas, ter o seu pedaço de terra para o cultivo próprio. O problema assentava-se no fato de que era muito difícil um diarista ou boia-fria vir a tê-lo. A remuneração adquirida pelo dia de trabalho, muitas vezes supria as necessidades básicas da casa, não sobrando para o acúmulo. Por isso, não como causa e consequência, tão somente, mas como um arranjo de sobrevivência no meio rural, após o declínio do café em 1975, muitos trabalhadores invadiram terras devolutas e se fixaram como posseiros (PRIORI, 2012).

Olhando para a história da região do parque, suas ilhas certamente não foram habitadas, tendo como consequência o declínio do café, tão somente. Obviamente, foram empossadas ao longo da história da região pelos mais diversos fins, com os diferentes usos pelos diferentes grupos sociais, como indígenas, obrageiros e mateiros. No entanto, após as décadas de 1940 e 1950 acentua-se a presença de pessoas morandos nas ilhas, aumentando gradativamente até as décadas de 1980 e 1990. Essas apropriações das ilhas não possui a lógica formal de transferência de bens como as praticadas no continente, em que o Estado faz o reconhecimento público por meio de cartório. Há relatos que, entre os ilhéus, havia o comércio de terras nas ilhas, mas de forma ilegal, porque subentedia que todas as ilhas pertenciam a União. Para aqueles que

entraram nas ilhas, apropriavam-se de um pedaço de terra, construía-se uma casa e, em seguida, começava os trabalhos de cultivo da terra, a formação de um roçado. Por mais que as terras das ilhas fossem comercializadas em um dado momento histórico, não fora feito utilizando-se do formalismo planificador do capital (TOMMASINO, 1985). Apenas era reconhecido socialmente a propriedade e os marcos eram feitos pela Marinha do Brasil.

Segundo os próprios ilhéus, em conversas anotadas em diários de campo, constatou-se que todas as ilhas do PNIG eram de responsabilidade da Marinha, com escritório regional em Guaíra. Na fala de Paulão, há as nuances deste processo corroborando como os fatos históricos presentes em documentos consultados:

“[...]a Marinha tomava conta das ilhas. A Marinha era dona da Ilhas. Era da Marinha. A Marinha distribuiu títulos pros ilhéus tudo sabe. Título de posse como se fosse dono. Ai depois ... a Marinha deu tudo o título pra cada qual. A Ilha Nardin tem o título ainda com um morador que tá em Maracaju dos Gaúchos. Os filhos são vivos. Daí os filhos nem foram atrás eles se colocaram pra lá e nem foram atrás. Ficaram lá e abandonaram. Aí depois a Marinha passou por INCRA e daí o INCRA fez o cadastro da terra (Entrevista, realizada em 19 de abril de 2017)”.

Tão logo o comunicado era feito da apropriação da ilha, a Marinha deslocava-se à Ilha, vistoriava o local e demarcava. Aquele que entrou, numa caracterização genérica, o homem do continente, torna-se a partir do local em que passa a viver, ilhéu. Contudo, diante dos estudos feitos sobre a constituição do oeste, leva a crer que o homem ilhéu é, antes, um homem rural. No entanto, podemos ressaltar, para além da relação causa e consequência, do meio rural para as ilhas, que outros elementos fomentaram a ocupação das ilhas de forma mais intensa após 1940. Se assim fosse, seria o mesmo que sufocar uma série de elementos próprios da região de fronteira em que as ilhas estão inseridas, não reconhecendo a sobreposição dos vários grupos sociais formadores da região oeste. Possivelmente, aquele que entra na ilha carrega consigo o apreço pela terra e pelo rio Paraná ao mesmo tempo, além do *espírito de aventureiro*, por montar sua vida em local tão inóspito. Não há dúvida que o modo de produção construído no continente tenha favorecido a construção deste novo espaço social, o espaço ilhéu.

2.2 Apropriação das ilhas de 1940 a 1997.

As primeiras perguntas surgidas nas expedições realizadas no Rio Paraná estão relacionadas diretamente com a ocupação daquele espaço. Assim, questionava-me sobre como os ilhéus adentraram às ilhas, sobre os fatores que influenciaram a ocupação, sobre os elementos

que influenciariam na decisão de habitar em ilhas distantes dos centros urbanos, sobre as formas de uso e apropriação das ilhas, sobre a organização e a construção das moradias, entre tantas outras inquietações. Assim, no intuito de apresentar uma morfologia do local de estudo, procurei discutir acerca disso, a partir das inscrições espaciais por meio do uso que os ilhéus fazem do lugar e da paisagem, tendo como espelho ou principal fonte o meu trabalho de campo.

O espaço do PNIG foi alterado ao longo da história por meio dos mais diferentes interesses do Estado, impondo-se e normatizando o espaço, a partir dos aparatos jurídicos de demarcação de território e, conseqüentemente, crivando os limites geopolíticos de suas fronteiras. Por isso é preciso mostrar a ação planejadora de normatização dos espaços imposta pelo poder formal. De um lado, o Estado, demarcando e homogeneizando o espaço ilhéu, e do outro, o ilhéu, construindo um espaço *diferencial*, que passa pela construção de uma identidade (LEFEBVRE, 2000). Desta forma, entende que o processo de territorialização ilhéu passa pelo uso que se faz do espaço das ilhas, pelo que se constrói nas ilhas, pelo uso que se faz do rio, numa dimensão mais material do território, e de outro, a construção de uma identidade, ressaltando a dimensão simbólica do território.

Após a década de 1940, e como sendo um processo motivado por uma política de ocupação de terras devolutas, houve uma grande explosão demográfica no Oeste do Paraná incentivada pelo Governo Federal. Era preciso ocupar definitivamente as terras da fronteira do lado esquerdo do Rio Paraná nas divisas com a Argentina e o Paraguai e expulsar de uma vez por todas as *obrages* que tinham dominação política na região. Segundo Ângelo Priori, *et al*, na obra “*A História do Oeste Paranaense*”:

No início do século XX ocorreu na região um significativo aumento demográfico. A população de 126.977 pessoas aumentou para 685.711 habitantes. A elevação demográfica pode ser explicada pela modificação da estrutura da população, sobretudo com o incremento de mais de 100 mil imigrantes que vieram para o Paraná, acrescentando características diferenciadas à população. Outro fator que explica esse aumento demográfico foi o deslocamento de pessoas que chegavam de outras regiões do país, sobretudo de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul (pg 76).

Um outro fluxo populacional vindo de outras regiões do Brasil que não exclusivamente do sul dirigiu-se ao Paraná na década de 1950. Muitas pessoas saíram de São Paulo, Minas Gerais e até mesmo do Nordeste brasileiro em direção ao Paraná. Isso se deu como consequência das propagandas das empresas de colonização, feitas a níveis nacionais e internacionais de que, no Paraná, tinha boas terras, e que o preço era relativamente baixo em

comparação ao Estado de São Paulo. Foi preciso construir politicamente a “Marcha para o Oeste” (COSTA, 1976).

Novas formas de reprodução material da vida foram surgindo ao longo deste processo em torno do PNIG. No início, a derrubada do mato, e, portanto, a extração da madeira – atividade muito rentável com exportações para Europa e Canadá – depois o cultivo da hortelã, café, e, posteriormente, a mecanização. A principal lavoura dentre as citadas foi o café. Cidades foram erguidas impulsionadas pela força econômica do café, como, por exemplo, a pequena cidade “Ouro Verde do Oeste”, existente com o nome de criação até os dias atuais. As fazendas eram as propriedades que mais abrigavam famílias para o trabalho, principalmente no período que compreendia a colheita. Eram pessoas despossuídas dos meios de produção que vendiam seu trabalho por meio das mais variadas formas de contratos: meeiros, arrendatários e diaristas (TOMMASINO, 1985).

No período de entressafra, a dinâmica do trabalho com o café não cessava. Era preciso deixar a lavoura limpa, eliminando inços que pudessem sugar a energia da planta principal. Na literatura consultada, observamos que muitos trabalhadores faziam acordos com proprietários de sítios para que, neste período de entressafra, pudessem plantar entre os pés de café, o feijão, o arroz, verduras e tantas outras que lhes fossem necessárias à sobrevivência. O excedente era comercializado na cidade mais próxima. Vale salientar que todas essas ações eram feitas por aqueles que vieram para o oeste em busca da terra e que, na sua maioria, não vieram a possuir seu *chão*. Por isso, vários arranjos foram construídos, articulados na fazenda, no sítio e na chácara, para manterem-se na roça e reproduzirem suas vidas, galgando, desta forma, o sonho de ser proprietário de um roçado fértil.

Outro motivo construído ideologicamente para reforçar a conquista do oeste deve-se ao ideário espalhado pelo Estado e empresas de colonização, de que na região *havia um vazio demográfico* e que era preciso ser colonizado. “*Corria-se*”, como estratégia de *marketing* nas frentes de expansão econômica do país, que as terras do oeste eram as mais férteis do mundo, planas e com chuvas constantes. Diante disto, muitas pessoas, por acreditarem que vindo para a região *deitaria no berço esplêndido da riqueza*, justamente por se tratar de uma terra “*santa*”, *a terra prometida*, abandonaram suas vidas, principalmente no Sul e puseram-se a caminho em direção ao oeste selvagem. As corretoras de imóveis apresentaram a noção de que as terras seriam capazes de largas produções, com lavouras altamente rentáveis, maquiando uma realidade material por fazer. O foco era tão somente enaltecer a terra. O que lhes faltavam dizer é que o oeste requiritava de infraestrutura para o escoamento da produção. Não se tinha caminhos, silos, ou, principalmente, empresas que comprassem a produção. Todavia, reforçava-

se com veemência a ideia de uma terra próspera, um lugar para enriquecer, principalmente, se a aposta fosse na cultura do café. Na tabela abaixo fica evidente o crescimento populacional em algumas cidades do Estado, resultante das novas frentes econômicas e agrícolas impulsionadas pelas lavouras de café (MARTINS, 1996).

Tabela 1. Evolução populacional em algumas cidades do Paraná

Município	1960	1970	% de acréscimo	1980	% de acréscimo
Londrina	134.821	231.688	71,85	301.696	30,21
Maringá	66.581	123.106	84,90	168.232	36,65
Paranavaí	45.700	58.251	27,46	65.286	12,07
Umuarama	31.118	114.158	266,86	100.555	-13,66
Altônia	3.450	43.353	1.156,61	42.763	-01,36
Pérola	1.414	26.974	1.807,64	21.531	-20,17
Iporã	19.060	72.231	278,97	37.570	-47,99
Cascavel	20.585	90.855	321,37	193.470	79,92
Santa Helena	750	26.947	3.492,93	34.882	29,44
Assis Chat.	3.487	78.392	2.162,08	54.629	-30,31
Palotina	5.762	43.333	652,05	28.253	-34,80
Terra Roxa	5.916	38.353	548,29	25.225	-34,23

Fonte: Censos demográficos de 60,70 e 80 – FIBGE. Extraído da dissertação de mestrado de Kimiye Tommasino (1985, p. 36).

O ápice do crescimento populacional nas cidades acima mencionadas ocorreu na década de 1970, coincidindo com a maior área de café cultivada no estado do Paraná. Até então, os frios, predador natural do café, não tinha mostrado toda sua força. Havia geadas esporádicas, atingindo algumas regiões, o que não causava tanta preocupação. No entanto, em 1975, o estado presenciou uma das piores geadas de sua história que dizimou milhares de pés de café. Na literatura encontrada sobre o ocorrido, encontramos utilização do termo *geada negra*, referindo-se que, ao amanhecer, após a geada, com o sol sobre as plantas (no caso os cafezais) formou sobre as folhas das plantas uma pigmentação escura, sinal este que marca a destruição da vida da planta, secando-a em poucos dias. Esse fato atingiu a economia regional de forma abrupta, deixando muitas famílias desempregadas. Muitos trabalhadores empregaram sua força de trabalho como boias-frias ou diaristas. Outras tantas famílias venderam suas propriedades e foram para as cidades. Neste sentido, observa-se que alguns municípios sofreram com o esvaziamento populacional na década de 1980 (TOMMASINO, 1985),

A geada causou esvaziamento populacional de sítios e fazendas, ocasionando migrações pendulares, mas o que determinou o decréscimo populacional em alguns municípios na década de 1980 foi a mecanização. Este processo apresenta ao agricultor insumos no controle de pragas e ervas daninhas. O que antes era feito de forma manual, como a capina do café, passa a ser

feito com tratores. Esse é um período conhecido como revolução verde: arranca-se as florestas, quanto mais melhor, para dar lugar a culturas sazonais (MACEDO, 2011).

As famílias que deixaram as propriedades de café, quase na sua totalidade, migram às cidades do norte e oeste do Paraná. No entanto, para aqueles que detinham um pequeno pedaço de terra, manter-se na roça custava-lhe mais agora que antes: era preciso comprar insumos que tonificassem a produção, financiar a lavoura fazendo-se correntista de um banco - inicia-se a agricultura empresarial vinculando o caipira ao capital financeiro. As tensões eram múltiplas no campo e entregar a terra aos grandes latifúndios era o razoável a ser feito. De imediato parecia um bom negócio, mas deixar a terra pela cidade, para muitos, era tornar-se dependente de quem detinham os meios de produção, abandonando o escopo de ser dono do próprio chão.

Muitas famílias ficaram sem suas terras de trabalho e sem casa. Sem poder exercer aquilo que, desde sempre, de geração em geração lhes fora passado, ou seja, a produção agrícola. Segundo José de Souza Martins, isso é um reflexo da pauperização da vida diante do modo de produção capitalista, que, por conseguinte, gera novas formas de apropriação no campo:

“O quairo clássico do capitalismo nos mostra o capital se expandindo à custa da expropriação e da proletarização dos trabalhadores do campo, uma coisa produzindo necessariamente a outra. Em nosso país esse processo não é assim tão claro nem tão simples. O capital se expande no campo, expulsa, mas não proletariza necessariamente o trabalhador. É que uma parte dos expropriados ocupa novas territórios”. (MARTINS, 1982, p.18)

Nesse ínterim, é possível observar que as mudanças nas bases de produção geram um grande contingente populacional à procura de trabalho no meio rural, ou mesmo, famílias inteiras em periferias como reserva de mercado, *mão de obra* à procura de emprego, fatores estes que, somados às formas de colonização da região de Guaíra, podem ter contribuído para o aumento da população de ilhéus a partir de 1970. Corroborando com fato histórico de entrada do ilhéu a ilha, numa base explicativa mais teórica, afirma Martins:

“É verdade que ergue barreiras judiciais ao avanço territorial dos lavradores sem terra. Mas, os lavradores do campo têm sua própria concepção de direito de propriedade, que os faz levantarem-se subversivamente contra o direito proclamado e garantido pelo Estado em favor das classes dominantes” (1982, p. 18).

A princípio, para muitos ilhéus, as ilhas se tornaram local de refúgio e abrigo. No entanto, percebendo que as ilhas detinham as condições necessárias para a produção rural, solo

fértil e muita umidade, o lugar passa a ser enaltecido como provedor de riqueza e de prosperidade. Constrói-se, a partir deste conteúdo, o “*substrato*” ideal de um modo social diferente nas ilhas. Dali, pelo tipo de trabalho que homem do continente passa a fazer nas ilhas, surge um homem muito específico, o sujeito ilhéu.

Contribuindo com as ideias expostas, em um outro estudo feito por Claudinei Almeida da Silva e Luzia Marta Bellin (2008), membros do Núcleo de Pesquisas em Limnologia Ictiologia e Aquicultura da Universidade Estadual de Maringá (UEM), observou-se que o processo de mudança sofrido na agricultura foi fator determinante para um maior contingente de ilhéu nas ilhas do rio Paraná. Nesta pesquisa, os autores usaram como fonte o censo demográfico feito em 1970. Demonstraram que as ilhas se apresentavam, à época, como refúgio e alternativa de sobrevivência.

Entretanto, a região de Guaíra possui uma forma muito própria de colonização. Além dos processos rurais de territorialização e de desterritorialização dentro da expansão econômica rural, é preciso levar em conta as formas de organização social que se fizeram presentes na região desde seu descobrimento. Tomemos que a pauperização da vida no campo após 1970 possivelmente possa ter contribuído para a construção de uma vida social mais ampla nas ilhas. Mas, não podemos, diante das peculiaridades da região, afirmar tacitamente que esse é o único argumento plausível. Para sabermos, de fato, de onde veio cada família e por qual motivo adentrou nas ilhas, teríamos que percorrer seus passos, refazer suas histórias de vida, o que, para esta pesquisa, tornou-se inviável. Contudo, diante das condições de vida no campo e dos movimentos de exclusão na relação trabalho capital, tomemos que o ilhéu é um tipo do homem rural do continente, vindo de várias regiões do país à procura de terra, e/ou fugindo das condições degradantes de trabalho apresentadas como condição de vida. Estando nas ilhas, o trabalhador do continente passa a ser dono de sua terra, participando da produção na integralidade de seus processos. Além de assumir o escopo de proprietário e patrão, passa a ser dono do seu tempo de trabalho, cultivando sua lavoura na medida exata de sua necessidade (TOMMASINO, 1985).

Concomitante a esse processos de desenraizamento agrário e de movimentos pendulares nos campos do oeste, tem-se a criação, pelo Presidente Jânio Quadros, em 30 de maio de 1961, por meio do Decreto nº 50.665, do Parque Nacional das Sete Quedas. Em grande medida a criação do parque mostra-se como sobressalta a demonstração da força do Estado-capital na planificação do local. A demonstração de que o ordenamento espacial da região estava definido por meio da exploração do turismo, que se vinculava mais às Sete Quedas que a planície de inundação que compunha as ilhas. Sua abrangência iniciava na barra do rio Ivaí até as Sete

Quedas. As quedas, ponto turístico conhecido mundialmente, ficavam a poucos quilômetros da cidade de Guaíra e de fácil acesso. Segundo relatos de moradores, era possível ouvir o barulho das quedas do centro da cidade. Além de possuir uma beleza exuberante, fomentava a economia da cidade por meio dos hotéis, da alimentação e do transporte. Guaíra crescia a passos largos porque tinha, nas Sete Quedas, o motor da economia local (IPARDES, 1981).

No entanto, o Parque Nacional das Sete Quedas teve pouco tempo de existência. Em 1983 foi extinto dos documentos oficiais, assim como suas quedas foram encobertas pelas águas que formaram o lago da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Esse processo foi de difícil aceitação pela população local e regional e até nacional, o que levou a comoção popular. Muitos movimentos de resistência em defesa do parque e das quedas foram levantados. Nem os protestos e ações judiciais puderam barrar tal empreendimento, restando a ação das águas do Rio Paraná, que aos poucos cobriram as quedas, alterando completamente a paisagem do local.

Com o processo de extinção do Parque Nacional das Sete Quedas, todo o seu patrimônio volta-se à União. É acionado, neste momento, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, para realizar o levantamento das famílias que moravam nas ilhas e quais terras eram privadas e públicas, na tentativa de matricular as terras do antigo Parque Nacional das Setes Quedas. Isso ocorre não porque o parque foi extinto, mas porque havia a intenção de construir, próximo à cidade de Guaíra, a Usina Hidrelétrica de Ilha Grande, que alagaria ainda mais as ilhas, atingindo muitas famílias que ali estavam há anos. Uma das formas encontradas de indenizar os ilhéus foi dar o título de posse a cada morador referente a sua propriedade, por meio de um levantamento do tamanho exato de sua propriedade.

Para que os títulos de posse tivessem valor legal, após o fim da marcação pelo INCRA, o ilhéu precisava fazer o registro do documento em até 90 dias após sua expedição (SCHNEIDER, 2009). Muitos ilhéus não foram ao Cartório de Registro de Imóveis - CRI, perdendo o direito legal sobre sua terra. Essa empreitada ocorreu em 1983, num trabalho exaustivo e apressado, sob o argumento de que os ilhéus necessitavam do domínio de suas propriedades para a indenização justa. Neste momento acirram-se grandes conflitos entre os ilhéus e a força econômica do Estado. O território ilhéu precisava ser desocupado, extinto, desterritorializado. O Ilhéu, sem opção, precisou deixar o local em nome do “progresso regional” e nacional. Esse período traz à consciência ilhéu a necessidade de uma identidade que abrigasse sua historicidade no local. Foi preciso construir elementos comuns que aglutinassem o território simbolicamente, na tentativa de garantir direitos individuais pela via do tradicional e coletivo (HAESBAERT, 2004). Mesmo assim, a regularização com a outorga do título de

posse pelo INCRA fez com que 75 famílias deixassem suas terras para morar no continente (SCHENEIDER, 2009)

O projeto da Usina Ilha Grande não veio a ser concluído, no entanto, outros tantos empreendimentos, como o de Itaipu, ou a Usina de Rosana, no Estado de São Paulo, sim. Por ser um rio caudaloso, o governo brasileiro, aproveitando da sua força, dimensionou em seu percurso várias usinas. A Bacia do Rio Paraná, com esses projetos e muitos outros, foi alterada com prejuízos ambientais imensuráveis. Segundo os ilhéus da parte baixa do parque, após a construção da Usina Hidrelétrica de Rosana, Estado de São Paulo, e da Usina Hidrelétrica de Itaipu, no Estado do Paraná, as ilhas foram acometidas de várias enchentes avassaladoras, de modo que viver *nas ilhas tornou-se um inferno*.

Segundo Kimiye Tommasino (1985), as enchentes consideradas anormais tiveram data de início. O pesadelo ilhéu com danos imensuráveis, tanto material quanto social, teve seu início, num primeiro momento, em 1976, com uma enchente que durou quatro meses. Os ilhéus tiveram que sair de suas casas perdendo utensílios domésticos, plantações inteiras de arroz, feijão e milho, entre muitos animais. Em 1978, outra enchente, essa um pouco menos agressiva: houve destruição, mas com proporções menores que a anterior. Contudo, foi em 1979 que os ilhéus tiveram que procurar abrigo no continente e as “perdas agrícolas foram totais” (TOMMASINO 1985, 185).

Até então, os ilhéus ainda não tinham a dimensionalidade do problema que poderia colocar um fim na sua permanência na ilha. Muitos imaginaram que todos os anos as águas revoltosas do Rio Paraná inundariam suas casas e suas lavouras. À procura de respostas, acionaram os poderes públicos das cidades entorno das ilhas e, em janeiro de 1981, técnicos da Companhia Elétrica de São Paulo – CESP, vieram até Umuarama para dar explicações alegando que as enchentes não foram ocasionadas pelas barragens das hidrelétricas construídas em São Paulo: manteriam as comportas abertas em períodos de chuva e, depois, as fechariam com a estiagem. Este argumento não convenceu os ilhéus, que tinham como hipótese de possível início das enchentes a construção das hidrelétricas, que alteraram a correnteza normal do Rio Paraná (TOMMASINO, 1985).

A Usina de Itaipu começou a fazer, em 1982 e 1983, os testes de resistência da barragem. Não era o início de seu funcionamento, mas, para os ilhéus, o início de um pesadelo, ou melhor, o “término da vida nas ilhas”. Com o fechamento definitivo, em 1983, das comportas da Itaipu, as enchentes violentas acometeram ainda mais as ilhas. Casas com água até o telhado, plantações de arroz as vésperas da colheita inundadas e animais, como porcos, galinhas e gado, morrendo nos pântanos. Alguns ilhéus ficaram seis meses sem poder voltar às suas casas.

Acampamentos improvisados foram erguidos nas cidades, como em Alto Paraíso e até mesmo em Umuarama. O sofrimento que passaram os ilhéus fica mais evidente na fala do Ilhéu Ivo, morador da Ilha Biguá:

“Aí veio aquele caos. Aí veio aquele caos, a Itaipu fecho as comportas em 12 de outubro de 1982, mas água cobriu mesmo foi em 1983. As ilhas todas ficaram debaixo da água. Cabo tudo, eu tinha dois alqueires de pomar (Entrevista realizada em 20 de maio de 2017) ”.

Muitos ilhéus “puseram-se na estrada”, achando que as enchentes não dariam mais trégua e que seria inviável continuar a vida nas ilhas. Alguns foram para a casa de parentes, outros, à procura de emprego nas fazendas da região, porém, a grande maioria não tinha para onde ir. No mesmo período, o Governo do Estado do Paraná, em parceria com a Prefeitura de Guaíra, havia construído no município um conjunto habitacional denominado BNH 3. As casas estavam desocupadas para a entrega as famílias cadastradas. A Prefeitura de Guaíra, vendo a necessidade emergencial dos ilhéus, cedeu as casas de forma provisória para que ficassem até que as águas Rio do Paraná baixassem. Para muitos ilhéus o retorno era impossível, tinham perdido tudo e não tinham condições financeiras e materiais para voltar. Ivo, ilhéu da Ilha Biguá, falo sobre o ocorrido:

“Em 1982 que foi sofrido. Com a enchente, viemo pro BNH 3 e ficamo um ano. Aí daqui o povo foi pro assentamento de sem-terra, isso quase todo Ilhéu. Pegaram o povo, jogaram em cima daquelas serra que nem os fazendeiros queriam, nem capim dava e nem mandioca dava. Isso quem fez foi o INCRA. Nosso Assentamento, que nois foi lá tinha 30 por cento mais ou menos bom, com terra boa, e tinha 70 por cento que não dava nada, era pedreira pura, não tinha nada e não dava nada (Entrevista realizada em 20 de maio de 2017).

Os ilhéus que não retornaram às suas casas foram incluídos pelo INCRA como pessoas sem-terra. Seis assentamentos foram erguidos: Clevelândia, Palmas e Castro, no Estado do Paraná, e Paranaíba, Retirada da Laguna e Urucum, no Mato Grosso do Sul (HIRATA, SILVA e MAGALHÃES, 2006). Antes do deslocamento definitivo das famílias, foi organizada uma comissão de ilhéus para conhecer as terras dos possíveis assentamentos. Quando retornaram ao BNH 3, trouxeram pequenas amostras de terras aos ilhéus que ficaram para que pudessem fazer a escolha de que lugar queriam ir. Para muitos ilhéus, a comissão que visitou os assentamentos fora ludibriada pelos representantes do INCRA. Segundo relatos dos próprios ilhéus, quando chegaram aos seus assentamentos (escolhidos por meio das terras nos saquinhos), perceberam

que os lotes eram de péssima qualidade. A terra não era fértil somando-se a pedras e cascalhos. Para muitos ilhéus foi umas das piores fases de suas vidas. Além de partirem ao desconhecido, tiveram que deixar as terras das ilhas, consideradas por eles local ideal de habitação. Lamentam que quando se depararam com as terras do assentamento se desesperaram, além de serem sinuosas, não havia água encanada e muito menos casas. Ivo, sobre o ocorrido, posiciona-se da seguinte forma:

Tinha um tal de Amaro, o cara do INCRA dava um tapa no ombro dele e ele se abria todo, dizendo: “se viu como o cara é meu amigo e tal...” oiaaa eu vou te contar uma coisa, por isso que os cara (ilhéus) tem raiva de mim..... “Se não me ganha com um tapa nas costas”.Não.... tapa no ombro nãooooo ; se me ganha com trabalho e apoio. Então, pro o Assentamento Urucum, foi o povo do Porto Morumbi, e uma parte do povo de Guaíra, do BNH3, eu lembro até os que foi. De Guaíra nos saímo, minha família, família do finado Pedro Severino, já morreu quase tudo também. Quando chegamo lá no assentamento, dei uma manjada assim, eu falei oiaaa.... “não tá certo isso aqui, esse aqui está errado”. Quando nós desceu assim o pernilongo veio..... piíiiiiiii “meu Deus do céu, meu pai do céu”, ninguém tinha um mosquiteiro, ninguém tinha nada....., mas rapaz., nos era acostumado na ilha mesmo, corremo dentro do mato, rancamo cupim [...] aquilo virou uma fumaça só. Ninguém aguentava ficar ali sem fumaça. Tinha que queimar o cupim. Lá foi uma grande tristeza. (Entrevista realizada em 20 de maio de 2017, grifo nosso)

Com isso, vendo que a terra, na sua grande maioria, não servia para a produção de alimentos, muitos ilhéus saíram dos acampamentos e foram centros urbanos. Outros retornaram às ilhas do Rio Paraná, mesmo com medo de, se, numa possível enchente, perder tudo o que pudesse produzir ou construir.

As enchentes foram diminuindo com o passar do tempo. Há relatos de, em 1992, ainda ter ocorrido uma enchente de proporções destruidoras e, nos anos seguintes, apenas enchentes que não foram prejudiciais às ilhas e aos seus habitantes. A hipótese formulada pelos ilhéus sobre a diminuição das enchentes, diz respeito ao fato de o lago formado pela Hidrelétrica de Itaipu ter se estabilizado a tal ponto que se tornou possível controlar a vazão através das comportas de escoamento das turbinas nos períodos mais chuvosos.

Para aqueles que voltaram às suas casas nas ilhas, depois de terem tentado a vida nos assentamentos, a vida nunca mais foi a mesma. O medo de enfrentar novas enchentes era constante, mas o sonho de ser dono de suas terras e *viver onde se gosta* forçou a permanência. Além da eminente possibilidade das enchentes, os ilhéus foram acantonados com a criação das Unidades de Conservação - UCs, que transformaram o local em reduto exclusivo da

“natureza”¹³. É bem verdade que há muitos ilhéus espalhados por todo o parque com embates na justiça para manterem-se em suas casas, e, por isso mesmo, possuem militância¹⁴ como forma de resistência, mantendo a esperança de produzir e de viver em suas terras (TOMMASINO, 1985).

Com a criação do PNIG, em 1997, na finalidade de proteger de forma integral a fauna e a flora das ilhas e em seus arredores, os órgãos ambientais toma ciência de que a região do parque possuía questões a serem resolvidas em relação à regularização fundiária, tanto das ilhas e várzeas quanto nas margens do Rio Paraná. Em 2000, visando indenizar as famílias de ilhéus presentes no parque recém-criado, foi contratada uma empresa para fazer um novo levantamento das propriedades que não foram transferidas ao PNIG, na intenção de saber quais terras eram públicas e quais eram propriedades privadas (SCHENEIDER, 2009). Constatou-se que nas ilhas havia muitos ilhéus que tinham o Título de Posse, quitado e registrado, terras pertencentes à Eletrosul e terras da União. Na intenção de fazer a desapropriação, passando todas as propriedades privadas ao parque, obedecendo ao seu modelo legal de criação, que não permite a presença humana com moradia habitual explorando recursos naturais, implantou-se um sistema chamado de Compensação de Reserva Legal, amparado pelo Decreto Estadual nº 387, de 02 de março de 1999. Esse modelo legal exige que a propriedade rural averbe, em sua Escritura Pública, uma porção de floresta, dependendo da localização da propriedade e do seu tamanho. O que este Decreto determinou foi que aquele que tivesse interesse em comprar uma ilha para transformá-la em Reserva Legal, estava legalmente amparado por essa Lei. O procedimento seria da seguinte forma: essas ilhas se tornariam reservas legais e seriam anexadas à propriedade rural. O ilhéu, ao vender sua ilha a um fazendeiro, lhe daria o direito sobre a propriedade como Reserva Florestal Legal, e, após a averbação, o local seria declarado como Unidade de Conservação, em que o maior beneficiário torna-se o parque.

Muitos ilhéus venderam suas propriedades a fazendeiros da região com a esperança de conseguir terras em outros lugares, mas o preço praticado na venda foi muito abaixo do mercado de terras no continente. Por outro lado, havia uma pressão ambiental, por meio de visitas constantes às casas dos ilhéus, com o discurso sempre na mesma direção: de que se não saíssem das ilhas, se submeteriam a multas ambientais que os levariam a dívidas faraônicas. Frente ao desespero de estar cometendo um delito que pudesse causar-lhes um grande prejuízo, muitos

¹³ Ver em anexo processo judicial movido pelo Ministério Público Federal contra Paulão, proprietário da Ilha Nardin.

¹⁴ Ver em anexo “Movimento dos ilhéus do Rio Paraná – MOIRPA, *in*, Novas cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil.

ilhéus entregaram suas terras a preços baixos, mas outros não. Todavia, queriam que o preço fosse praticado a exemplo do que feito fora das ilhas, no continente, chegando a ser dez vezes maior que o preço praticado na ilha. Os que resistiram, criaram, na parte baixa do parque, um microespaço *diferencial* de luta e de permanência naquilo que consideram seus por direito (LEFEBVRE, 2000).

Assim, a região pode ser considerada como um local em constante transformação. Vários espaços são acessados entre o “legal” e o “ilegal”: *“No curso de suas vidas, indivíduos e suas famílias atravessam espaços sociais diversos, transitam entre códigos diferentes, seus percursos passam através de diversas fronteiras[...]”* (HIRATA, SILVA e MAGALHÃES, 2006, p. 15). Para os ilhéus, permanecer nas ilhas ainda hoje, com suas casas e suas plantações, representa um processo legítimo e que lhes dá o direito de lutar por suas terras. Bilão reafirma seu gosto pela ilha em que mora, justificando que não sabe fazer outra coisa que pescar e sobreviver da ilha:

“Mas eu não tenho outro serviço para mim fazer. Eu não sei fazer outra coisa da vida. Eu gosto muito daqui. Eu sô vô embora se eu for obrigado ir lá na casinha na cidade[...]. Eu tenho umas raminhas de mandioca aqui plantada, só pro gasto, eu tenho batata doce”. (Entrevista, 12 de abril de 2017)

Já os órgãos ambientais, como o ICMBio que administra o parque, por exemplo, os veem como ilegais por estarem em áreas de preservação ambiental. A base para este embate está na concepção de criação do parque: importou-se um modelo muito próximo ao adotado nos Estados Unidos, onde a presença humana é tida como prejudicial (DIEGUES, 1994). Bilão desabafa sobre sua situação como morador das ilhas após a criação do parque, e quais as restrições que foram submetidos:

“Não é nos que entremos no Parque, é verdade. Eles que jogaram o Parque em cima de nós. Não deixa a gente ter um porco aqui na ilha, e nem sequer uma galinha[...]. Nessa ilha aqui, Peruzzi, tinha o Gaudino. O Gaudino tá lá em Guaira hoje. Ele morava aqui a 27 anos. Ele criava porco, tinha um monte ali [...] e, aqui na ilha ele plantava roça. Um dia chegaram esse povo da Ambiental, foram lá, foi quebrado o chiqueiro de porco dele e soltaram os porcos dele e falaram pra ele “que aqui não pode mais criar porco, não pode mais fazer isso ou aquilo”. Se entendeu rapaz?”. (Entrevista, 12 de abril de 2017)

Uma forma de reconhecer a formação de uma identidade é por meio da sua marcação no espaço. Vemos que o território ilhéu carrega, de um lado, uma dimensão mais concreta do

uso do espaço, mais coercitiva do poder, e, também, uma dimensão mais simbólica, construída no agenciamento da vida cotidiana. É possível ter alguns espaços que se projetam como espaços de referência para a construção de uma identidade, levando em consideração que o atual cenário social do território ilhéu foi profundamente alterado pelos processos de desterritorialização, provocados, na maioria das vezes, pela força econômica do Estado, e pelos processos de territorialização, marcado como o retorno do ilhéu ao seu território, enfrentando, principalmente, os embates ambientais.

Diante destes processos, contatou-se uma profunda precarização da vida ilhéu. O sonho ilhéu de cuidar de suas próprias terras esvaziava-se a cada investida dos órgãos ambientais que os queriam fora das ilhas. Projeta-se sobre o ilhéu a figura de um invasor, um tirano da natureza, depredador. Fazendo frente aos órgãos ambientais, os ilhéus ressignificaram suas vidas nas ilhas. Reformularam as fronteiras do trabalho e da vida cotidiana, construíram um discurso que, ao mesmo tempo, nega o outro, o de fora, para, de alguma forma, se afirmar no território como tradicional e não como ilegal. Em síntese, foi preciso construir uma identidade que marcasse claramente o de dentro e o de fora, garantindo os direitos individuais de cada ilhéu ou de sua família: a ideia de uma identidade coletiva como previsto na Constituição Federal de 1988, para manter-se como ilhéu (o indivíduo) no território. Assim, foi preciso marcar um espaço para elevar a vida ilhéu ao escopo de uma comunidade tradicional. Por isso, lembrando, toda identidade é uma maneira de se classificar, sendo que o outro pode ser aquele que fica do outro lado da fronteira. O limite no espaço pode identificar quem é que tem uma identidade, daquele que está do outro lado, que tem outra identidade, portanto, o que nos leva a dizer que o território é marcação geoespacial e, ao mesmo tempo, simbólica. Isso se estabelece, de maneira mais evidente, pela marcação de uma materialidade no espaço-produto ilhéu. Poderíamos dizer que o trabalho do ilhéu no lugar, o trabalho subjetivo marcando sua diferença, altera a paisagem que, por sua vez, passa a ser descrita incorporando o universo diferencial, simbólico e cultural da vida ilhéu.

No entanto, vale demonstrar que, ao longo da história, foi preciso aglutinar elementos comuns dentro do espaço ilhéu que lhe dessem uma existência muito própria. Foi preciso criar esse amálgama, esse mínimo de homogeneidade cultural interna, mesmo que forjado de cima para baixo, no âmbito do discurso. O espaço produzido nas ilhas é fundamental para a construção do território ilhéu. É a marca de uma territorialidade histórica. O Ilhéu é o criador de um espaço singular, de sentido, estabelecendo relações de poder no território e fora dele. Mesmo que dentro das ilhas o modo de produção seja capitalista, e por isso mesmo excludente, o ilhéu – apenas um aspecto da vida social, a economia – desenvolve formas próprias de trocas,

apropriando-se de vários elementos de negociação que não somente a formalidade do Estado-capital. Como, por exemplo, a Ilha Biguá que, quando vendida, a garantia do negócio não fora o contrato, o registro em cartório e, nem mesmo, a transferência de escritura pública. Apenas a confecção de um recibo em que a assinatura não fora dada como verdadeira por um cartório.

O conceito de espaço que estamos trabalhando possui dois desdobramentos que se torna importante salientar: o espaço carrega em si o conceito de *lugar e paisagem*, com concepções diferentes entre si, mesmo que um contenha o outro (HAESBAERT, 2002). O conceito de lugar tem ligação com o espaço particular: é a relação que o ilhéu tem com os espaços que frequenta. Poderíamos dizer que o lugar tem relação com a particularidade de cada ilhéu na vida cotidiana, uma relação subjetiva do ilhéu com o meio em que vive. O roçado, para um, tem uma representação e, para outro, essa mesma representação não tem sentido. O outro, o outro ilhéu, certamente construirá outro conjunto de representações sobre seus lugares. A casa ilhéu, da forma como foi produzida em um lugar em uma ilha, não tem sentido para outro ilhéu. Há sim aspectos comuns da construção, por exemplo, do roçado, mas, uma gama de particularidades no lugar do roçado, que diz respeito à forma subjetiva de lida com o lugar pelo ilhéu que o detém. Enfim, por detrás do lugar há uma representação simbólica muito própria, única, em que cada ilhéu se inscreve no espaço-lugar de forma subjetiva.

Já o conceito de paisagem são os elementos naturais e culturais presentes no espaço passíveis de descrição. É possível fazer uma descrição de elementos naturais, como as árvores, a casa, se são pequenas ou grandes, com a presença de elementos culturais por meio das inscrições nestas paisagens. Enfim, a paisagem é a descrição do espaço e do espaço produzido (LEFEBVRE 2000; HAESBAERT, 2002). Entre o lugar e a paisagem dentro do espaço, há elementos comuns no território ilhéu, formadores de fronteiras desajustadas às planificadas externamente. O lugar e a paisagem carregam a produção paralela de contradições dentro do modo de produção capitalista, em que os discursos justificam os meios de vida e até mesmo as ilegalidades das vivências.

Todavia, no terceiro capítulo, passamos a construir descrições do uso que o ilhéu faz do espaço e a forma como produz esse espaço. Descrições estas que foram construídas observando as relações que desenvolvem entre o lugar e a paisagem. Um exemplo disso são casas nas ilhas que não obedecem a um padrão de construção, como no meio urbano, em que os urbanistas estipulam as distâncias que devem ser erguidas em relação à via pública, ou para que lado ficará à frente da casa. As casas nas ilhas obedecem a um padrão arquitetônico similar a uma casa rural, com a finalidade de abrigo para a família, marcando uma forma de ser e de fazer diferente, arranjado, criando um microlugar (LEFEBVRE, 2000). Na maioria das vezes, as casas rurais

são construídas numa clara divisão entre o porão e a parte social da casa. O porão foi previamente pensado para servir como abrigo de materiais de trabalho, instrumentos de manuseio da roça e do roçado, arados, balaios, peneiras de café, ou como abrigo de mantimentos, como sacas de arroz e de feijão.

Outro aspecto a ser levantado no uso do espaço nas ilhas é que, nos períodos de chuvas, muitas ilhas são inundadas e, sabendo desta fragilidade, muitos ilhéus fizeram suas casas altas do chão, bastando observar a forma como o alicerce é disposto. Por isso, tem-se, nesta forma de construção, uma singularidade própria, o que não é visto nos abrigos de pescadores profissionais. São feitos a esmo, valendo das condições do meio, dando-se ao trabalho de apenas escolher um local alto, com pouca vegetação, e de relevo mais ou menos plano. Ao fazer uma ponte, mesmo temporalmente muito distante, o pescador profissional se compara ao Semeador de *Sérgio Buarque de Holanda*, que aproveita as condições que a natureza tem a oferecer ao seu proveito, negando a intenção em transformá-la. O pescador vai de um canto a outro, de uma ilha a outra, se alimenta, aproveita de suas vertentes de águas cristalinas, faz sua comida, descansa e, quando volta ao rio, deixa o mínimo de marcas na paisagem. Não constrói um barraco bem elaborado que possa lhe servir por um longo período. Sua vida nas ilhas e no rio é fluida. Por esse motivo, muitos pescadores profissionais não possuem casas nas ilhas, a exemplo dos ilhéus, mas, por opção, por possuir uma vida laboral fluida, líquida, de hoje pescar aqui e amanhã ir a *outro canto* do rio, como dizem, *à procura do pescado*.

Muitas vezes, já introduzindo alguns elementos do próximo capítulo, o pescador *desemboca* suas tralhas de pesca na casa de algum ilhéu. São relações de proximidade e de amizade construídas historicamente, nas relações *que se perpassam* estando no mesmo território. Estando nas ilhas, ou melhor, nas casas dos ilhéus, os pescadores profissionais desenvolvem parcerias econômicas. Ficar na casa de um ilhéu requer do pescador uma ajuda de custo, que envolve desde o pagamento da estadia, como também toda a alimentação. São valores pequenos, entendido apenas como uma ajuda, para o que o ilhéu não fique no prejuízo dos serviços prestados. Além dos serviços citados, o pescador pode descarregar suas tralhas de pescas, consertar suas redes, fazer espinheis e apoitar o barco no porto da casa. Ainda, há pescadores profissionais que, em vez de pagar pela sua estadia nas casas dos ilhéus, trocam serviços, muito próximo ao *escambo*, em que a negociação de bens e serviços não envolvem o uso da moeda formal. Os pescadores profissionais utilizam as casas dos ilhéus como aporte aos seus dias de trabalho no rio e, como retribuição, trocam os mais diversos favores, como a compra de mantimentos na cidade, ou até o transporte das mercadorias à casa do ilhéu. Como são habituais as longas viagens dos pescadores entre Guaíra e a parte baixa do Parque, torna-se

natural auxiliar o ilhéu naquilo que ele precisa da cidade. Por isso, há em certa medida, uma rede de solidariedade entre o pescador profissional e o ilhéu. O pescador profissional lhe presta serviço que não é cobrado em espécie, por outro lado, pode, a todo tempo, adentrar na ilha do ilhéu e arranjar-se na sua forma de trabalho. Isso é negociado entre as partes, de modo que a amizade e o tempo de convivência facilitam tal acordo econômico.

Para aquela família que entrou na ilha à procura de uma vida alternativa, distinta do continente, os primeiros anos foram de fartura agrícola. Abrir a mata, construir casas não foi tarefa fácil, mas, diante das boas colheitas, os problemas estruturais foram sendo resolvidos. De 1940 até 1976, a vida nas ilhas era farta e de prosperidade. Aquele que trabalhou como volante ou boia-fria no continente, passa a ser dono de uma terra, ter porcos, galinhas, vacas e uma roça verde e produtiva. Mas, esse sonho, esse paraíso, durou muito pouco.

3. O SUJEITO ILHÉU

Historicamente, constrói-se um jeito próprio de ser ilhéu, um *tipo* histórico-concreto (SAINT-PIERRE 2004), e, em grande medida, caracterizado por um tipo do homem rural do interior do Paraná, que se somam com maior intensidade nas ilhas após 1940. Esse mesmo homem territorializou aquele espaço, o transformando em território, marcando uma forma própria de produção e reprodução de vossas vidas nas relações que desenvolvem com outros grupos e nas relações que tecem com o continente (HAESBAERT, 2007). Tem-se um ilhéu rural, na lida com as lavouras, na plantação do arroz, do feijão, do algodão e do café. Esse mesmo tipo rural é diferente do homem rural presente no continente.

No entanto, destaca-se que é um homem rural, mas morando em um meio aquático - obviamente, sua casa não está sobre a água, mas cercada por um rio de proporções faraônicas. Este mesmo ilhéu rural, carrega consigo, de um lado, a rusticidade da lida com a roça e, de outro, desenvolve técnicas de navegação, apreendendo a se *arranjar* nas águas do Rio Paraná. Diferentemente do homem rural do continente, que pode locomover-se quando lhe convier a outros cantos de sua região, o ilhéu rural precisa do barco ou canoa, como seu meio de transporte para deslocar-se a outras ilhas ou cidade. Então, aprender a navegar e conhecer os caminhos fluviais do Rio Paraná foi condição de adaptação deste homem rural às ilhas, condição esta que se impõe como meio sobrevivência. Contudo, este mesmo tipo rural, quando não está na lida no campo, no roçado, zelando por suas plantações, vai ao rio à procura de peixe, e, neste caso, se torna pescador, mas um pescador artesanal, com formas rudimentares de captura do pescado. Isso ocorre porque o peixe está à mão, ali, e o comércio do pescado é garantido na economia local, bastando transportar o pescado às cidades entorno ao PNIG.

Com o passar do tempo, principalmente após 1983, esse tipo rural, que lidava somente com a terra usando técnicas rústicas, na capina do inço, ou mesmo no plantio do arroz - técnicas tradicionais de produção de cereais que caracterizam o homem rural antes da agricultura moderna (TOMMASINO, 1985), passa a deixar suas roças, transferindo-se com maior intensidade à prática da pesca. Foi preciso pescar para sustentar-se economicamente, por questões externas à sua vontade, ou sair das ilhas. A mudança ocorrida no território ilhéu, em grande medida, resulta de uma força unilateral imposta pela modernidade. Por exemplo, as usinas hidrelétricas - como consequência, causaram as enchentes, que devastavam as plantações dos ilhéus - ou, por imposições do Estado, que cria o Parque Nacional em 1997, visando à preservação absoluta da natureza. Tanto uma como a outra nega o direito histórico de uma

forma própria de produção material e simbólica nas ilhas. Não reconhece os meios de vida de um território econômica e socialmente produzido.

Importante salientar que, mesmo com essas mudanças externas do espaço rural, o tipo ilhéu, de homem rural, ainda perdura com características similares às existentes antes de 1983. Fato que se comprova pelas inscrições no espaço, que se mostram visualizando as moradias dos ilhéus nas ilhas, e as marcas culturais neste espaço. Esse homem rural não deixou de produzir o feijão no terreiro da casa, o arroz, criar galinhas - em menor quantidade, mas ainda se faz, mesmo diante das investidas dos órgãos ambientais, o cultivo da terra - mostrando que esse homem rural que trafega entre a roça e o rio tem uma forma própria viver nas ilhas, pelos elementos que combinam no local.

No entanto, esse tipo rural ilhéu se identifica como tal devido às práticas e aos usos que faz do espaço das ilhas. A lida com a terra, as vestimentas que vão desde o chapéu de palha, a botina de couro e calça de tergal, o faz característico. Um tipo de homem caipira, que se define pela rusticidade no vivido, no cotidiano. Atenta-se que este homem projetado nas ilhas, o homem rural, possivelmente vindo da lida do café e agropecuária praticados no continente, que, pelo reordenamento da base produtiva, com a tecnificação da agricultura, adentra às ilhas e traz consigo padrões sociais, econômicos e culturais, que, de algum modo, marca uma forma de ser nas ilhas. Por outro lado, percebeu no trabalho de campo que vários arranjos foram construídos, negociados, forjados, e, por isso mesmo, somando-se a forma de ser no continente com àqueles produzidos nas ilhas, formula um ilhéu com um jeito muito próprio de ser. De um caipira, volante, arrendatário, boia fria, a patrão, produzindo numa escala temporal e espaço que lhe é próprio. Constrói um modo de vida e um lugar em que deixa de produzir mercadorias e sim produtos. Por isso, o ilhéu faz do trabalho nas ilhas uma forma de manter a vida, contrariando o que lhe era imposto no continente, a forçosa venda da força de trabalho como meio de vida.

Vale salientar que os elementos que são combinados na parte baixa do Parque Nacional de Ilha Grande, formadores do território ilhéu, não são os mesmos elementos que compreendem a parte de cima do parque. Os elementos da parte baixa, combinados entre si, fazem do lugar, um lugar único, diferencial, e não o lugar em si, mas as relações sociais dos ilhéus no espaço. Neste contexto, o objetivo do capítulo é discutir o fato de o ilhéu não estar sozinho na ilha. Ele não está fechado em um território longínquo e isolado. O ilhéu trafega em diferentes mundos. Vai ao mundo do pescador profissional quando lhe é conveniente, faz acordos, acertos, troca de favores e negocia representações. Já com os pescadores turistas, absorve o contingente, transforma o turista em fonte de renda. Abre sua casa à temporada de pesca, fazendo do turismo uma das suas principais fontes de renda. A economia local é fomentada. A riqueza que outrora

adivinha do roçada, das plantações de milho, de algodão e de arroz, agora, em um reajuste frente às proibições ambientais, faz da temporada de pesca a “safra”, ou seja, o seu meio de vida.

O ilhéu, após o PNIG, reordena seu espaço, faz novos acordos e traz para perto de si novos grupos populacionais. Foi preciso trafegar entre as práticas de pesca dos pescadores profissionais e transformar a casa em abrigo para o pescador turista. Diante das múltiplas relações desenvolvidas com estratégia de sobrevivência, vários atores, não só o ilhéu, formam o território ilhéu. Seria impossível seguir cada ilhéu e suas representações. No entanto, metodologicamente, para que pudéssemos nos aproximar do vivido, construímos alguns tipos ideais. Num primeiro momento, uma discussão sobre o entendimento do que é o tipo ideal com base em textos teóricos das ciências sociais, e, depois, uma aproximação em relação aos sujeitos que ocupam o território ilhéu. Vale lembrar que, das múltiplas relações que são desenvolvidas com os outros grupos, os ilhéus expõem suas lutas para manterem-se como ilhéus, na condição de donos de um pedaço de chão. Formula um discurso negando a força do Estado-capital, elegendo suas práticas nas ilhas como legítimas, desconstruindo o estigma de ser destruidor, ou malfeitor na natureza. Isso ocorre, em grande medida, porque o ilhéu manifesta-se por meio de suas falas, que não quer sair do território,¹⁵ e que não sabe o fazer outra coisa como forma produtiva de riqueza e autossustento. Bilão assim fala sobre a possibilidade de ter que sair da ilha:

“O que eu vou fazer em Guaíra se toda a minha vida é aqui. Eu não tenho renda lá embaixo. Eu também não aguento mais, a coluna ...essas coisas, meu corpo não ajuda pra trabalhar na cidade. Eu gosto daqui demais. Eu mesmo uso o Rio pra tudo conté coisa. E nunca fiquei doente. Não sei nem o sangue que corre na minha veia até hoje. É tudo tranquilo, durmo bem. Na cidade pra começa.... hoje tá perigoso. É mais perigoso que ficar aqui. Se tá é louco” (Entrevista realizada em 12 de abril de 2017).

De certa forma, o tipo social eleito pelo ilhéu é uma ação política em defesa de seu território. A vida ilhéu encontra-se apoiada pelo modo diferente que assume nas ilhas frente aqueles que adentram as ilhas. O ilhéu assume a postura de defender seu território através de seu discurso, ao mesmo tempo, que precisa dos outros grupos sociais para afirmar sua vida caipira e tradicional. Essa é uma forma coletiva de eleger um tipo coletivo que pela diferença, garante os direitos individuais de permanência no território. A construção das tipologias nos

¹⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=GCgzoQWySio>

darão o substrato para entendermos um pouco mais da vida ilhéu, e das relações sociais construídas em seu território.

3.1 As tipologias.

Diante das observações feitas em campo, na parte baixa do PNIG, identificou-se os principais fluxos populacionais que transitam nos diferentes espaços do território ilhéu. Muitas vezes, esses espaços podem ser espaços concebidos como uso comum, ou, privado e exclusivo, por exemplo, o uso das ilhas. Na pesquisa de campo, não foi possível mapear o perfil de cada um dos pesquisados, seguir os seus passos, percorrer os *fiões* que constroem na organização de suas vidas. Cada ator traça uma infinidade de *ações sociais* com os mais diferenciados fins, e seria impossível planificar, como num *todo orgânico, suas vontades e representações*.

Os três grupos que trafegam entre as ilhas e o Rio Paraná, na parte baixa do PNIG, que observei e categorizei são: *os ilhéus, os pescadores profissionais e os pescadores turistas*. Os ilhéus correspondem ao grupo humano que investigamos com maior cuidado, mas é preciso levar em consideração os outros dois grupos, que, em algum momento, se cruzam e estabelecem relações. Metodologicamente, lançou-se mão do conceito de *tipo ideal* construído por Max Weber (1864-1920), para nos ajudar a compreender a realidade estudada.

Cada sujeito *social* tece um fio de significações num espaço e tempo, com infinitas possibilidades de ações e intenções, que, por vezes, para o pesquisador, torna-se um caminho intangível; no grande fluxo social, é humanamente impossível percorrer cada *rastro de intenção*. A resposta weberiana a tal problema parte da ideia de que a explicação sociológica reside no indivíduo, não sendo a sociedade um fundamento todo coerente e lógico, capaz de explicar as mais diversas ações individuais do cotidiano. Para Weber, aquilo que forma a vida social emana das ações das pessoas e das interações. Weber não nega as estruturas sociais, como o Estado, o capitalismo e outras, mas não se preocupa prioritariamente com isso. O indivíduo, para Weber, é o ponto de partida que dá sentido, expressões e objetivações a grupos e instituições. Então, para conhecer esse mundo social, Max Weber lança mão do tipo ideal, para que, diante de uma realidade infinita, o pesquisador consiga abstrair certas características do objeto [...] *para guiar-se na infinidade do real* (QUINTANEIRO, et al, 2003, p. 112)

O tipo ideal, segundo Weber, é um conjunto de características comuns pinçadas *racionalmente* do grupo estudado; é preciso observar a ação dos indivíduos, seus fluxos, suas teias, suas direções, e deste emaranhado de ligações e sentidos, abstrair racionalmente um tipo. No entanto, mesmo que essas características tenham sido abstraídas a partir das observações de

campo, as junções destas características são formuladas no ideário do pesquisador, diante daquilo que lhe é conveniente reter, segundo seu momento histórico e consciência cultural. Contudo, o pesquisador, na construção do tipo ideal, não se vale tão somente de construções arbitrários, pessoais e subjetivos, mas reveste o tipo ideal de [...] *consciência lógica e não-contradição interna* (SAINT-PIERRE 2004, pg. 57).

Outra característica do tipo ideal é *o fato do mesmo ser utópico*. Devido aos grandes fluxos relacionais, ou às mais variadas ações do cotidiano, é possível encontrar tal tipo na realidade, não exatamente como se pensou ou tal e qual foi delineado, mas caracterizações e linhas gerais, “*os tipos ideias não reproduzem ou refletem a realidade tal como ela é em si mesma*” (SELL 2015, 114). Mas é sabido que as características utópicas do tipo ideal retiradas da vida *corrente e líquida*, pode não existir no mundo sensível “[...] *o seu conteúdo configura uma arbitrária irrealidade, [...] uma exageração da realidade, especialmente das tendências de alguns aspectos dela* (SAINT-PIERRE 2004, 58)

Uma terceira característica que *veste* o tipo ideal é sua *unilateralidade*: elegem-se pontos para explicação, acentuam uns e deixam outros. A unilateralidade é percorrer uma escolha pertinente à pesquisa que está sendo construída, ou, num universo de possibilidades, elencar um conjunto tal de características da realidade que seja relevante para tal propósito, de modo que se torna possível, ao pesquisador, tomar decisões unilaterais de estudo daquela realidade específica. “*O cientista atribui a esses fragmentos selecionados da realidade um sentido, destaca certos aspectos cujo exame lhe parece importante – segundo seu princípio de seleção – baseando-se em seus próprios valores* (QUINTANEIRO 2003, 112)

No entanto, diante dos critérios já elencados para a formulação do tipo ideal, é que passaremos a mostrar as tipologias da vida social na parte baixa do PNIG. São três os tipos humanos que utilizam do rio e as ilhas, com as mais variáveis intenções. Cada um dos atores, *ilhéu, pescadores profissionais e pescadores turistas*, perseguem um fim, mas que, em algum momento, se tocam, se esbarram. Antes de mostrarmos como se tocam na realidade por meio de comparações, elencamos três categorias triangulando tipologicamente cada um dos grupos: *postura corporal e indumentária, as formas de apropriação das ilhas e as formas de apropriação do rio*.

No primeiro aspecto, postura corporal e indumentária, o ilhéu se apresenta como um tipo do homem caipira, do interior do Paraná. Vindo, provavelmente, das lavouras de café ou das fazendas de criação de gado. É este tipo humano que adentra as ilhas para construir seu espaço de vida, tanto econômico como familiar, desenvolvendo as mais variadas relações com outras famílias, com o continente e o Estado.

Este mesmo tipo caipira, que sai do continente para tentar a vida nas ilhas, leva consigo aspectos da vida rural do continente, percebíveis por meio das roupas que usa nas ilhas. O sapatão, bota em couro rústico, com solado feito de pneus de automóveis, usado para a proteção dos pés na colheita do café no continente, torna-se acessório de uso cotidiano nas ilhas, dando segurança e resistência ao ilhéu na lida com a terra. É possível perceber que o chapéu de palha passa a ser, para o ilhéu, seu apetrecho de trabalho que o acompanha na diária laboral, desde o amanhecer, ao fim da tarde. Este apetrecho foi trazido pelos colonizadores, principalmente alemães e italianos, uma vez que, por terem peles muito claras, para se protegerem do sol tropical, utilizavam tal utensílio para uso laboral (referência). De um modo geral, o ilhéu é sutil no trato com estranho, um homem que fala pouco, numa postura retraída e desconfiada.

Já o pescador turista apresenta-se inversamente a forma assumida pelo ilhéu. É aquele que tem residência na Região Oeste, que vem tanto do mundo rural quanto do urbano, e, nas ilhas, assume a postura de aventureiro e desbravador. Seu posicionamento, caracterizado pelos apetrechos visuais, como barcos e roupas, torna-o aquele que paga para obter serviços como alimentação e descanso. Sempre *bem-apessoado*, como dizem os ilhéus, com roupas de passeio, calças próprias para a pesca e camisas de magas longas, que são equipamentos ou acessórios importantes para a proteção de pernilongos e outros insetos presente na vida selvagem das ilhas. É o tipo de pescador que usa cosméticos como repelentes ou protetor solar.

O pescador turista prefere navegar que pescar, andar de uma ilha a outra; de tal modo que foi possível perceber certa inquietação se fica parado muito tempo em uma ilha. A necessidade construída nas ilhas é desbravar novos locais de pesca e conhecer novas ilhas. Por isso mesmo traz junto ao corpo vários apetrechos, como canivetes afiados, lanternas, coletes salva-vidas, e estão quase sempre de óculos escuros para a proteção dos olhos. Suas embarcações são potentes, com sistemas de navegação, a exemplo do Sonar, com capacidade de traçar percursos por GPS, ou mesmo *scannear* a água para detectar se há peixe embaixo do barco.

Já o pescador profissional, quanto a sua postura corporal e indumentária, é um homem de pele queimada pelo trabalho que desenvolve. Pescar cotidianamente é muito cansativo e exige muitas horas manuseando equipamentos pesados, como redes e espinhéis. Por isso, o pescador profissional trafega em dois mundos laborais, com características muito próprias, à rusticidade da prática da pesca, que em certa medida, lhe marca o corpo, e a comercialização do peixe, que o faz comerciante. Por isso, o ilhéu, pelo sol que leva no rosto, apresenta uma pele bronzeada, fortemente queimada pelas horas que passa na montagem de suas armadilhas para a captura do pescado, e, nas longas viagens que desenvolve de barco a Guairá, ou a outra

cidade, próxima ao PNIG, para comercialização do pescado. Observador, cuidadoso, exímio conhecedor do rio.

A segunda categoria observada são *formas de apropriação das ilhas pelos ilhéus, pescadores turistas e pescadores profissionais*. Para o *ilhéu*, a ilha é seu abrigo, porto seguro, seu sítio e, também, seu local de lazer. A casa construída na ilha é tomada como residência habitual, em oposição ao *barraco do pescador profissional*, que tem caráter provisório e temporal. As terras das ilhas são recobertas de floresta e a legislação ambiental proíbe a prática de grandes áreas de plantio. No entanto, o *ilhéu* cultiva uma pequena parte da ilha que podíamos mensurar como não maior que um campo de futebol. Isso ocorre porque, diante das proibições ambientais com a criação do parque, o *ilhéu* passa a ser intruso e não nativo. Por conta desta mudança legal que coloca a natureza com preservação absoluta, o *ilhéu* fica impedido de praticar a agricultura extensiva na parte de terra seca da ilha. No entanto, era uma prática comum em 1960 e 1970, principalmente na Ilha Grande, ter grandes plantações de arroz, feijão, algodão, em que o excedente era vendido no continente aos cerealistas (TOMMASINO, 1985). Nos dias atuais, o *ilhéu* planta *o quanto lhe é* proporcional a sua subsistência, para abastecer o núcleo familiar.

Mesmo sendo o local de plantio pequeno, restrito e parcial, boa parte de seu sustento sai do roçado. Isto configura uma forma de uso da ilha muito específico. Numa interligação entre o roçado e as práticas de manejo dos alimentos produzidos no roçado, observei ao entorno da casa *ilhéu*, a existência de lonas estendidas no pátio expondo o feijão, milho, amendoim, e outros tantos, ao sol. Todos esses alimentos compõem a dieta *ilhéu*. Uma dieta nutricional muito rica, incrementada com verduras, frutas, tubérculos e muito mel. No portal Ypadê, construído pela Comissão Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT, que agrupa membros da sociedade civil e governo, encontra-se um documento que corrobora, em grande medida, com o que foi dito:

“Os *ilhéus* do Rio Paraná possuem, tradicionalmente, uma vida baseada na criação de pequenos animais, roça e pesca no rio, principalmente. Seu modo de vida e atividade econômica eram autossustentáveis e independentes das variações do mercado. Viviam em comunidades nas ilhas do Rio Paraná em um sistema de apoio mútuo e troca constante de produtos, víveres e sementes para melhoria genética” (<http://portalypade.mma.gov.br/ilheus-caracteristicas>, consultado em 10 de novembro de 2017)

Diante destas várias formas de trabalho produzidas nas ilhas, é possível dizer que o ilhéu tem no quintal a performance que precisa para aquisição de renda. Um espaço produzido que agrupa o trabalho, mas também um espaço que incorpora a identidade ilhéu. Por meio das representações que os ilhéus constroem a partir do uso que fazem das ilhas, bem como os materiais que são empregados no trato com a terra, ou a própria forma de lida com a terra, são componentes formadores de uma identidade ilhéu. O espaço ilhéu desvela a cultura ilhéu pela dimensão material que o espaço incorpora.

O ilhéu, a partir do espaço de trabalho, torna-se um sujeito social com características singulares. Constrói sentido à sua ação de tal modo que o local pareça um sítio tradicional, rústico, porque com técnicas de trabalho que vão desde o uso da enxada para a capina do inço, ou enxadão para cavoucar valas no plantio do arroz. Não se usa agroquímicos nas ilhas e tudo é produzido de forma orgânica. Observando as falas dos interlocutores, pode-se afirmar que o ilhéu tem à ilha um *paraíso*, em que sua apropriação se reveste de um ideário simbólico que o distância das inseguranças do continente na relação trabalho/capital. Dono de si, por organizar o tempo e o espaço, (um tempo de produção num espaço produzido com particularidades que criou o território ilhéu) por fazer o que lhe é propício. Ivo Salvador manifesta-se sobre a vida nas ilhas da seguinte forma:

“Olha, pra falar a verdade... sabe o que a ilha representa na minha vida... abaixo de Deus é tudo, porque na ilha eu criei meus filhos. Na ilha eu estudei todos os meus filhos. Eu não tenho nenhum filho analfabeto. Eles foi ao Segundo Grau e outros foi até prá faculdade, tudo na ilha. Tudo tirado na ilha, entre lavora e peixe....estudei meus filhos tudo...nunca, não tem um filho que é pescador, nenhum. A ilha me representa uma infância. Eu chego na ilha parece que estou renascendo. A ilha pra mim representa tudo”(Entrevista realizada em 20 de maio de 2017).

No entanto, diante dos embates com os órgãos ambientais, o ilhéu resiste com sua casa na ilha, conquanto vive solitário em meio a floresta densa. Muitos preferiram sair, abandonar o sonho de vida diante dos enfrentamentos, mas outros, como Edito, Paulão e João Benjamim, permanecem nas suas respectivas ilhas.

Todavia, diante das restrições ambientais, os ilhéus vivem acantonados e com medo de, a qualquer momento, serem despejados no continente. Por isso, quando no território ilhéu, é perceptível a construção de um discurso que nega as imposições externas, em contrapartida, reafirmando uma identidade muito própria que gira entorno do uso das ilhas. Olhando para esta

realidade leva-nos a afirmar que o espaço produzido pelo ilhéu também produz um homem muito específico.

Por isso mesmo, e como enfrentamento para manterem-se no espaço das ilhas, o ilhéu constrói um conjunto de argumentos a seu favor, que possuem um direito historicamente construído, polarizando o discurso: desconstruindo a função social do parque, que não leva em conta a historicidade vivencial daqueles que saíram do continente, para, de alguma forma, produzir suas vidas nas ilhas, afirmando que possuem direito *possessivo*, pela forma de vida nas ilhas. *O Movimento dos Ilhéus do Rio Paraná – MOIRPA* reafirma sua condição de proprietário das ilhas ao mesmo tempo em que apresenta outras formas de apropriação território ilhéu que não condizem legalmente com a função do parque. O ilhéu tenciona a negação do parque em detrimento de uma identidade ribeirinha, reivindicando que o tipo caipira, o tradicional, possui um tipo jurídico na Constituição Federal de 1988, na tentativa de garantir direitos individuais de permanência.

Hoje, mesmo dispersos os “Ilhéus” mantêm sua luta articulada, inclusive com outros povos e comunidades do Paraná e Brasil. Muitos de nós ainda resistimos dentro das Ilhas do Rio Paraná sofrendo as mais diversas formas de ameaça e repressão dos órgãos ambientais de nível federal e estadual, inclusive sendo proibidos de melhorar nossas moradias, apiários, abrigo de animais, etc. Por outro lado, vemos cada vez mais turistas, veranistas pescadores esportistas construindo grandes mansões e portos para aluguel sem qualquer tipo de fiscalização ou proibição (<http://redepuxirao.blogspot.com>. Consultado em 10 outubro de 2017).

Por outro lado, a prática de permanência absorve a força econômica daqueles que vêm do continente como estratégia de *meio de vida*, ou sobrevivência. O ilhéu passa a acolher o pescador turista e o pescador profissional lhe prestando serviços, como estadia e alimentação, criando uma teia de relações, que vão desde a celebração de amizades, negociações econômicas, por exemplo, com o aluguel da casa, ou troca de favores, como uma carona ao continente. Esses arranjos têm a ver com os processos históricos de desterritorialização que passou o território ilhéu. Ao longo da história, após 1940 e depois, em 1980, as terras do parque foram concedidas a ilhéus pelo INCRA para sua instalação e reprodução de suas vidas. Como as terras pertenciam à União, foi apresentada a possibilidade de conquistar o Título de Posse, modo esse que não seria de graça. O INCRA se apressou em titular as famílias que ali viviam para posterior ressarcimento das benfeitorias, haja vista estar em andamento o projeto da Usina Hidrelétrica

Ilha Grande. Se o projeto estivesse sido efetivado, alagaria toda a parte baixa do parque (SCHNEIDER, 2009).

Com a chegada do parque em 1997, muitos ilhéus foram expulsos das ilhas e outros resistem até hoje. No I Encontro dos Ilhéus do Rio Paraná, realizado no município de Alto Paraíso, nos dias 24 e 25 de novembro de 2011, os ilhéus formularam um documento reivindicando ao Estado o direito às suas terras nas ilhas e negando veementemente a sobreposição do parque em seu território. Apresento uma parte do documento que resume a vida na ilha nos dias atuais:

“Em 1997, não bastasse o processo desapropriatório induzido pelas barragens, o governo federal decretou a criação do Parque Nacional de Ilha Grande e a APA Federal dos Ilhas e Várzeas do Rio Paraná que tem concorrido com os “ilhéus” pela tentativa de retorno as suas terras tradicionais no Parque Nacional, sendo que na APA em geral os órgãos ambientais têm proibido crimosamente qualquer atividade de sobrevivência dos ilhéus”(http://redepuxirao.blogspot.com. Consultado em 10 outubro de 2017).

Entender esse processo é entender *a práxis* da vida ilhéu. Os ilhéus fizeram arranjos, os mais diversos possíveis, para reafirmar sua identidade enquanto ribeirinho, mas, mais que isto, para se manterem na ilha, no trabalho com a terra e praticando a agricultura de subsistência. Essa luta contra o parque, as enchentes e as tensões dos órgãos ambientas, fez com que toda organização ilhéu na parte de baixo gravitasse em torno da luta pela terra. Paulão fala das duras investidas do Estado que, para ele, é incompreensível:

“Até hoje eu não entendi como que veio e eles fizeram a medida da casa. Foi o ICMBio que fez a medida da casa mas não me comunico. Eles foram lá medir a casa, o que eu tinha lá, fizeram na surdina, sabe... num tinha ninguém ... só pode. Outro coisa que achei errada. A casa tem 156 m², tudo construído lá. Tu viu lá. Mas eles botaram no cadastro deles lá 180 m². O pátio tem 2500 m². Foi o Ministério Público do Mato Grosso do Sul. Mas ooooh, não entendi nada. O Neno tem a casa em frente à minha do lado do Mato Grosso do Sul, ele foi intimado no Paraná. Ele foi intimado por Umuarama. Ele foi lá o Juiz disse, “não, tudo bem, é pescador pode ficar”. Agora estão mudando de ideia em relação aos ilhéus. Agora o ICMBio já passou marcando os pontos de pesca e os pescadores profissionais podem ficar. O Dito, foi semana passada a audiência dele. A minha não marcaram ainda. Eu vou ter que ir no Mato Grosso do Sul, em Naviraí. Mas quem passou tudo pro Promotor foi ICMBio. Foi semana passada que eles marcaram os pontos. Eu cheguei no Romano, diretor do ICMBio, e disse: “ como é o negócio, tu pegou pesado com nos aí”. Ele disse, “eu passei tudo pro Promotor de lá, só que o Promotor de lá é casca dura, não sei”. Aí eu disse, “mas como você combina uma coisa com nós e depois faz outra, que que tá acontecendo? ” Daí eu descobri que é um tipo perseguição” (entrevista realizada em 19 de abril de 2017)

Mesmo diante de todas as restrições impostas aos ilhéus, os que ficaram no território tentam, de alguma forma, construir práticas de trabalho e renda, por meio do uso que fazem das ilhas, de modo que lhes garantam o mínimo para a sobrevivência. A agricultura de subsistência, como dito, é uma delas, aliada ao turismo e à produção do mel, sem esquecer que o ilhéu também pesca. Por isso a vida nas ilhas, ao mesmo tempo que é fabricada pelos ilhéus, produz um homem específico, resultado das relações que estabelece com os outros grupos e do trabalho que desenvolve nas ilhas.

Figura 9: tacho para cozimento do fubá.



Fonte: Produzida pelo autor.

Os pescadores turistas se apropriam das ilhas, fazendo do lugar um local de descanso e lazer. Quando chegam às ilhas, constroem uma atmosfera de confraternização (preparo de peixe e consumo de bebidas), em que a ilha se torna local de rever os amigos e de celebração. Quase sempre os pescadores turistas deslocam-se ao Rio Paraná vindos das cidades do entorno do PNIG, são pessoas que moram em sítios, que trabalham com agricultura, ou que são do meio urbano. As embarcações chegam às ilhas com quatro ou cinco integrantes, que, na maioria das vezes, são conhecidos entre si. Após amarrada a embarcação no cães do porto da casa ilhéu, descarregam os mantimentos, os colchões, as panelas, e o pequeno fogareiro, sem esquecer as tralhas de pesca. Alguns trazem redes de descanso, e, tão logo as *penduram* entre as árvores que servem para o repouso nas horas de sol muito forte, ou para o sono noturno. Muitos pescadores turistas saem com suas embarcações de manhã, vão para outras ilhas, e voltam à

tarde. Já, parar alguns pescadores turistas preferem pescar à noite e descansar de dia, ficando no acampamento, na maioria das vezes, jogando cartas ou conversando com os ilhéus.

Os pescadores turistas constroem churrasqueiras, com pedras colhidas na margem do rio. Essa atividade acontece ainda no primeiro dia, ou nas primeiras horas quando chegam as ilhas. Como estratégia de economia utilizam galhos secos recolhidos nas florestas das ilhas para alimentar a churrasqueira no lugar do carvão vegetal, que se utilizado, pela quantidade dias que ficam nas ilhas, tornaria a pescaria demasiadamente cara. Além de servir para assar carnes trazidas do continente, a churrasqueira improvisada vira fogão, na fervura da água para o chimarrão, ou no cozimento do arroz. A churrasqueira é um exemplo de improvisação nas ilhas pelos pescadores turistas. Isto não revela somente a necessidade de ajustes às condições existentes para a sobrevivência, mas revela que este tipo humano é aventureiro, gosta de arranjar-se nas condições rústicas que a Natureza bruta das ilhas oferece.

Esses pescadores turistas vão as ilhas com a finalidade de descanso e de diversão, e, por isso, nem todos adentram ao rio para pescar. Muitos pescadores turistas preferem ficar na ilha, preparando alimentos, jogando cartas ou tomando chimarrão. Relatam que preferem caminhar nas trilhas das ilhas, visitar ilhéus, *pescar de barranco*; de certa forma, desbravam a ilha por terra.

Quando não ficam acampados no pátio da casa ilhéu, os ilhéus absorveram esses pescadores em suas casas cedendo quartos e cozinhas para recebê-los. Por este serviço cobram uma diária, uma ajuda de custo, ou ainda, como eles mesmos dizem, cobram um valor simbólico para ajudar na manutenção da casa. Segundo Paulão, que é proprietário da Ilha Nardin, ter os pescadores turistas junto às casas dos ilhéus é uma forma arranjada de sobreviver nas ilhas depois do PNIG, referindo-se à grande ajuda financeira que estes deixam aos ilhéus pelos serviços prestados:

“O turismo é uma mão na roda para os ilhéus. Só que os hotel de Guaíra acharam.... os hoteleiros de Guaíra, eles querem que os turistas vem pescar em Guaíra....tipo saí de Toledo, vem pescar em Guaíra, e se hospeda num hotel, e daí o hotel leva para pescar. Só que daí o hotel cobra 300 ou 400 pila por dia. Só que daí o turista vai na ilha e paga 30 pila por dia. O turista levava comida né, arroz, feijão, óleo, e nunca levou o restante embora, sempre deixava lá, né. Enquanto isso o Ilhéu passava o mês inteiro com compra que o turista levava e ainda deixava a gratificação no fim do dia, 30 ou 40 por dia pela estadia. Ganhava um pouco ali, ganhava um pouco com o peixe e ganhava um pouco com o mel.....ohhhh, o ilhéu vivia sossegado”(Entrevista realizada em 19 de abril de 2017)

Além das diárias pagas pelos dias de pesca, há uma convenção, um acordo não dito e nem escrito entre os ilhéus e pescadores turistas. Como regra, todo pescador, ao se deslocar a uma ilha, a de sua preferência, leva consigo muitos mantimentos, como arroz, óleo, feijão e farinha etc. Ao final da estadia na casa ilhéu, o pescador turista já sabendo que não pode levar o que sobrou dos mantimentos, faz a entrega ao caseiro. Esse ato é *praxe* entre todos os pescadores turistas, entendido como um ato de doação de alimentos. No entanto, tal ato garante a construção de um selo de reciprocidade, e, por isso mesmo, a possibilidade de volta à ilha. Esse acordo não precisa ser motivado pelo ilhéu, com um pedido expresso. Diante disso, efetiva-se mais uma forma de estratégia de sobrevivência ilhéu nas ilhas.

Os pescadores turistas alavancam a economia ilhéu levando prosperidade que outrora lhe era conquistado exclusivamente pela lida da terra. Com a formulação do parque e com as proibições, o ilhéu, para se manter na ilha, motivou vários acordos com órgãos ambientais. Um exemplo configura-se na fala de Paulão sobre o acordo feito na Cidade de Alto Paraíso:

“Foi em Alto Paraíso. Foi feito um acordo, tinha deputado lá tudo, e os deputados lá bateram encima deles né pra que as casa não fosse tirada e que pudesse fazer uma pequena roça. A roça era, no acordo, até 1 alqueira, pra planar a sobrevivência, mandioca, feijão, arroz, milho e o que quisesse. Gado e porco não era pra ter, mas só aquela rocinha que a gente podia fazer, sabe, plantar mandioca, arroz e feijão. Então era pro ICMBio acompanhar todo mês. Ficou registrado tudo lá em Alto Paraíso. Eu fiz o cadastro tudo. Só que [...] não entregaram cópia pra nós. Fico tudo pra manda pra nois e não veio até hoje”(Entrevista realizada em 19 de abril de 2017).

Em temporadas de pesca, o ilhéu, por ter rearranjado sua vida econômica, incorporando o turista nela, torna sua casa ambiente de trabalho. Não mais a roça como no passado, mas sua ilha e sua casa ilhéu assemelha-se a uma pousada, prestando serviços com recepção, no desembarque da tralha de pesca e no apoite do barco no porto da ilha. Ali mesmo no porto da ilha fazem-se os acordos sobre a estadia. Para muitos pescadores turistas, o interesse pela casa resume-se em um quarto para o repouso noturno. Para outros, é preciso, além do quarto, alimentação e roupas lavadas. No primeiro caso, o valor varia de 15 a 25 reais. Para o segundo caso, o valor da diária pode chegar a 40 reais. Muitos pescadores turistas fazem sua própria comida, assando carne no pátio da casa em churrasqueiras improvisadas com tijolos ou com pedras colhidas no leito do rio. Já outros preferem pagar pelo serviço. Não há contrariedade pelo dono da casa se quiserem fazer sua alimentação em que é disponibilizado no pátio da casa

pias e churrasqueiras. Com isso, a casa se torna um espaço público. Acolhe, além dos pescadores turistas, outras pessoas vindas de várias cidades da região, trazidas pelos próprios pescadores. Aliado à pesca, atrativo inicial, o Rio Paraná possui uma gama de belezas cênicas, muito atrativo aos pescadores turistas.

Vale ressaltar que o turismo tem potencial financeiro para a região, sendo um dos motivos que levou o Estado a criar o PNIG. O discurso produzido para justificar a formação deste território planejado relaciona-se ao fato de o parque vir ao encontro da preservação integral do arquipélago em seu interior, garantindo sua integralidade às próximas gerações. Conquanto, há uma grande contradição. Por outro viés, o turismo tem a ver com uso do espaço para exploração financeira. Certamente terão, entre as ilhas, hotéis e pousadas com grau de requinte proporcional àqueles do mundo urbano. Se a intenção é a preservação integral, seria contraditório trazer empreendimentos que geram impactos ambientais incalculáveis às ilhas e às águas do Rio Paraná. De um lado, nega-se a permanência dos ilhéus nas ilhas e, por outro, o Estado vê no local um potencial turístico que deve ser absorvido pela iniciativa privada. Em um artigo, entre tantos que foram produzidos sobre o tema, mostra-se a contradição, negando a vida tradicional ilhéu e o incentivo ao turismo ecológico à região do PNIG.

“O Instituto Chico Mendes (ICMBio) – responsável pelo parque –, em conjunto com o Consórcio Intermunicipal para Conservação do Remanescente do Rio Paraná e áreas de Influência (Coripa), realiza um trabalho com comunidades das cidades onde está o parque para divulgar o turismo ecológico. Em Icaraíma, a 79 km de **Umuarama**, há extensos bancos de areia no meio do Rio Paraná onde é possível passar o dia. Para aproveitar a praia de água doce, o turista deve seguir até o distrito de Porto Camargo. Na beira do rio, há diversos restaurantes, lanchonetes e pousadas. Para chegar até lá, há barcos autorizados pelo **ICMBio** e **Coripa** que levam o turista até esses locais[...] O pacote completo no hotel, com uma estadia, passeio de barco e almoço custa R\$ 480 por pessoa. [...]O hotel também oferece o passeio e o almoço sem a estadia. Cada embarcação tem capacidade para nove pessoas, por isso, o turista precisa reservar com antecedência”. (Jornal G1 e RPC, atualizado em 07/12/2015 08h59)¹⁶.

O ilhéu, percebendo que podia absorver essa fonte de renda, abre sua casa aos pescadores turistas. O rearranjo econômico foi também um rearranjo dos meios de vida nas ilhas. Quando o ilhéu se apropria do turismo nas ilhas, o faz diante da pauperização da vida em relação ao trabalho e à conquista da renda. Essa relação tornou-se conflituosa para o ilhéu porque lhe foi tirado o direito à terra, pelo parque. Ao mesmo tempo em que o parque abre o

¹⁶ <http://g1.globo.com/pr/parana/ferias-verao/2016/noticia/2015/12/refugio-ecologico-parque-nacional-de-ilha-grande-e-riqueza-do-noroeste.html>

arquipélago ao turismo, o ilhéu, pela própria necessidade de sobreviver, também inventa um espaço turístico em sua casa, mas incorre em ilegalidade, porque está à berlinda da formalidade do Estado. O Estado-capital empurra para fora do parque o ilhéu ao mesmo tempo em que explora a natureza por meio da iniciativa privada, por meio do turismo ecológico. O Estado fundamenta seu discurso na preservação do ambiente natural das ilhas para negar a presença ilhéu no local, ao mesmo tempo que incentiva ao turismo que é predador.

Já os pescadores profissionais utilizam as ilhas como apoio à atividade de pesca. Por isso, tem na ilha um refúgio e, ao mesmo tempo, um local de passagem. Por mais que os pescadores profissionais construam um território fluido em relação ao trabalho que desenvolvem, entram em um território fixo em partes, que fora delimitado pelo ilhéu. Então, entrar neste território, para o pescador profissional, exige desenvolver estratégias econômicas, tendo em vista que é preciso negociar com o ilhéu. O pescador profissional negocia e troca favores com os ilhéus, muitas vezes vinculados ao transporte de coisas ao continente, quando não do continente às ilhas. Os favores resumem-se no transporte de pessoas ou em compras de supermercado feitas pelos ilhéus, além de cereais e peixes. Sair da ilha para o ilhéu é muito custoso. As distâncias não são exacerbadas, mas, o problema, é a falta de dinheiro para o combustível usado no deslocamento. No entanto, este trajeto é feito toda semana pelos pescadores profissionais. Navegar a remo é possível para o ilhéu, mas muito perigoso. Devido à distância é preciso sair de manhã, por exemplo, da Ilha Peruzzi, chegando ao pôr do sol, se for para Guaíra. Se assim for, aciona-se a ajuda de parentes ou amigos na cidade, retornando noutro dia de manhã. A volta é mais custosa por ser contra a correnteza. O rio se mostra mais forte, se com o barco vão mantimentos, mais dolorido ainda para os braços. Percebeu-se que diante da precarização do transporte ilhéu, foi possível absorver a logística e os caminhos feitos pelos pescadores profissionais. Por isso, as ilhas ficam à disposição dos pescadores profissionais desde que, em contraparte, o ilhéu tenha benefícios com tal arranjo.

Diante destas possibilidades que se abrem aos pescadores profissionais, muitos fazem das ilhas, como, por exemplo, a casa de Paulão, na Ilha Nardin, sua base para entrada no PNIG. Montam seus barracos e *amarram* seus barcos, ajeitam suas redes e lavam suas roupas nos dias de pesca. A ilha para o pescador profissional serve também para alocar seus pescados às sombras das árvores que ajudam a manter a caixa térmica fria por mais tempo que no barco. Além da sombra da ilha, que lhe serve de aporte, o pescador profissional carrega consigo vários pertences que ficam sob o cuidado dos ilhéus. Estes assumem a postura de olheiro, aquele que cuida do pescado e das coisas do pescador profissional impedindo o furto por outras pessoas.

Em resumo, é possível afirmar que, para o ilhéu, a ilha é seu território, enquanto que, para o pescador profissional, a ilha é seu apoio para o trabalho com a pesca.

Muitos pescadores profissionais, quando não ficam nas casas ilhéus, fazem pequenos acampamentos, conforme o que será mostrado na foto a seguir. São construções rudes, muitas vezes feitas com lonas e com alguns bambus. O procedimento resume-se em abrir uma pequena clareira na floresta, o mínimo possível, montando um barraco, como é conhecido entre os pescadores, e ali permanecem o tempo que for necessário para o trabalho com a pesca.

Figura 10. Barraco de pesca na Ilha Nardim.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Uma outra categoria que merece atenção são as formas de apropriação do Rio Paraná pelos ilhéus. O ilhéu considera o rio perigoso, pelas suas grandes dimensões, e abençoado, porque serve de apoio e renda para a família, sendo o provedor de riqueza. A navegação se dá sempre seguindo a mesma carta fluvial (que é construída mentalmente) porque a intenção é chegar ao destino com rapidez e segurança. Quando se depara com uma embarcação, muito próximo da margem do rio, possivelmente ali desloca-se um ilhéu. É característico dos ilhéus navegarem desta forma acreditando que, num possível naufrágio, conseguirão alcançar nadando a margem com facilidade. Um outro fator que o faz navegar desta forma é que as ilhas, brindadas que são com suas florestas, amenizam o vento e as ondas ao seu redor, fazendo com que a embarcação aguente, com certo grau de segurança, o longo do trajeto até a cidade. Muitas embarcações são antigas, fabricadas em madeira com motores pequenos, e, por isso,

desenvolvem baixas velocidades, não sendo capazes, em caso de vento forte, enfrentar as marolas vindo a naufragar.

Os ilhéus entram no rio também para pescar. Por estarem no rio todos os dias, alegam conhecer os melhores pontos de pesca. Pelo que observei, o ilhéu constrói mentalmente um local que, segundo ele, é o local ideal para a pesca. A forma de encontrar esse local se dá aliando o tipo de peixe que se quer pescar e a tralha que será utilizada. A navegação lenta e o olhar atento são uma das formas de procurar, na imensidão do Rio Paraná, esse tal local, que são na maioria das vezes remansos de águas profundas. Uma outra estratégia de pesca formulada pelos ilhéus são as construções de cevas. As características da ceva deve obedecer a um local de pouca correnteza, de preferência à encosta de uma ilha, e com pouca navegabilidade.

Para desbravar este local, só é possível navegando entre um canto e outro no rio, procurando no rio o ponto ideal para sua construção, que possivelmente trará fartura de peixes. Para que ceva seja boa, e traga fartura a mesa, as visitas são diárias. O trabalho vai ao encontro de atrair o maior número de peixes depositando grandes quantidades de alimentos e cereais como milho cozido, e mandioca. A ceva é um arranjo de sobrevivência ilhéu porque propicia peixe o tempo todo mesmo no período de inverno. Um outro aspecto da ceva, é que proporciona ao ilhéu baixo consumo de combustível e rapidez na pescaria. Isso é feito para complementar a renda e não como atividade prioritária de renda. Fator importante a ser destacado, é que a construção da ceva pelo ilhéu, remete a uma necessidade de alimento à mesa, e não, prioritariamente a venda do pescado na cidade. No entanto, mesmo que o pescado seja vendido, nunca é feito com fim em acumular dinheiro para não ter que pescar no dia seguinte. Isto caracteriza, que a vida ilhéu possui uma lógica diferente, é preciso não faltar coisas em casa, mas não vender o peixe para acumular dinheiro. Por isso mesmo a pesca é esporádica e pontual. Basta conseguir comprar *óleo ou sal, ou pôr combustível no barco*, que, por aquela semana ou mês, não se entra no rio para pescar. Por mais que o ilhéu seja um exímio conhecedor do rio e possui os recursos para a pesca diuturnamente, ele não o faz. Esse é um aspecto que foge à regra do acúmulo no mundo de produção capitalista. Nega o trabalho como fonte acúmulo, e sim, como forma de manter a vida, prioritariamente.

É possível observar que a pesca foi incorporada aos poucos na vida ilhéu. O ilhéu sempre pescou de forma artesanal para sustento da família ou mesmo por lazer, mas não para comercializar no continente. A pesca como forma de complementação de renda passa a ser fluente após as enchentes de 1980 e com criação do parque. Ivo resgata momentos de sua história nas ilhas, demonstrando que, além de cultivar a roça, tinha tempo para pescar

artesanalmente, enfatizando as mudanças que sofreu o território pelas desterritorializações externas e estruturais:

“Aí veio aquele caos, a Itaipu fecho as comportas em 12 de outubro de 1982, mas água cobriu mesmo foi em 1983. As ilhas todas ficou debaixo da água. Cabo tudo, eu tinha dois alqueire de pomar[...]na volta, acontece o seguinte, a gente podia até plantar alguma coisa, mais é o pessoal da ambiental tava em cima pra não deixar. Aí quando foi em 1996, veio o projeto Parque Nacional, aí chegou um Promotor de Justiça lá na minha ilha,.... eu já tinha porco lá dentro, eu tinha 4 vaca de leite..... voltei pra ilha, comprei 4 vaca de leite, comprei... tinha uns cabritos e comprei porco, eu tinha mais era criação. Eu plantava mais era só um milho, arroz era só pra despesa. Aí foi tanto que eu comecei a plantar em outra ilha que deixei aquela da minha casa só pra criação, isso tudo em 1989. As enchentes já não eram tão fortes. Em 1992 ainda deu uma forte. Em 1982 que foi sofrido, comecei a pesca[...]. Eu pescava assim, eu trabalhava até 4 horas, e parava...aí armava a traia. Pescava no início da noite e de manhã cedo, batia os anzol cedo e ia de novo pra roça. Nesta época o peixe era o alimento dos filho” (Entrevista realizada em 20 de maio de 2017)

Diante das atuais condições precárias de vida, após os processos de desterritorialização, pela necessidade de sobrevivência, o ilhéu serve de apoio aos pescadores profissionais e turistas quanto ao uso do rio, ao mesmo tempo que extrai seu sustento a partir dos negócios econômicos que faz com os grupos presentes em seu território. Para os pescadores turistas, o ilhéu ajuda na organização do trabalho com a pesca, fornece alimentação e recebe por isso. Para o pescador profissional que não tem o seu barraco na ilha, fornece o pouso, o banho, e, ainda, ao final da pesca, guarda a tralha de pesca até a próxima incursão do pescador ao rio. Importante que todos os serviços prestados aos pescadores turistas são remunerados em espécie ou, muitas vezes, em *trocas de serviços*, como eles mesmos o denominam. Geralmente, faz-se a permuta de uma estadia por uma carona até Guaíra. O ilhéu construiu relações de troca, mas também relações que passam pelo viés da solidariedade, fomentando formas de entreajuda que passa pelo uso do rio. Paulão fala da relação de reciprocidade que é construída com pescador turista por meio do uso que estes fazem do rio:

“O turista levava comida né, arroz, feijão, óleo, e nunca levou o restante embora, sempre deixava lá né. Enquanto isso o Ilhéu passava o mês inteiro com o que o turista levava e ainda deixava a gratificação no fim do dia, 30 ou 40 por dia pela estadia. Ganhava um pouco ali, ganhava um pouco com o peixe e ganhava um pouco com o mel.....ohhhh sossegado. O ilhéu estava sossegado” (Entrevista realizada em 19 de abril de 2017)

Os arranjos são os mais diversos e representam estratégias construídas para garantir a manutenção da vida nas ilhas. O rio, para o ilhéu, além de lhe proporcionar a pesca, traz a renda

por meio dos outros grupos que por ele passam. Outro contingente populacional que faz uso dos espaços do rio, principalmente da parte baixa do parque, são os pescadores *turistas*. Correspondem a sujeitos oriundos de várias cidades da região do PNIG, como Toledo, Cascavel e Mal. Cândido Rondon, entre tantas outras.

Pelo que pude observar, em Guaíra, na maioria das vezes, chegam pela Avenida Sete Quedas usando o estacionamento do porto de Areia para deixarem seus automóveis nos dias de pescas. Há um outro lugar usado por esse grupo de pescadores para alocarem seus automóveis quando na entrada para o rio Paraná, que compreende um local amplo, o Centro Náutico Marinhas de Guaíra. Além de funcionar como estacionamento aos pescadores turistas, o Náutico abriga as festividades do município. Aos finais de semana, o local torna-se ponto de encontro para muitas pessoas que vão passear, caminhar e andar de bicicleta à beira lago.

Figura 11: Centro Náutico Marinhas de Guaíra.



Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/43450187>. Consultado em 15 de novembro de 2017.

O *pescador turista* é aquele que prefere navegar a pescar no Rio Paraná. Prefere ver as paisagens cênicas no percurso até as ilhas a *pôr o anzol na água*. Suas embarcações, na grande maioria, são velozes e bem equipadas, proporcionando segurança e rapidez, o que faz a navegabilidade ser prazerosa. Por isso, vão de um canto a outro, explorando vários locais no rio. Navegam entre as ilhas, visitam antigos portos, vão às casas comerciais montados a margem

do rio com a finalidade de comprar bebidas, ou *simplesmente tomar uma doze de cachaça*. Por outro lado, quando “entram” no rio para pescar, querem pescar peixes muito específicos, por exemplo, o Dourado, justamente por ser um peixe considerado violento, que, quando fisgado, proporciona grande emoção. É considerado entre os pescadores turistas um peixe esportivo encontrado nas porções de águas mais correntes do rio em meios a pedras. Para além da pesca, o pescador turista usa o rio para o descanso, fazendo do local, um lugar lazer. Muitos consideram o passeio de barco no rio Paraná, uma forma de renovar as energias, fugir a vida laboral e da rotina no continente. Muitos saem do conforto da vida urbana, abandonando as casas de alvenaria, para ficar em meio a floresta em quartos alugados, quando não, montando acampamento com barracas de lonas em volta das residências dos ilhéus. Tal aventura se justifica com a intenção de pescar, mas além desta atividade, vão à procura de um lazer que é a soma da pescaria, do encontro com os amigos e o contanto com a natureza.

Figura 12: Pescadores turistas próximo a Ponte Ayrton Senna



Fonte: <http://rotaryando.blogspot.com.br/2015/12/>. Consultado em 15 de novembro de 2017.

Em conversar com alguns pescadores turistas, sobre o gosto em adentrar o rio para pescar, além de apresentar o enorme prazer que sentem com esta atividade, acreditam que as águas do Rio Paraná têm “poderes curativos”, capazes de proporcionar *bem-estar* e leveza mental. Fui surpreendido em várias conversas em que os pescadores turistas afirmavam que bastava *iniciar a navegação, já nas primeiras milhas*, para sentirem-se leves, melhores das indisposições corporais, “esquecendo dos problemas do continente”, as contas a serem pagas,

o trabalho por fazer, as reuniões de pais na escola. Diziam que, nos primeiros dias, o rio *arranca toda a energia ruim do corpo*, por isso mesmo o rio fortalece, tira o *stress*, e faz com que não se queira sair mais das ilhas. Essa é uma parte mística na fala dos pescadores, que, de certa forma, justifica o turismo que fazem indo as ilhas do Rio Paraná. Não sabem explicar porque alimentam essa ideia do rio, mas alegam, que mais que explicar esse fenômeno, sentem no *corpo a força do rio*. Para os ilhéus, esse fenômeno, diz respeito, tão somente ao cansaço físico de ficar sobre o um barco, andar sobre inclinações íngremes nas ilhas, e, até mesmo, dormir em camas improvidas, muitas vezes, em colchão enchidos com palhas, sem o conforto de um ar-condicionado, em paredes de alvenaria. Os ilhéus dizem que a lógica vivencial nas ilhas assume um outro aspecto que a vida urbana, em que o corpo passa fazer coisas que na cidade não são feitas, como por exemplo, andar em meio a floresta ou tomar banho nas águas do Rio Paraná. São fatores que alteram o nível de cansaço físico, retirando o stress e melhorando o sono.

Somando-se aos pescadores turistas se encontra no Rio Paraná, em quase toda sua extensão, os pescadores profissionais com um maior contingente. São assim chamados porque possuem a carteira de pesca profissional com cadastro junto ao Ministério da Agricultura¹⁷. Para que este cadastro seja feito, alguns requisitos são necessários:

“Relatório de Desempenho de Atividade; cópia do NIT, como seguro especial na Previdência Social; cópia do comprovante de venda do pescado; comprovante de recolhimento do INSS, referente à venda da produção; cópia do Certificado de Registro e Autorização de Pesca da embarcação, quando Pescador Profissional embarcado, se de sua propriedade, ou declaração do proprietário de que faz uso da Embarcação de Pesca; declaração do interessado de que não possui qualquer vínculo empregatício em outra atividade profissional” (<https://www.portalmaritimo.com/2011/01/26/novas-regras-para-a-emissao-de-carteira-de-pescador-profissional/>. Consultado em 11 de novembro de 2017)

São cadastrados aproximadamente 700 pescadores profissionais em Guaíra. No período de piracema, que para todo ano é o mesmo, de 1ª de novembro a 29 de fevereiro, os pescadores deixam de exercer a pesca. Isto é feito para preservar a reprodução das espécies. No entanto, quem for pego pelos fiscais ambientais praticando a pesca, lhe será imposta uma multa de até 700 reais por pessoa, mais 20 reais por quilo de peixe pego¹⁸.

¹⁷ O Ministério da Pesca era responsável pelas Carteiras dos Pescadores bem como a liberação do *Seguro Defeso* no período em que a pesca é proibida. Atualmente, com a extinção do Ministério da Pesca, fica a cargo do Ministério da Agricultura.

¹⁸ Ver <https://www.inss.gov.br/beneficios/seguro-desemprego-do-pescador-artesanal/>

Os pescadores profissionais da parte baixa do parque são vinculados ao sindicato da categoria, que lhes presta serviços, e, entre eles, está a renovação da Carteira de Pesca e o encaminhamento do Seguro Defeso. Além deste trabalho administrativo, o sindicato compra o pescado para revender aos mercados e às peixarias da região. É o intermediador, facilitando a vida do pescador profissional. Paga-se um valor menor que na venda direta à peixaria, mas *é venda garantida e o pagamento à vista*. Segundo, Ivo Alves dos Santos, que é presidente do Sindicato de Pescadores Artesanais -SPA, nos disse que muitos pescadores preferem comercializar com o sindicato que ter que ficar circulando na cidade com peixe, em caixas de térmicas pesadas, de porta em porta.

Pelas minhas observações e pelos relatos dos próprios pescadores, quase a totalidade aprendeu a pescar, pescando, ou quando muito, com os pais ou parentes que já exerciam esta atividade. O escopo de profissional lhe foi dado por exercer essa atividade como fonte prioritária de renda da família. Outro aspecto que caracteriza o pescador profissional presente na parte baixa do parque são as marcações de pontos de pesca que são feitas a esmo. O rio é, ao mesmo tempo, de todos, mas também subdividido pela tralha de pesca disposta na água. O pescador, para pescar, escolhe um local no rio, e ali coloca seus espinhéis. Muitos pescadores mantêm-se no mesmo lugar por longos períodos, mas isso não é regra, sendo comum a mudança de ponto, fazendo com que o pescador tire da água suas redes e espinhéis e se desloque para outro *canto* do rio.

Junto aos pontos de pesca, o mais próximo possível, muitos pescadores constroem o que eles chamam de “*barraco de pescador*” em uma ilha. A construção resume-se a uma pequena casa improvisada com lonas e bambu que serve de abrigo nos dias em que se fica no Rio Paraná. A ilha, para o pescador, tem a função de apoio à atividade que exerce. Sem a ilha seria inviável a prática da pesca diante dos longos percursos a serem percorridos até a cidade. Para quem mora em Guaíra e sobe o Rio Paraná para alcançar um ponto de pesca, precisa percorrer 40, 60 quilômetros até o destino final. Segundo observações que fiz estando na Ilha Peruzzi, os pescadores que usam a parte baixa do PNIG, vêm, na sua maioria, da cidade de Guaíra, e, além de trazer toda a tralha de pesca, como linhas e anzóis, trazem mantimentos. A ilha representa lugar de passagem, de apoio à atividade econômica que exercem e também lugar de repouso e abrigo.

Figura 13: Foto interna do barraco de pescador na Ilha Nardin.



Fonte: Elaborado pelo autor

Ademais importante, quando observando as embarcações ancoradas sobre o porto à frente da casa de Paulão, na Ilha Nardin, observei os diferentes tipos embarcações. Uma feita a madeira, movidas a gás butano com motores estacionários¹⁹. Outras, mais arrojadas, com motores modernos, acoplados na parte de trás da embarcação, conhecidos como motores de popa. Não sabia a diferença entre as embarcações, informação esta que foi sendo construída ao longo dos dias em que fiquei nas ilhas. No entanto, é preciso dizer que as embarcações produzidas de forma artesanal, são arranjos mecânicos que fazem os custos do deslocamento no Rio Paraná diminuir. São construídas de forma artesanal, muito utilizadas por pescadores profissionais e ilhéus. As embarcações produzidas “*no fundo de casa*”, como diz Paulão, revelam um aspecto da vida nas ilhas, que diz respeito a uma forma de navegar à margem das determinações legais para a navegabilidade em rios e mares. São embarcações que não passaram pela métrica dos órgãos normatizadores. No entanto, essas adaptações proporcionam ao pescador profissional e o ilhéu, um trânsito maior no rio. Como são embarcações resistentes e grandes, transportam grandes quantidades de caixas térmicas com pescado, e mesmo, para os

¹⁹ Um tipo de motor em que, seu conjunto, não se desloca. É usado na movimentação de eixos. A propósito, na embarcação ilhéu, são motores alocados ao centro do barco movimento o hélice de projeção da embarcação.

ilhéus, levam a cidade o excedente da produção de mel ou cereais. Quem mais usa essas formas de embarcações são os pescadores profissionais, muito mais que os ilhéus, devidos as grades cargas que transportam quando vão a pesca, e mesmo depois, na volta com as caixas cheias de pescado. Ainda, segundo Paulão, quando se reporta as embarcações feitas de madeiras, com motores estacionários, frisa que são embarcações de pobres, daqueles pescadores que não tem dinheiro para comprar gasolina, e por isso, optam em usar diesel e gás, mas barato, proporcionando maior descolamento com um litro, se comparada a gasolina usada em motores de popa. Segundo ele, o deslocamento seria muito mais rápido, mas o custo deste conforto não é suportado pelo pescador profissional e mesmo, o ilhéu.

Na “subida do rio”, usando um barco com motor estacionário, vencendo lentamente corredeira, o pescador profissional vai de olhos atentos, acompanhando o movimento das águas e do vento. Esse é um momento que pescador profissional aproveita para mensurar se será boa ou ruim a pesca diante das condições climáticas que se apresentam. Se as águas se apresentam turvas, *sujas*, como dizem, a propensão será pescar peixe de couro, um tipo de peixe que se alimenta, justamente quando as águas estão nebulosas, o que ocorre, após uma chuva, que pode ser rio acima. No entanto, são peixes que se físgados proporcional uma boa rentabilidade devido seu alto custo de comercialização. Outro fator observado pelos pescadores profissionais, que muitas vezes o leva a desistir da pesca para aquele dia é a quantidade de vento soprando no rio, fazendo as águas se agitarem. Acreditam, que devido a *ventania turbilhonando as águas*, não faram uma boa pesca. Ademais, com ventos forte, devidos as grandes marolas, corre-se o risco de um iminente naufrágio. Fica difícil para navegar, apoitar o barco ou lançar a redes. Como as distâncias são longas e o tempo de navegabilidade é extenso, mesmo tendo saído de Guaíra, com condições climáticas favoráveis, pode ocorrer que, ao chegar ao local de pesca, o tempo tenha mudado, e as condições climáticas se apresentarem desfavoráveis, podendo estar revoltado para a chuva ou estar ventando.

No entanto, depois de ter completado a subida do rio e chegado ao ponto pretendido, antes de desembarcar as tralhas de pesca na ilha, o pescador profissional tem em mente informações sobre o rio, colhidas no trajeto, que são na maioria das vezes compartilhadas com o ilhéu, dono da ilha em que ficará acampado. Além das informações obtidas no trajeto, na conversa com o ilhéu, o indaga sobre se está bom ou ruim para a pesca no local, e que tipo de peixe está sendo físgado. É preciso levar em conta esses aspectos, tendo em vista ser dispendioso financeiramente entrar do rio, iscar os espinhéis, *e perder a viagem*. Um dos fatores que fazem o pescador profissional ficar parado na casa ilhéu é o vento forte. Preferem perder,

um dia de trabalho, esperar o vento parar, e, só no outro entrar no rio quando as condições climáticas estiverem favoráveis.

Sempre a pesca é duvidosa, ou o resultado da pesca é duvidosa. Não sabe noutro dia que tipo de peixe físgou, ou mesmo a quantidade. No entanto, muitos pescadores por afirmarem que conhecem o rio e suas características, arriscam palpites após ter dispostos as tralhas na água. Quando retornam ao acampamento falam sobre o tipo de peixe que será físgado, apostando na sua sabedoria de pescador, o que pode ser confirmando ou não no outro dia de manhã. Por isso, se a pesca foi de um tipo de peixe em que a demanda no comércio local é grande e rentável, mostra que o pescador não falhou com seu trabalho. Isto leva outros pescadores a perseguir o mesmo caminho, a mesma rotina, para obter tão boa pescaria. Alguns chegam a se apropriarem dos mesmos lugares em que pescou na noite anterior, acreditando estarem ali, os grandes peixes.

Há uma forma de solidariedade entre os pescadores profissionais, que diz respeito em divulgar os lugares em que obtiverem êxito com a pesca. Acreditam que tal fato se repetirá no dia seguinte e por isso, como forma de ajuda aquele pescador que não físgou nada, lhe entrega o lugar de sucesso da pescada. Contudo, não dão mais detalhes, restringindo somente ao lugar no rio que realizou a boa pescaria. Para muitos pescadores isto não ajuda muito, e, dizem, que o que seria bom, se cada pescador pudesse compartilhar o tipo de isca que utilizou, o que para muito pescadores isso é um *tabu, e deve ser mantido em segredo*.

Em grande medida, o pescador se auxilia no conhecimento que adquire pescando, e na troca de experiência, quando se encontra com outro pescador. No entanto, como é preciso sobreviver da pesca, numa relação clara de poder, nem tudo é possível dizer, principalmente quando se obteve êxito na pescaria. Os pescadores entendem que o uso do rio é como que, um direito inquestionável por todos que deles necessitam. No entanto, as ações privadas de trabalho, as formas de pesca e as iscas utilizadas, devem ser mantidas em segredo, de tal modo, que além de projetar o pescador no território com bem-sucedido, lhe garante mais peixes que outros pescadores que não detém tais técnicas.

3.2 O roçado

Próximos às casas, mas mata adentro, há a existência de um roçado, não maior que um campo de futebol. Na construção deste roçado, foi possível perceber que fora arrancado tão somente o capim rasteiro e cipós, mantendo-se as árvores, numa forma moderna de lidar com a terra nas ilhas para se adequar parcialmente aos ditames ambientais do PNIG. Por isso, é feito

uma clareira parcial em meio a vegetação nativa não maior que um campo de futebol, de preferência próximo a uma nascente, caso venha precisar regar as plantas em períodos de seca. Os ilhéus acreditam que são eles os primeiros responsáveis pela preservação da natureza das ilhas, e, para tal, tomam algumas precauções. Utilizam a terra sem desmatar, de forma que as plantas cultivadas, como milho, pipoca, mandioca, cará, amendoim, e tantas outras, se desenvolvam entre as árvores. Desta forma, acontece a *entreaajuda*, em que as árvores cumprem em conservar a umidade do solo, e o alimento é produzido sem o desmatamento total do espaço, a exemplo da monocultura encontrada nos campos do continente. Essa concepção é conhecida como *sintropia*, nome este impopular entre os ilhéus (GOTSCH, 1996). Quando indagado se eles sabiam sobre essa técnica, disseram que não, e afirmaram que fazem seus roçados porque aprenderam com os pais e avós, com os seus antepassados. Conquanto, com o passar do tempo, essa forma de produzir no roçado foi sendo ajustada às condições impostas pelos órgãos ambientais do Parque. Foi preciso melhorar, agora mais do que nunca, para mostrar às autoridades ambientais que o cuidado com as ilhas é primordial, por não serem os protagonistas de qualquer destruição ambiental. De um lado, um ajuste na forma de produzir, e, de outro, os ilhéus transformaram os saberes familiares, acumulados em gerações, como forma de luta, reafirmando um modo próprio de lidar com a terra.

É preciso salientar que o espaço do roçado sofreu alterações por imposições externas à vontade dos ilhéus após a criação do PNIG, não só, ressalto. Antes de 1980, o local tinha incentivo, inclusive com o fomento de instituições financeiras do continente, para aqueles que detinham a Posse, para investimentos em lavouras²⁰, na compra de sementes, de adubos e de fungicidas. As ilhas eram vistas como celeiro, lugar de muita produção de riqueza, principalmente por meio da agricultura do arroz (TOMMASINO, 1985). Após o fechamento da Itaipu, concomitantemente, o acometimento das enchentes, o sonho de muitos ilhéus tornou-se pesadelo. Radicalmente, a economia ilhéu, após a criação do PNIG, não podia mais depender do roçado. Foi preciso readaptar o uso do lugar para se manter na ilha, e, mesmo assim, sofrendo pressões, as mais diversas possíveis dos órgãos ambientais, de modo que deixassem o local e que parassem em definitivo de produzir nos espaços das ilhas. Morador da Ilha Biguá, Ivo, fala sobre esse período de transição da Usina de Itaipu à criação do PNIG:

Acontece o seguinte, a gente até podia planta alguma coisa, mas é... o pessoal da ambiental tava em cima pra não deixar. Aí quando foi em 1996 veio o

²⁰ Ver a Dissertação de Kimiye Tommasino, “*Fugindo do sistema: começo e fim da utopia dos ilhéus do Rio Paraná*”, página 148, 1985.

Projeto do Parque Nacional, aí chego o Promotor de Justiça lá na mina ilha[...]. Ele falou “se tá proibido de fazer roça aqui, proibido de plantar” [...] Eu parei e fiquei pensando, já não era mais aquele tonto, se eu ficar vai dar problema[...]. Nesta época nos estava bem estruturado. Eu tinha café lá rapaz. Não era muito não, eu tinha dois mil e poucos pés de café” (Entrevista realizada em 20 maio de 2017).

Figura 14. Foto de um roçado no Norte da Ilha Peruzzi.



Fonte: Plano de Manejo do Parque Nacional de Ilha Grande – PARNA, 2008

Foi possível perceber que, com a fiscalização dos órgãos ambientais de forma ostensiva nas ilhas, a postura era tida como de guardiões do Parque, ao ponto de incutir temor entre os ilhéus, porque, ideologicamente, concebia-se, ou, concebe-se, porque não mudou a legislação do Parque, aquele local como reduto exclusivo da natureza (DIEGUES, 1994). Por isso, os ilhéus, mesmo em seus espaços, no caso o roçado, ante qualquer ação que possa pôr em risco sua permanência na ilha, por exemplo, como a derrubada da floresta, não o fazem. Não o fazem, certamente, por temor de ser-lhe imposta uma multa ambiental e não terem como pagar. Contudo, para além de questões externas sobre a proteção do meio ambiente, acreditam serem os primeiros reesponsáveis pela preservação do lugar. Fica perceptível em suas falas a alegria em demonstrar aos visitantes as ações que fazem para a preservação da natureza. Contam histórias de salvamento de animais, do cuidado com o rio, da forma como se organizam para recolher os lixos nas ilhas com suas próprias canoas, dos vários avisos e orientações que fazem

aos pescadores profissionais e turistas sobre não deixarem lixos na floresta, ou mesmo orientando que o descarte não seja feito no rio:

“Eu provo que quem preservava era os ilhéus. Ali pra você ter uma ideia, quando dava enchente e ficava aquelas possa de água no meio das ilhas e ali os peixinhos ficava, ali ia morrer tudo. As famílias de ilhéus com o balde pegando aqueles peixinhos dali e jogando no rio, pegando dali e jogando no rio. Hoje apodrece tudo lá[...]. E os ilhéus faziam isso e peixe andava pulando no barco de tanto peixe que tinha no rio quando os ilhéus moravam lá[...]. Pra você ter uma ideia os ilhéus não queimavam não, eles queimavam sim o lugar que eles plantavam a roça, mas acerava pro fogo não anda na ilha”.(Entrevista, realizada em 20 de maio de 2017)

É importante salientar, por outro lado, que o ilhéu tem a consciência de que não é o roçado o causador dos problemas ambientais que rondam o PNIG, mas as construções das Usinas Hidrelétricas ao longo do Rio Paraná. Afirmam tacitamente que se não fossem a existência dessas barragens, o rio *seria mais cheio de vida*, com fartura de peixe, e as ilhas não teriam perdido grande parte de suas terras. Por isso, num processo de autoafirmação e de resistência, os ilhéus mantêm o roçado. É preciso, de alguma forma, produzir o alimento que irá para a mesa, mas também transferir o roçado para o discurso, como local gerador de tradicionalidade ilhéu. Sempre foi função do ilhéu tirar da terra seu sustento. Era uma produção familiar com certa regularidade. Conquanto, nos dias atuais, a produção restringe-se somente ao consumo familiar. No entanto, além da sua funcionalidade e sua parte física, o roçado, levanta a bandeira de uma vida tradicional e diferencial.

Simbolicamente, para além das questões ambientais, o roçado marca uma forma de ser ilhéu, pela sua ligação histórica com a terra. A necessidade de alimentar-se o faz manter o local, mas o que se apresenta, de forma acentuada, marca no roçado uma forma de luta pela terra, reafirmando uma identidade ilhéu. O ilhéu tem, na preservação ambiental, sua bandeira, negando as ações dos órgãos ambientais em suas ilhas, mas, por outro lado, alegam, por meio do roçado, serem os donos daquelas ilhas, daquele modo próprio de ser. É perceptível, em suas falas, as tensões políticas e as manifestações de uso do poder, em que o Estado não os reconhece como legítimos, e sim como foras da lei, por plantarem em um local de preservação absoluta, e de outro, o ilhéu que se impõe, mostrando ser o dono legítimo daquele espaço, por meio dos processos históricos de territorialidade. É possível visualizar que há uma clara negociação com os órgãos ambientais, cedendo aos seus mandos, de certa forma, mas não os reconhecendo em seu território. Afirmam que os fiscais são *jovens demais*, e que não conhecem

suas lutas nas ilhas, que não fazem ideia do sofrimento que passaram para manterem-se como ilhéu. Alegam que, no início, quando seus pais entraram nas ilhas, não se tinha essa preocupação com a natureza pelos órgãos ambientais, *era outro tempo*, então, faziam-se roças de arroz, de milho e de feijão *para a família e o excedente alimentava outras tantas no continente*. A ilha é o espaço de apropriação, e o roçado é o lugar subjetivo, em que cada ilhéu mostra sua singularidade de lida com a terra, conquanto que esse mesmo lugar sirva para fortalecer o discurso de que são gestores do seu próprio espaço; que fomentam a preservação antes mesmo de uma imposição do estado.

A paisagem das ilhas dá aos órgãos ambientais o extrato do discurso na desconstrução de uso do espaço ilhéu. Quando se deparam com o roçado, reafirmam suas posições de que o ilhéu é causador do desmonte da natureza local. Para muito ilhéus isso é revoltante, e traduz não só o problema ambiental com as hidroelétricas que é deixado ao lado, mas, a força do Estado em tirá-los do local, negando sua territorialidade histórica. Quando os fiscais ambientais se deparam com um desmatamento parcial da ilha, justificam o discurso da necessidade de saída ilhéu, descrevendo a transgressão ambiental. Afirmam que o ilhéu desnuda a natureza nas ilhas, e, por isso, causa a depredação ambiental irreparável de um local. Esse movimento de construção e de desconstrução do espaço ilhéu, em que ilhéu defende seu direito de permanência na ilha por meio de sua inscrição histórica no lugar, e os órgãos ambientais, numa clara relação de poder do Estado, tipificando o ilhéu como um transgressor, fazem do local um ambiente em constante conflito. Mesmo que esse lugar seja subjetivo, dentro de um modo próprio de produção do espaço nas ilhas, não deixa de se comunicar, simbolicamente, com outros lugares na construção de uma identidade ilhéu. No micromundo ilhéu, produz-se, de um lado, um discurso positivo de apropriação das terras das ilhas, por meio do cuidado com questões ambientais e, aliando o discurso ambiental, a uma forma própria de sobrevivência, e que, tanto um quanto o outro são mecanismos de dizer, que as fronteiras jurídicas impostas pelo Estado são negadas e, por isso, o território ilhéu, de outra forma, marca-se no espaço, formulando outras fronteiras, por meio de sua inscrição no local, e, simbolicamente, por meio das representações. O espaço das ilhas é um espaço social (LEFEBVRE, 2000).

O roçado marca um lugar de luta, de arranjo e de espacialização. A identidade ilhéu passa pela sua ligação com a terra. Mostrar aos visitantes o milho verde produzido no roçado, a pipoca que embala o papo à beira do rio no fim da tarde, é se afirmar como um homem histórico, que se construiu em um *front* de luta, das mais diversas possíveis. Um grupo que construiu arranjos de sobrevivência frente às forças da natureza, superando as enchentes e negando a planificação do Estado-capital.

Em grande medida, o roçado para o ilhéu representa a sua própria permanência na ilha. É sua bandeira de luta, sua terra, sua fazenda, seu modo de vida. No roçado, a vida ilhéu mostra-se diferente, desigual, unilateral. É condição, sim, ter o roçado, que facilita e muito a vida na ilha, mas, também, passa por questões tradicionais, ou seja, o cultivo da terra foi herdado dos antepassados. O roçado, para além de sua funcionalidade de produzir alimento, marca um jeito próprio de ser, em que o ilhéu se caracteriza como homem rural. Entender esse espaço ilhéu é entender as relações de produção, e, ao mesmo tempo, econômicas entre os ilhéus (LEFEBVRE, 2000).

O roçado marca uma divisa entre quem está na ilha por ancestralidade e aquele que dela se serve como meio de vida. O roçado faz essa linha entre o de dentro e o de fora. Conquanto, o estranho, o pescador turista e profissional, não faz do roçado seu meio de vida. Não planta, não revira a terra, não cultiva a planta, e dela tira o seu sustento. Por isso, o roçado coloca o ilhéu como sendo aquele de dentro, aquele que territorializou os espaços das ilhas (HAESBAERT, 2007), aquele que quer ficar lutando contra o cerceamento ambiental impostas verticalmente. É no roçado que o ilhéu mostra que é possível comungar a força produtiva da terra, com o meio ambiente, garantindo, desta forma, a justificativa de que não são predadores das ilhas, mas sim cuidadores.

Uma das características do roçado é ser privado e exclusivo. É o lugar subjetivo do ilhéu. Não se partilha a terra, e sim, as sementes. A lida com a terra mostra-se muito particular de cada um dos ilhéus. Alegam que o trato com a terra é particular de cada pessoa, onde um revira a terra de uma forma, outros põem folhas secas, coletadas nas florestas das ilhas, como adubo, outros, ainda, não reviram a terra, fazendo, em cada estação, o plantio das sementes em pequenas valas. Por isso, alegam que o trato com a terra é particular, podendo compartilhar as sementes, principalmente como base de troca, em que se dá a semente de feijão, e, no próximo ano, devolve-se a semente, que pode ser de feijão ou de outro cereal, segundo a necessidade daquele que emprestou. Muitas vezes, por questões climáticas, produz-se mais arroz em uma ilha, e não em outra, por isso a troca vai da necessidade daquele que cedeu a semente. É uma troca baseada em uma relação de solidariedade. Ivo, ao se recordar de como realizava o plantio do arroz e a distribuição da semente, afirma:

“Rapaz eu plantei aquele hectare de arroz, assim, o milho deu bem pouco, mas o arroz grano tanto que racho o caroço, e, quando o povo olho aquilo, ficou doido [...]. Eu sei que colhi ali naquele hectare 27 sacos de arroz de 60 quilos. Aí o que acontece, [...] um me empresta um saco, outro, outro[...].” (Entrevista, realizada em 20 de maio de 2017).

A lida com a terra é herança familiar. Segundo os ilhéus, se aprende desde pequeno, em um processo tradicional de transmissão de conhecimento. Neste processo, incluem-se outras técnicas, como saber escolher as melhores luas para o plantio da mandioca e da batata doce. Pude perceber que há inúmeras crenças, superstições e rezas que são feitas de forma particular – por exemplo, no caminho para o roçado - antes da sementeira, ou antes da colheita. As promessas para os ilhéus são alentadoras e funcionam como barganha com as divindades diante da insegurança no processo produtivo que é agricultura. Um exemplo é se chover nos dias que o milho está com boneca²¹, ou seja, granando, o ilhéu vai à missa, desloca-se com sua canoa ao continente para agradecer pela chuva que fertilizou seu roçado. Por mais que as terras das ilhas, na sua grande maioria, sejam férteis, é preciso que chova. Segundo Ivo, se não chover no tempo certo, no período em que planta precisa de mais água para o seu desenvolvimento, perde-se o trabalho com a terra, sem alimento para aquele ciclo. Em conversa com Paulão²², ele me explicou como deve ser plantada a batata doce e a mandioca, obedecendo aos ciclos lunares. Falou que as plantas que dão raízes são imprescindíveis que a sementeira seja feita na lua escura. Percebe-se que isto é regra e não exceção entre os ilhéus. A explicação para isso repousa no fato da luminosidade lunar. Segundo Paulão, o que cresce dentro da terra tem que ser levado a ela na lua escura, para se ter muita mandioca ao final da produção, raízes longas e polpudas de um sabor inigualável. As batatas doces não sairão rachadas, dificultando o descasque, não serão furadas por bichos, como lagartas e tantos outros invasores, e na sua melhor forma, sairão grandes e lisas.

Por sua vez, muitos ilhéus usam o tempo de forma diferente em cada roçado. Para uns, agosto e setembro são as melhores épocas para o plantio da mandioca, para outros, não importa o mês. O ilhéu que planta após o período de inverno, o faz pensando na geada, ou melhor, em como escapar sua lavoura, se caso, naquele ano, houver geada. A geada age queimando a planta, pondo um fim, para muitas delas, em seu ciclo produtivo. Já outros ilhéus, como Bilão, morador ao leste da Ilha Peruzzi, faz a plantação de mandioca acreditando não ter uma época específica para o seu plantio, bastando observar as fases da lua. Afirma que se a geada solapar a plantação, como a mandioca é uma planta que se recompõe com facilidade, novos brotos virão à primeira chuva, continuando seu ciclo produtivo.

É perceptível que a lida com a terra assume muito daquilo que é particular em cada ilhéu, suas crenças, mitos e rituais. Cada família ou ilhéu faz o seu roçado diante dos

²¹ Primeiro processo de maturação da espiga.

²² Entrevistado para esta pesquisa. Ilhéu, Dono da Ilha Nardin.

conhecimentos e crenças adquiridos ao longo da história de vida. Usam o seu espaço articulando o lugar à paisagem. É possível afirmar, segundo relatos de muitos ilhéus, entre eles, Paulão, que o uso comum da terra *não dá certo*, e pode desembocar uma possível inimizade a curto prazo de trabalho comunal. Por isso, com certo grau de cuidado, posso dizer que o tabu entre os ilhéus é não ter inimizades que possam, em grande medida, desorganizar o território, o levando ao caos. Talvez isso se justifique porque há uma rede de solidariedade muito extensa e funcional na vida ilhéu, que foi desenvolvida ao longo de sua história nas ilhas por conta da vulnerabilidade das condições de vida do local. Por isso, algumas práticas são sempre bem-vindas, como, por exemplo, a troca de sementes, que, por sinal, faz parte desta rede de solidariedade. No entanto, temendo intriga e inimizades, outras práticas são repudiadas pelos ilhéus, como o uso comum da terra. Percebi em campo, coletando informações à pesquisa, ouvindo e olhando – garimpando nuances próprias da vida social ilhéu -, que não ter inimizade entre os ilhéus perpassa tão somente o nível do discurso, que, na prática do dia a dia, as relações se mostram diferentes. Há, sim, disputas acirradas entre ilhéus, ora por questões de não cumprimento de acordos econômicos, ora por vaidades pessoais, as mais diversas que emanam das relações humanas.

3.3 A produção de mel

Além da pesca e do roçado, o mel é uma terceira fonte de renda do ilhéu, com maior retorno financeiro que as outras duas. A produção de mel nas ilhas é o que dá, efetivamente, poder econômico ao ilhéu. O investimento é baixo, assim como as horas de trabalho dispensadas para a atividade. É preciso fazer as caixas de abelha e alocá-las em um suporte, distantes do chão e da umidade. Por isso, além da confecção das caixas é preciso fazer os pilares, que, na maioria das vezes, são de madeira, enterrá-los ao chão onde ficarão suspensas as caixas. É imprescindível que as caixas fiquem distantes do chão, ou serão atacadas por formigões, que, destruirão a colmeia invadida em poucos dias. Depois de alocadas em seus devidos lugares, basta esperar o tempo de produção do mel para que o ilhéu faça a colheita. Isto pode levar de três a quatro meses.

A produção do mel é considerada orgânica por não existir lavouras convencionais que usam agroquímicos entorno das ilhas. Por ser o rio Paraná extenso e suas margens, áreas de preservação ambiental – APPs, recobertas de vegetação, forma-se um escudo de proteção às caixas de abelhas, contra qualquer tipo de agrotóxico. As ilhas, na sua grande maioria, também são recobertas de uma densa floresta, proporcionando na primavera flores as abelhas. Esse

aspecto, de o mel ser orgânico, um conceito moderno desenvolvido pelo mercado, para dizer que um alimento é melhor ou mais saudável, faz com que sua demanda seja grande, gerando uma boa renda ao ilhéu. O preço comercializado com o selo orgânico ganha um *upgrade*, sob essa justificativa. No entanto, antes mesmo do início das negociações do mel, é preciso um longo caminho de trabalho que envolvem a solidariedade e associação de ilhéus na confecção das caixas, ou mesmo, na escolha deliberada da ilha que serão alocados os enxames até o final do ciclo produtivo.

Para as fabricações das caixas de abelhas, um processo, muitas vezes, artesanal, é montado pelo ilhéu, quando este opta em não adquirir as caixas nos estabelecimentos agrícolas no continente. É preciso, primeiramente, construir os artefatos que darão forma à caixa de abelha, como as tábuas, fabricadas de troncos de árvores secas caídas em meio as florestas das ilhas, com uso da motosserra. É um trabalho de grande empenho físico e cuidadoso. É preciso enfrentar a mata densa, os cipós com espinhos, as árvores *unhas de gato*, que a todo o momento enrosca-se às roupas, abrir um trilho até o tronco caído e manter-se atento a supostos animais peçonhentos, ou a ataques de onças. Avistado o tronco, já com a casca que o envolve em decomposição, inicia-se o trabalho de limpeza da parte que será utilizada, é preciso tirar a madeira do invólucro, arrancar os galhos secos que, futuramente, serão utilizados para lenha nos fogões de suas casas. Após ter feito esse trabalho de vistoria e limpeza, o ilhéu inicia o trabalho com a motosserra, é preciso fazer as tábuas por meio de um trabalho quase que cirúrgico. Os cortes são feitos, num primeiro momento, dois nas extremidades, e os outros, na horizontal. É preciso deixar as tábuas retas, porque tortura ou desníveis inviabilizam a construção das caixas. Mas o trabalho não acaba aí, o pior está por vir, tendo em vista que é preciso trazer nos ombros as tábuas até os arredores das casas. Dá-se uma, duas, três viagens, até que todas as tábuas estejam ali, alocadas uma sobre a outra, ao sol. Somente após alguns dias de repouso é que a madeira estará curada para o entalhe das caixas de abelha. Este trabalho é cansativo, pesado demais, a ponto de causar extremo cansaço físico.

Contudo, visitando uma ilha e outra, observamos a presença de pés de eucaliptos já grandes, robustos e com troncos largos. Segundo relatos dos próprios ilhéus, disseram que as mudas foram trazidas do continente, e que essa espécie de planta não faz parte da vegetação nativa das ilhas. Fora trazido há mais de vinte ou trinta anos, quando ainda se podiam fazer plantios de eucaliptos nas ilhas, o que hoje não é mais possível. O que é permitido hoje é o seu corte para uso doméstico, para uso nas construções de casas, e, preferencialmente, na fabricação de caixas de abelhas. O procedimento é similar às árvores secas no interior das ilhas, com algumas modificações. Derrubam-se os pés de eucaliptos, separa-se o tronco dos galhos, e, ali,

onde se debruçou a gigantesca árvore, o tronco permanece até estar seco, *no ponto de fazer as tábuas*.

A descrição feita do trabalho de confecção das caixas abelhas só é importante se levamos em conta que este momento produz movimentos de interação social de modo que a figura e a presença do vizinho tornam-se fundamental. O território se articula em uma rede de trabalho, sendo que para os ilhéus é mais que estar juntos, um ajudando o outro, mas se afirmando como ilhéu. Não é a especificidade do lugar que traz à vida ilhéu a singularidade de ser, mas os elementos que se combinam no território, entre o uso do espaço e as relações sociais. Em segundo lugar, este trabalho cooperativo, faz parte do rol ao qual denomino de relações de solidariedade entre os ilhéus. Compreende o que chamamos de trocas de favores, trocas de dia de serviço (CÂNDIDO, 2010). O vizinho ajuda na execução, no transporte, e, muitas vezes, na construção das caixas de abelhas. O que determina a escolha do vizinho que vai ajudar na confecção das caixas abelha é o grau de afinidade das famílias, construída pelas relações de trabalho desenvolvidas na vida cotidiana do território. Essa proximidade maior, entre umas famílias em detrimento a outras, corresponde a afinidades laborais nas práticas cotidianas que compõe o rol de atividades prioritárias elencadas como estratégias de confecção das caixas de abelhas. Os fatores que envolvem essas práticas de solidariedade são: o medo de adentrar na floresta sozinho à procura da madeira, o transporte até a casa, e, por fim, a confecção das caixas de abelhas que é por demais “escaldante”. Na maioria das vezes, é sim, o vizinho que é acionado para este trabalho, mas, muitos ilhéus se aliam a *pescadores profissionais*, aqueles com maior proximidade, e que desenvolvem relações comerciais com os ilhéus, ou mesmo parentes do continente. Os pescadores profissionais são muitos presentes nas ilhas, estão ali toda semana, e por meio de tantas idas e vindas, criam laços de amizade e comerciais com os ilhéus. Muitas vezes, o pescador profissional, como dito, acampado no pátio da casa ilhéu, e por isso mesmo, como uma forma de retribuição, ajuda o ilhéu no que lhe convier.

Observamos que as ilhotas são divididas entre os ilhéus para a produção de mel. São lugares que ficam próximos às ilhas de residência, com distâncias que variam entre 2 e 5 quilômetros. Calculam-se quantas caixas serão colocadas nesta ou naquela ilha, e, proporcionalmente, faz-se a divisão entre aqueles, que farão uso. As colocações das caixas nas ilhas são feitas de forma coletiva. Vários ilhéus reúnem-se em uma casa, próximo ao local de trabalho. No começo do dia é servido o café da manhã. Entre uma conversa e outra, carregam as caixas de abelha, bem como machado, enxadão e pás até os barcos. Em um barco vão as caixas de abelha, por ser muito volumoso, e, no outro, os instrumentos de trabalho e alimentos, moringas da água e lanches para a jornada de trabalho. Para o local de trabalho, deslocam-se

duas ou três embarcações, dependendo de quantos ilhéus usarão a ilhota para a produção de mel.

Figura 15: Apiário construído na Ilha Grande.



Fonte: Plano de manejo do Parque Nacional de Ilha Grande – PARNA, 2008.

Entre seis a oito meses, faz-se a primeira retirada do mel. Novamente o trabalho é feito de forma cooperativa. Reúnem-se dois ou três ilhéus, e, em seus barcos, ou canoas, saem para a execução do trabalho, *melar* as abelhas. Os equipamentos utilizados como “fole” ou “fumasse” (equipamento para lançar fumaça nas caixas de abelha, posicionando o bolo de abelhas distante dos favos que serão retirados), macacões de proteção, baldes de armazenamento de mel, são carregados até as ilhas de destino para o transporte do mel no local, na maioria das vezes, na casa do próprio ilhéu, em que será envazado para o comércio. Neste processo de produção de mel utilizam de troca de dias de serviço e, também, a remuneração em espécie por oito horas de trabalho.

Outros ilhéus preferem fazer sociedades e dividir a produção de mel. Compram os equipamentos em conjunto, constroem as caixas de abelhas dividindo as despesas de produção, e fazem a retirada do mel. Esse é o caso de Editó Tack e de Paulão que tinham na Ilha Peruzzi aproximadamente quatrocentos caixas, com produção anual de quatro mil quilos de mel. Esta foi uma sociedade que não durou muito tempo. Segundo Editó Tack, houve um desentendimento na hora da venda do mel que motivou a dissolução da sociedade. Paulão ficou

muito chateado pelo fato ocorrido, alegando que executar o trabalho em sociedade se tornava mais fácil e menos perigoso.

“[...]Cheguei lá no veio Dito.... coitado,(coçou a cabeça) tava lá sozinho, despresado....tava caíndo o barraco. Acampemo oito dia lá pescando e o veio me fez a proposta, “vem pescar comigo aqui, vamo arrumar o barraco, vamo mexer com as abelhas” Ele já tinha um pouco de abelha. E daí eu fiquei dois anos trabalhando com o veio Dito. Arrumei a casa dele tudo. Essa casa que ele tem eu derrubei tudo e fizemos tudo de novo[...].O Dito brigou comigo porque no primeiro ano nois tinha 215 caixas de abelha. Tinha espaço. Nois tiremo 4 mil quilo de mel. Aí tudo que ele tinha feito na vida ele não tinha ganhado tanto dinheiro como ganhou na primeira coieta de mel”(Entrevista, realizada em 19 de abril de 2017).

Na ilha do Senhor Edito Tack foi construída a “casa do mel”. Um local pequeno, todo cercado com tela fina, impedindo a entrada de mosquitos e, principalmente, abelhas. Tem como finalidade o armazenamento do mel colhido e o envaze. A comercialização do mel se dá, muitas vezes, na própria ilha, vendendo a pescadores esportivos e pescadores profissionais, quando não, vendendo nas cidades próximas ao parque, como Naviraí, localizada no Mato Grosso do Sul, ou Guaíra, no Paraná.

3.4 Aspectos ontológicos da produção da vida nas ilhas.

Como constatamos durante a dissertação, a ocupação das ilhas que compõem o Parque Nacional da Ilha Grande se deu por diversos motivos e em diferentes momentos históricos. Neste sentido, é possível destacarmos que não há uma relação direta entre a pauperização do trabalho no continente e a conseqüente apropriação das ilhas ou, no mínimo, podemos afirmar que este aspecto não é determinante ou exclusivo. Poderíamos dizer que aquele que entrou à ilha o fez à procura de terra, mas, mais do que isto, a procura de um trabalho diferente daquele existente no continente.

Para os moradores das ilhas, o trabalho rural no continente remetia a longas jornadas em propriedades privadas e exclusivas. Para os despossuídos de terra de cultivo, não restava outra alternativa que vender sua força de trabalho. Com a modernização da agricultura a partir de 1980, muitas pessoas, principalmente aquelas que trabalhavam nas lavouras de café, perderam seus postos de trabalho. O clico da monocultura ganhava cada vez mais espaço nas lavouras do oeste. Imputam-se, diante dessa realidade, duas conseqüências: a de fazer rearranjos laborais no próprio meio rural quando era possível, ou de deslocar-se aos centros urbanos à procura de emprego. Enfim, frente às novas tecnologias, ocorrem o cerceamento da vida laboral principalmente no meio rural.

No entanto, a apropriação das ilhas não pode ser entendida adequadamente se partimos do pressuposto de que o único fator promotor da ocupação teria sido os problemas causados pela modernização das formas de trabalho no continente. Consideramos necessário observar a dinâmica social da região do PNIG, com uma forma muito própria construída, muitas vezes, em processos de desterritorialização e de reterritorialização. Frente à necessidade de reproduzir a vida, somando-se às características regionais de localização das ilhas e aos movimentos laborais ocorridos no continente, têm-se os elementos substantivos de criação de uma vida muito própria na região estudada. Os elementos culturais trazidos do continente ao longo da história e o tipo de trabalho desenvolvido nas ilhas forneceram ao ilhéu características próprias.

Por outro lado, vários fatores fizeram com que os ilhéus deixassem seus lares e roças forçando um retorno ao continente. Dois, prioritariamente, as enchentes de 1980, que destruíram inúmeras casas e plantações (HIRATA, SILVA e MAGALHÃES, 2006) e a reformulação do local em parque com fins turísticos e de pesquisa (SCHNEIDER, 2009). Os motivos das enchentes são imprecisos e não há um fator registrado historicamente que apresente a causa. Segundo alguns ilhéus, talvez tenha sido o fechamento das comportas da Usina Hidrelétrica de Itaipu, em que, ao mesmo tempo, para contribuir com o rápido enchimento, a Usina Hidrelétrica de Rosana, rio acima, liberou grande fluxo de água. Muitos ilhéus, entre eles, Paulão e Edito Tack, acreditam que estes dois fatores contribuíram para o alagamento parcial ou total das ilhas. Para muitos ilhéus, diante do ocorrido e pelo tempo de duração das enchentes, não havia mais esperança em voltar para casa. As enchentes destruíram as condições materiais produzidas nas ilhas. Contudo, alguns ilhéus, quando as águas baixaram parcialmente, voltaram às suas casas e recomeçaram as roças e as reconstruções das casas.

Além das enchentes, com a criação do parque em 1997, iniciou-se um novo processo de desterritorialização. Era preciso deixar as ilhas em nome da legalidade que dava a elas reduto de preservação absoluta da natureza. Novas tensões e embates iniciaram-se ficando evidente a recusa ilhéu em deixar as casas e o roçado para voltar ao continente. O que estava sendo negociado era o reconhecimento de direitos individuais pela noção de comunidade tradicional construída nas ilhas (HIRATA, SILVA e MAGALHÃES, 2006).

O fim da história ilhéu não acaba com a criação do parque em 1997. Este evento, a estruturação jurídica do local, revela a lógica do Estado, ou a sua funcionalidade, a de planificar os espaços em função do capital. No entanto, o modelo jurídico de criação do parque emparedou a vida ilhéu negando, inclusive, a plenitude de execução das formas de trabalho nas ilhas que, historicamente, incorporou, pela própria dinâmica do território ilhéu, uma dimensão muito particular.

A negação planificadora do Estado-capital sufocou a historicidade ilhéu, destronou a vida social produzida nas ilhas e apontou para fora, para o continente, mas não só. Ela colocou o ilhéu na condição de fora da lei e, por isso mesmo, forçou-o simbolicamente a voltar para uma vida modelada pela lógica erigida nos moldes do capital. Tem-se uma tensão, o Estado que não reconhece o espaço ilhéu pelas marcas simbólicas e materiais produzidas nas mais diversas relações nas ilhas, e doutro, a negação ilhéu das novas formas que passa assumir o local pela legalidade que o reveste.

Além do arquétipo jurídico que modifica as formas de uso do local, o Estado apropriase de justificativas que vão desde enaltecer as necessidades de preservação da natureza para as próximas gerações, ao incentivo do turismo ecológico. São formas de justificar a força da superestrutura do Estado delineando uma clara função social para local. Isso fez com que ilhéu transitasse num espaço legal com práticas supostamente ilegais. Observa-se que o legal, além de imprimir as formas de agir no território ilhéu, imprime a simbologia de que o legal é certo, em que o tangencial, curvo e poroso território ilhéu é o contradito, o errado, e, por conta disso, o ilhéu torna-se predador ambiental.

O pivô deste processo é a ideia moderna de progresso aliada ao consumo. É confuso ter no Rio Paraná tantas usinas hidrelétricas (Usina de Rosana, em São Paulo, Itaipu, no Paraná, por exemplo) com depredações imensuráveis ao meio ambiente como já comprovado – o alagamento das Setes Quedas em Guaíra - (IPARDES, 1981) ao mesmo tempo em que não se reconhece o direito consuetudinário do território ilhéu em um espaço produzido historicamente. Por detrás desta forma de agir, encontra-se a força do poder econômico aliado a uma justificativa ideológica, que transforma o território ilhéu em um reduto exclusivo e privativo da natureza. Sabemos que a preservação da natureza é condição para a vida. No entanto, o homem se apropria da natureza para sua sobrevivência usando-a nas mais diversas formas.

O mito moderno da natureza intocada é mais um discurso tensional que tenta justificar a forma correta de apropriação dos espaços ainda selvagens, que não o diferencial, tradicional e poroso (DIEGUES, 1994). O Estado-capital se impõe e fortalece uma forma em detrimento a outro. Um espaço produzido verticalmente torna-se o certo porque homogeneizado pela lei, e o outro, diferencial, por ser horizontal, construído a partir de uma outra lógica vivencial, a lógica dos ajustes. A partir desta concepção, projeta-se sobre o espaço ilhéu a ideia de um espaço marginal, por não ter o amparo do escopo legal, o que não deixa de ser um espaço legítimo. Vemos, então, que o pano de fundo desta discussão está na relação do homem com sua forma de produzir a vida. O Estado-capital incorpora um receituário para triangulação do homem no espaço que é, ao mesmo tempo, excludente. A questão é que o espaço planejado exclui e

pauperiza as formas de reprodução da vida no modo de produção capitalista, forçando novos arranjos, novas concepções e, acima de tudo, novas práxis que geram um tipo específico de homem pelo tipo de trabalho que desenvolve.

Os processos de desterritorialização empurraram os ilhéus para fora do território, destruindo ao mesmo tempo sua historicidade, mas há aqueles que resistem em permanecer no local. Esse fenômeno remete-nos a compreender o porquê de permanecerem nas ilhas diante das ofensivas do Estado. A explicação assenta na concepção do trabalho produzido nas ilhas em relação ao continente dentro do modo de produção capitalista. A função primeira do trabalho é manter e reproduzir a vida. É a partir da força de trabalho que o homem consegue produzir mercadorias que satisfaçam suas próprias necessidades. A mercadoria assume dois aspectos, o valor de uso e o valor de troca. No comércio primitivo, no escambo, por exemplo, são comparadas duas mercadorias pelo valor de uso. A mercadoria no modo de produção capitalista, além, obviamente, de possuir o valor de uso, carrega em si o valor de troca, mensurada pela quantidade de tempo gasto em sua produção. No entanto, comprar e vender mercadoria por dinheiro é um processo inerente ao valor de troca da mercadoria. Todavia, o dinheiro é uma mercadoria que pode ser trocado por outra mercadoria, ao mesmo tempo que pode ser usado para pagar coisas. As compras de um trabalhador, prioritariamente, envolvem a aquisição de mercadoria negociada por dinheiro. Configura-se, desta forma, que o dinheiro é um meio equivalente de troca, de tal forma que o mesmo dinheiro que compra o feijão, também paga o aluguel.

Para Karl Marx, o lucro não advém da venda de uma mercadoria, o que ocorre é transferência de dinheiro de uma pessoa a outra, às vezes com acréscimos. No modo de produção capitalista, a mercadoria é produzida pelo detentor dos meios de produção. O problema repousa, então, na divisão social entre aqueles que detêm os meios de produção daqueles que não os tem. Para aquele que só tem a força de trabalho como mercadoria, obriga-se a vendê-la ao capitalista para aquisição de dinheiro, mercadoria tida, como dito, como meio equivalente de vida. Nesta relação, acontece a expropriação da força do trabalho em que os capitalistas obtêm a mais-valia daqueles que são obrigados, para suprir as necessidades da vida, a venderem sua força de trabalho por dinheiro. O capitalismo é aquele que consegue separar o trabalhador dos meios de produção. Por exemplo, um artesão na Idade Média produzia integralmente algo participando de todo o processo produtivo. Com a separação do trabalhador dos meios de produção acontece o estranhamento. O trabalhador não se sente parte integrante no processo produtivo, em que as fazes da produção são divididas em micro partes.

De fato, aqueles que adentraram às ilhas, de algum modo, vendiam sua força de trabalho em fazendas ou sítios da região. A relação vida/trabalho no continente resumia-se (como ainda se faz) na venda do trabalho para aquisição de moeda (TOMMASINO, 1985). Para tal, formulava-se uma lógica própria de trabalho que diz respeito a um conjunto de performances que o trabalhador desenvolvia, desde acordar muito cedo, caminhar até o local de trabalho, quando não se locomover em paus de arara. Estamos falando das formas de trabalho no meio rural nas décadas de 1970 e 1980 (TOMMASINO, 1985). Essas pessoas não eram detentoras dos meios de produção, restando-lhes tão somente a força de trabalho como barganha - um bom negócio para o comprador, não havendo nesta relação, de trabalho, oportunidade, e sim, exploração. Não ocorre aqui, diferentemente de um trabalho na indústria o estranhamento do trabalhador em relação a mercadoria que produz. Muitos trabalhadores rurais estavam vinculados a terra pela própria herança rural herdada dos pais, e com isso, conhecendo o processo produtivo que compunha o meio rural no período em discussão. Contudo, o trabalho nas lavouras de café, fazendas e sítios, era remunerado de diferentes formas, ou diarista, por empreitada, ou mesmo, mensalista, o que configurava uma remuneração infinitamente inferior ao trabalho desenvolvido no transcorrer do dia. Como consequência em desfavor do trabalhador, a remuneração percebida ao fim da jornada não supria as necessidades mais elementares da vida, como vestuário e comida. Podemos dizer, que diante deste cenário o que se negou, e que vem acontecendo ainda hoje, ao trabalhador das lavouras do oeste paranaense era o acesso aos meios de produção. O trabalhador que tinha como única alternativa a venda da força de trabalho não conseguia ter o suficiente em um determinado período de vida, diante da remuneração percebida, ao ponto de comprar a terra, ou, como dizem os ilhéus, *conquistar um pedaço de chão* ao longo da vida.

Essa explicação da vida e trabalho no continente remete a uma série de conflitos entre trabalho e capital que possivelmente tenha levado o ilhéu as ilhas e, ao mesmo tempo, reveste sua intenção em não sair das ilhas. Por isso, a justificativa ilhéu de permanecerem nas ilhas, remete a uma prática laboral cotidiana diferente. Enquanto, no continente, a força do trabalho é dispendida em produzir a riqueza dos donos dos *feudos*, o caráter do trabalho nas ilhas assume a função criativa e produtiva, um trabalho de intercâmbio orgânico com a natureza que funda o ser social ilhéu. Por isso, sob o domínio de um pedaço de terra nas ilhas, o trabalhador ilhéu continua produzindo, mas não uma mercadoria. O ilhéu passa a produzir com sua de força de trabalho, um produto com valor de uso. Para o ilhéu o trabalho assume efetivamente sua dimensão primeira, a dimensão de produzir a vida. No entanto, o ilhéu não produz tudo que precisa no ambiente das ilhas, mas na sua grande maioria, sim. Aquilo que falta é adquirido

pela venda do excedente de cereais produzidos no roçado, da comercialização do mel ou através da pesca. Por isso mesmo, o sujeito ilhéu assume uma forma específica de ser pelo tipo de trabalho que construiu nas ilhas

As tensões no território ilhéu que forçam sua saída marcam os sujeitos sociais como transgressores. O trabalho ilhéu e sua historicidade perdem sentido diante do que lhes é imposto como certo. Segundo Bilão, ilhéu da ilha Peruzzi, vez ou outra a polícia ambiental põe-se à sua casa. Para os ilhéus, essa é uma realidade cruel. Se, de fato, tiverem que sair, terão que assumir as condições dos meios de vida que são praticadas no continente como forma de sobrevivência. Bilão reafirma sua posição de ilhéu, ao mesmo tempo que nega sua saída das ilhas diante das ofensivas dos fiscais ambientais:

“Esses caras aí, fiscal, se pegar você sozinho eles fazem o que quiser. Hoje eles vêm ainda e abusam da farde que tem. Eles não chegam com educação. Chegam com a espingarda pensando que você é um bandido. Sabe que eu moro aqui e que faço a pesca, mas me trata como bandido” (Entrevista realizado em 12 de abril de 2017).

Além da negação eminente em voltar ao continente, Bilão deixa clara sua recusa a essa realidade se assim for imposta coercitivamente. Constrói um conjunto de argumentos em sua fala que tem como pano de fundo seu apreço pela vida diferencial que leva na ilha, frente às formas de produção da vida na cidade ou em outro lugar no continente:

“O que eu vou fazer em Guaíra se toda a minha vida é aqui. Eu não tenho renda lá embaixo. Eu também não aguento mais, a coluna [...] essas coisas, meu corpo não ajuda pra trabalhar na cidade. Eu gosto daqui demais. Eu mesmo uso o Rio para tudo “conté” coisa” (Entrevista realizado em 12 abril de 2017)

De um lado nega o trabalho formal, que poderia ser em sítios ou em fazendas, mas não deixa de trabalhar nas ilhas, *“usando o rio para tudo”*, inclusive para o sustento. Obviamente, nega-se a possibilidade de vender a força de trabalho no continente que, para muitos ilhéus, é *“fonte de todo mal”*. Por isso as ilhas, na representação ilhéu, é considerada uma terra sem mal, um paraíso, justamente por abrigar meios de vida que lhes dão a certeza de ter comida à mesa, mesmo não tendo trabalho formal. A relação *trabalho/dinheiro/meios de vida* é alterada com a vida nas ilhas. O trabalho ilhéu constrói *meios de vida* que não passa necessariamente pela troca

por dinheiro. O trabalho não é vendido a um capitalista por dinheiro e não produz uma mercadoria. O trabalho nas ilhas produz um produto com valor de uso. O feijão colhido no roçado primeiro é armazenado de tal modo que sua quantidade dê até a próxima safra. Se por ventura vier a sobrar, o produto passa a ser uma mercadoria, dando lugar ao feijão novo que será colhido em seguida. Então, prioritariamente, a produção do roçado passa primeiro, na ordem de prioridade, como sustento da família, e, depois, assume, se enquadrado como excedente, o escopo de mercadoria com valor de troca. O cálculo feito na relação trabalho e produção diz respeito à quantidade de produção que seja de tal modo suficiente ao período de entre safra até o próximo ciclo de plantio. A relação ilhéu com a terra, e conseqüentemente com a vida nas ilhas, diz respeito a uma lógica de vida em que o trabalho assume o seu fim ontológico, o de produzir a vida. Contudo, não se pode dizer que o ilhéu está ilhado ao modo de produção capitalista. O ilhéu precisa de dinheiro para adquirir outros produtos que não consegue produzir nas ilhas, como, por exemplo, sal, açúcar e, até mesmo, o óleo vegetal, que são essenciais à vida humana. Por isso, o ilhéu constrói estratégias de renda que passa pelos negócios que faz por meio da produção do mel, do aluguel da casa a pescadores turistas e profissionais, e ainda, por meio da pesca.

Para aquele ilhéu que foi obrigado a sair; quando se reporta sobre a vida social na ilha, corrobora com a mesma representação daqueles que ainda estão no território. Ao mesmo tempo que demonstram não serem donos dos meios de produção – o que nas ilhas isso era parcialmente possível pelo uso da terra - mostram que foram obrigados a reproduzir suas vidas diante de uma série de condições que passam necessariamente pela venda da força de trabalho. Além de reafirmarem que a condição de vida, *em ter ou não a comida diária*, passa, necessariamente, em vender a força de trabalho no continente. Para entendermos a fala abaixo é preciso dizer que quando os muitos ilhéus saíram das ilhas, foram enquadrados na condição de sem-terra:

“O discurso *entre os sem-terra* que já foram moradores de Ilha Grande é muito parecido. Eles reclamam da falta de indenização, sentem saudades de quando tinham suas próprias áreas e se queixam da vida atual de bóia-fria. “*A gente tinha de tudo. Agora, o dia que não tem trabalho, não temos nem o que comer*”, conta Madalena Pereira de Oliveira, 44 anos, que morou na ilha durante 19 anos. “*Tive que sair e não recebi nenhum tostão.*”

Os irmãos Antônio de Souza, 51 anos, Sirlene, 49 anos, e Aparecida, 48 anos, também se dizem desanimados com a vida de bóia-fria. “*Antes, tínhamos um gadinho e leite para as crianças. Agora, se a gente precisar comprar um litro de leite para um filho, não temos dinheiro*”, frisa Sirlene. No acampamento em que estavam, na fazenda Santa Filomena, em Vila Alta, os três irmãos não tinham nem lona para terminar de montar o barraco. “*Tive meus quatro filhos na ilha, mas não tinha documento de posse*

e fiquei sei nada", lamenta Aparecida. "Agora quero ver se consigo um pedacinho de terra." O viúvo Domingo Alves Miranda, 63 anos, é outro ex-ilhéu que vive como bóia-fria desde que deixou a ilha, onde viveu por oito anos. "Vontade de trabalhar a gente tem, mas falta a terra", ressalta. Miranda mora num barraco junto com três filhos" (Jornal Folha de Londrina, matéria publicado em 08/08/2003)²³.

Enfim, o Estado-capital através dos meios ideológicos – as superestruturas – justifica o modo de produção capitalista alegando ser a forma de produzir que mais se alinha com a natureza humana. No entanto, negando esta ordem meticulosa e parcial, podemos afirmar que a construção do trabalho passa primeiro na consciência e depois é testado na realidade, que o trabalho funda todas as coisas, o ser social e, até mesmo, a essência humana. A formulação do trabalho, o projeto mental de como interferir na natureza formula-se no imaginário e, depois num movimento necessário, direciona-se ao mundo material, *a práxis da vida*. Em grande medida, esse movimento envolve um conjunto de interações sociais, que passa pela captação e arranjo de outros profissionais. Esse movimento funda arte, a ciência e tudo mais que existe na sociedade.

Diante desta propositura, cai por terra a ideia que o capitalismo não pode ser superado. Pode sim. Não o é porque acumula lucro aos detentores dos meios de produção gerando corporações financeiras estruturadas, muitas vezes, aliadas ao Estado. O ilhéu pelo modo diferencial de vida assumido nas ilhas, ao mesmo que funda o seu território pelo que faz nas ilhas, nega a realidade pauperizante do Estado-capital. O ilhéu criou um novo reduto de vida, novas formas de produzir que não passa pela lógica do capital. Quando deixou o continente para morar nas ilhas, criou um movimento de expansão rompendo com o estabelecido, negando a suposta ordem social do modo de produção capitalista.

A ordem é necessária, mas o caos, movimento de transgressão da ordem é fundante para a construção de outras realidades, principalmente quando se nega a o estabelecido. O ilhéu passou a reconhecer no continente, a sua condição de excluído, sem acesso a quase nada para a reprodução da vida, dentro de uma ordem social excludente. Por reconhecer este processo excludente, fomentou o movimento de expansão social pela nova realidade que criou nas ilhas, chegando a uma forma de trabalho diferencial.

Essas formas de apropriação de espaços, transformando-os em espaços diferenciais, encontram-se também nos meios urbanos. Quando um vendedor ambulante de doces se dirige

²³ <http://www.folhadelondrina.com.br/geral/ex-ilheus-nao-querem-mais-ser-boias-frias-457633.html>
Consultado em 10 de outubro de 2017.

ao sinaleiro de uma avenida para vender sua mercadoria, cria naquele local um espaço tangencial. Se apropria de um local, territorializar o lugar, criando uma forma de vida marginal. Mesmo que o Estado-capital formule meios ideológicos que forcem as pessoas a venderem sua força de trabalho aqueles que detém os meios de produção, fazendo frente esse sistema, novos meios de vida são criados, negando uma lógica de exploração, de pauperização das formas de produzir a vida. A capacidade de inferência do homem em transformar a natureza é infinita. O problema repousa que esta natureza além de ser privada, no modo produção capitalista, se torna exclusiva. De alguma forma, isto explica a vida diferencial dos ilhéus, bem como os embates que travaram ao longo de sua vida nas ilhas com Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro capítulo da dissertação fizemos a construção da apresentação geográfica do local de estudo situando o leitor na dimensionalidade de atuação do pesquisador no parque. Ao mesmo tempo que mostrando politicamente as contradições entre um espaço concebido, imposto e delimitado pelo território do parque sobre as formas de apropriação ilhéu. É pelas formas de concepção do uso do espaço, que se pode observar a dupla dimensão de uso do local. De um lado, pela fabricação de um espaço vertical e imposto, o Estado estrutura o uso do lugar, restringindo a ação humana que passa a ser vigiada pelo próprio Estado e pela sociedade. A natureza passa ser local de preservação absoluta, e, a historicidade de uso do local passa a ser desconsiderada. Por outro lado, o ilhéu, pelas práticas de apropriação e uso do espaço nas ilhas, pela territorialidade que desenvolveu no território do parque, produz um espaço material e social que remete ao vivido, frouxo e horizontal, pelo viés do possível.

Essa dupla dimensão só foi possível ser visualizada pelo modo de concepção e uso do espaço de estudo. Ela emanou do campo em si. De um lado as forças policiais impondo-se em nome da preservação natural do local, o Ministério Público Federal, movendo ações de despejo das famílias ilhéus no continente, sem mesmo, a possibilidade de indenização. Por outro lado, o ilhéu, pela forma de uso do local, pela historicidade e a construção de uma identidade coletiva gravitando em torno do entendimento de comunidade tradicional, assume uma forma de resistência que questiona as ações judiciais, mostrando que a lógica vivencial, por demais, se distancia do reto e metrificado, concebido pelo Estado do local.

Após uma breve apresentação das políticas de formação do parque em detrimento a vida ilhéu, são formulados os conceitos de espaço e território, conceitos que se relacionam entre si, se coadunam, no momento em que, o espaço ilhéu é territorializado, formando um novo território, que podemos chamar de território ilhéu, com objetivações diferentes do território do parque.

É, com o surgimento do fenômeno urbano, *que a vila se torna cidade, e que a sociedade se torna urbana*, assim a noção de espaço no modo de produção capitalista passa a ser formulada por Henri Lefebvre. Essa discussão produzida por Lefebvre, marca uma crítica profunda em direção aos tecnocratas urbanistas, alegando ser o espaço uma extensão do poder do Estado, de tal modo, que sua concepção atende exclusivamente ao modo de produção capitalista, pela ideologia de ordem e fluidez. De outro lado, foi preciso dialogar com o conceito de território dentro da concepção de Haesbaert, observando sua dupla dimensão, proposta pelo autor. O

território assume uma dimensão mais simbólica, por construir, por exemplo, dentro do universo cultural, um sujeito específico se comparado com o de fora, e, uma outra dimensão mais concreta, aquela que incute medo por marcar o local, como um lugar de poder, de propriedade, restrito.

A abordagem utilizada ambiciona compreender as dimensionalidades do próprio campo. Na intersecção entre o conceito de espaço e território, foi possível entender os movimentos estruturantes do local e, a vida fluida do ilhéu. Por isso, unindo as observações do campo com o campo teórico, podemos, em uma aproximação preliminar, apresentar, que a formulação do território do parque, pela legalidade que o reveste, projeta sobre o território ilhéu, a externalização do uso do poder pelo Estado, impondo um limite em que não se cabe a extensão da vida ou a historicidade produzidas no local. A manifestação do poder pelo Estado, na formulação do PNIG, atende a um interesse muito específico, por isso mesmo, proibindo o fluxo e ressaltando o fixo dentro do território que formulou verticalmente.

Finalizando o primeiro capítulo, atendo-me ao conceito de desterritorialização, no qual, o Estado provoca a desestruturação do espaço ilhéu em todos os seus aspectos, desde cultural, social, político, econômico e acima de tudo, material. Com os meios de legitimação, o Estado reveste-se de uma roupagem, tanto ideológica quanto jurídica, para impor a concepção, de que suas projeções de uso do espaço, ou na formulação dos espaços sociais, são de melhor uso do espaço, atendendo a razão moderna e metrificada da vida em detrimento daquela forma que não ordenada, que vai se formando pelos ajustes a atalhos de sobrevivência, pelo vivido. A verticalização da força do Estado na concepção do espaço sobre as formas de vida ilhéu, remonta a ideologia de ordem social superior que emana do Estado, e por isso mesmo, negando a forma de vida ilhéu, que se arranja diante das combinações que fazem, principalmente, dentro do universo econômica, nos ajustes de uma forma de vida que precisar sobreviver.

Por isso, para o ilhéu, a desterritorialização é prejudicial. Retirar o ilhéu das ilhas, das suas formas de trabalho e das relações que desenvolveu no local é um modo de negar a possibilidade de que a vida se faz por arranjos, principalmente a vida moderna. A vida ilhéu, pela sua resistência com desterritorialização mostra-se como uma grande crítica a racionalidade do capital. Pela vida embrutecida na exploração da força de trabalho, ao mesmo tempo pela necessidade de viver, ou produzir para viver, o sujeito moderno se obriga enquadrar-se, o que para muitos, mesmo se esforçando não se é possível. Por isso mesmo, podemos, por analogia, acreditar que o Estado serve apenas, tão somente ao capital.

Olhar para a vida ilhéu e sua resistência em sair, pelos gritos de identidade e o próprio uso da justiça, soa como uma crítica profunda ao modo econômico praticado na sociedade moderna. Mostra que é possível uma forma de vida que produz, primeiro, o suficiente para reproduzir a vida, quando muito o excedente seja comercializado. Por isso, o ilhéu, que se mostra, objetivando a negação em sair de *seu lar*, negando a quadratura imposta pelo Estado se morando no continente, formulou um nas ilhas um território imaterial, pelas relações de sobrevivência, bem como, projetou sobre o regional a formulação de um lugar diferente. A ideia de um espaço social rústico, bruto pela própria natureza que o reveste, mas também, de uma terra onde se tem saúde, trabalho e muito alimento à mesa. Em que o tempo do dia é medido pelo sol, e o ano, pelas estações. Estações estas que marcam os períodos de plantio e colheita.

Se olharmos para vida moderna no continente, em especial nos núcleos urbanos entorno das ilhas, podemos dizer que o espaço social dessas cidades, construídos a partir da modernidade é constantemente monitorado pelo Estado. As posições estruturantes de uso do espaço colocam a vivência social em uma camisa de força, de tal modo, que transgredir aos seus limites representa a estigmatização do transgressor pelo uso do espaço de modo diverso do que foi concebido. Por exemplo, as casas, nas cidades se dividem em bairros ricos, ditos bairros *bons* para se viver, em comparação a bairros pobres, com valor de mercado aquém em comparação aos bairros ricos. Por analogia, as pessoas são medidas pelo lugar de moradia, estigmatizando o sujeito pela localização do seu espaço de vida.

Em grande medida, isso explica os conflitos sociais pelo uso do espaço, ao mesmo tempo a *estamentalização* da sociedade moderna em função do valor de troca, com ordem prioritária sobre o espaço horizontal, aquele com valor de uso, produzido pelo vivido. Por isso, podemos dizer, que pelo território do parque, os espaços nas ilhas se projetam como espaços turístico, ambiental e de pesquisa. Essa forma de concepção estrutura a ideia de um *telos* social que passa necessariamente pela ordem estabelecida pelo Estado, que é prejudicial e excludente dentro do modo de produção capitalista. Se o fim, da ordem econômica no continente, podemos dizer, for o trabalho para o lucro dos donos dos meios de produção, o ilhéu rompe com este *telos*, e testa um modelo de organização social que prioriza a vida, a que, a natureza, o turismo ou a pesquisa, podem se aliar a vida nas ilhas, e, não um, ser motivo de negação de outro.

Esta dupla dimensão perceptível no campo de estudo revela, de um lado, que a superestrutura do estado se reveste ideologicamente do discurso que organiza o espaço do parque em prol da preservação da natureza, de tal modo, que a natureza se torna mais importante que aqueles que a preservam de fato, o sujeito ilhéu. Além do que, o Estado cria um arquétipo

legal que coloca sobre o ilhéu uma armadura que o impede de dialogar com a natureza ou mesmo usá-la de forma sustentável. Por outro lado, por esse embarreiramento, negando o processo de desterritorialização, o ilhéu apresenta uma crônica social pela forma de produzir que formulou no local. O ilhéu passa a se preocupar nas ilhas em produzir um produto com valor de uso, diferentemente, daquela concepção mercadológica, de que o objetivo do trabalho assalariado remonta a produção de uma mercadoria com valor de troca. Evidência que vida ilhéu formula uma lógica muito própria quando visa objetivação de um lugar rebelde, que grita os segredos e códigos ideológicos do lucro escondidos pela superestrutura do Estado/capital. O ilhéu como modo de produzir ou objetivar seu trabalho nas ilhas e, sua negação em não se desterritorializar, denuncia a exploração da vida em nome do lucro, quando se reproduzem economicamente para si, e, não para um mercado. O produto ilhéu até tem um valor de troca, mas sua gestação só é levada a cabo, quando este já cumpriu a sua finalidade primeira, o uso. O vivido nas ilhas, na luta em permanecer em suas terras, com sua forma de vida, negando a desterritorialização do Estado/capital, produz uma dimensão material, simbólica e social que é diferente da concebida pelo Estado.

Observando a implicância da projeção imposta do Estado através do território do parque sobre o território horizontal ilhéu, passo a produzir o segundo capítulo. Para isto, custou sair do território ilhéu e trefegar com o ilhéu fora das ilhas. Foi preciso fazer um levantamento dos elementos históricos da região pinçando características que ajudaram a formar a subjetivação ilhéu, que é objetivada nas ilhas, principalmente pela economia que desenvolve no local. Essa volta à história regional às ilhas teve como finalidade mostrar, que o ilhéu é, por não poder ser outra ser, a soma de suas circunstâncias. Ele não é só ilhéu por morar em ilhas, mas, o sujeito ilhéu é a soma de sua historicidade.

Por mais que voltemos longe demais na cronologia histórica do local, desde a formação da Linha de Tordesilhas e o tratado de Madri, chegando as frentes econômicas e sociais na região de Guaíra, o fizemos com o propósito de ver com amplitude os tipos humanos que foram sendo configurados na fronteira com o Paraguai e Argentina. Esse sujeito é o conseqüente formador de um local muito próprio, a vida social nas ilhas do Rio Paraná.

Não obtivemos elementos para dizer que foi por influência, de ser, a região de estudo, uma região de fronteira, que as ilhas assumiram uma configuração social tal como observada hoje. Por outro lado, foi preciso olhar para o regional, levantando através da história do lugar, que o regional apresenta uma composição fluida pelos mais diversos interesses econômicos e sociais, com vários processos de desterritorialização e reterritorialização ao longo de sua formação social. Vez ou outra, fazia-se presente, mais o domínio do Estado na região, vez ou

outra, por exemplo, *pelas obrageiras* e suas atividades de exploração, articulavam e organizavam a vida social, pelas atividades econômicas e políticas que exerciam na região.

Com o ciclo do desmatamento, novas formas de trabalho são eleitas na região, atraindo para o local imigrantes a procura de terra, pessoas para o trabalho braçal ou, outras, empregando-se em latifúndios no trabalho com a criação de gado ou nas lavouras de café. Com a mecanização muitos postos de trabalho foram extintos, a maquinaria ocupa lugar da força de trabalho familiar e esta *toma o rumo* à cidade, ou periferia. Possivelmente, somando todos esses elementos de formação social do regional, bem como, a falta de emprego vinculado a terra, que muitos trabalhadores do continente se alocaram nas ilhas do Rio Paraná. No entanto, não se usou como balizamento as causalidades sociais do continente, como falta de trabalho, por exemplo, como fundamento que levou o sujeito às ilhas.

Trafegando entre a *regressão e progressão social ilhéu*, tomemos os processos históricos de formação regional, com a finalidade entender os elementos de formação da *genericidade*²⁴ do ser ilhéu. Por isso, pelo método adotado somando-se as observações de campo, contribuíram para um entendimento da vida nas ilhas e suas práticas de usos dos espaços, pelas nuances que reveste o ser ilhéu. Por exemplo, foi verificado no decorrer da pesquisa, que era preciso entender qual a matriz cultural do tipo de homem rural presente na ilha, para entender suas formas de uso do roçado. Concluímos, então, que não se podia entender o processo de remexer a terra de cultivo nas ilhas, bem como, os períodos do plantio e colheita, sem olhar o meio social daquelas formas de uso da terra no continente.

Desta forma, conseguimos mensurar que o sujeito ilhéu, para longe de ser um tipo exclusivo pelo lugar que ocupa, é também, um sujeito histórico e relacional, um tipo de homem rural do continente, que trouxe para as ilhas elementos sociais objetivados nas vestimentas, numa forma própria de falar e de se relacionar, tudo isso, observado a partir das relações de trabalho que desenvolvem nas ilhas. Por exemplo, o chapéu de palha e a bota em couro, são elementos de proteção do corpo adotados pelos colonizadores para se protegerem, tanto da mata densa quanto na lida com a roça, principalmente na lida com o café. Pelas fotos consultadas sobre a formação econômica e social da região, através, principalmente em livros de história, via-se esses aparatos que outrora era usado no continente, presentes no corpo do ilhéu.

²⁴ Conceito trabalhado por Marx em “O Capital”, que retrata sobre a construção do ser genérico pelo universo histórico e relacional em que o indivíduo está inserido. A genericidade remete entender os elementos culturais, políticos e sociais, ou do trabalho de formação do ser genérico, sua subjetividade, que, depois é externalizada pelas objetivações, principalmente pela articulação do trabalho.

Finalizando o segundo capítulo, destacamos que para olhar o ilhéu e os processos de formação da sua subjetividade foi preciso olhar sua formação social regional, fazendo uso, como recurso metodológico, da história da região. Concluímos que os elementos substantivos que ilhéu absorveu pelo trabalho que desenvolver no continente, somando-se com as combinações feitas no lugar apropriado, ajudaram no entendimento daquela forma de ser nas ilhas.

O terceiro capítulo se reveste do intento de garimpar o sujeito ilhéu, elencando alguns tipos ideais. Foi preciso olhar para o ilhéu, diferenciando dos outros grupos humanos que trafegam nos espaços das ilhas. Isto foi feito para se fazer comparações e traçar o jeito próprio do ser ilhéu. Por outro lado, observando as formas de trabalho nas ilhas, pelo uso que os ilhéus fazem da terra e a atividade econômica com o mel. Elencamos essas duas formas de trabalho por achar que aglutinam elementos razoáveis que dessem respostas ao entendimento da apropriação ilhéu, frente a luta social contra o território do parque.

Constatou pelas formas de lida com a terra no roçado, e as práticas de produção de mel e venda, que essas formas de reprodução da vida, formou um sujeito muito específico, justamente pela concepção de trabalho adotada nas ilhas. O ser diferente aqui se reveste de uma concepção de trabalho que nega elementos do modo de produção capitalista, ao mesmo tempo, critica a teleologia ideológica da mercadoria de que toda mercadoria tem que ser produzido para um fim mercadológico. Essa concepção de trabalho que passa primeiro pelas necessidades de produzir a vida, faz ser erigido alguns elementos simbólicos e culturas que explicam o porquê de os ilhéus relatarem em não sair do seu território, remetendo no discurso a comparação entre a vida no continente e nas ilhas.

Os ilhéus apresentam uma percepção paradisíaca da ilha. Nas entrevistas semiestruturadas vez ou outra, via-se dizer que viver nas ilhas era como estar alocado em uma terra que cura, que acalma, que dá saúde e prosperidade, uma terra que se assemelha a um paraíso. A noção de um lugar melhor, por exemplo, em detrimento ao continente, que é formulado pelo ilhéu remete, especificamente, as ilhas e a fertilidade de suas terras, além do que, todos os meios o lugar de moradia e tudo aquilo que o lugar pode trazer de bom para reproduzir a vida. O paraíso ilhéu, então, seria um local onde *corre leite e mel*, de fartura e prosperidade, de tranquilidade e boa saúde. Por não existir a fome e escassez, essa ideia de paraíso levou muitos ilhéus a concluírem que é uma *terra sem mal*, em que, o mal remete as formas de trabalho no continente. A personificação do mal para o ilhéu não são os seres inanimados que trafegam o mundo espiritual, mas a falta de trabalho e, como consequência, a falta de alimento à mesa.

Todavia, por considerar o local um paraíso, portanto *a terra do bem*, o ilhéu remete a duas circunstâncias importantes para pensarmos a apropriação ilhéu no território do parque. De um lado, são as formas de produção que embasa o discurso de paraíso, se funda na própria forma de produzir a vida que é diferente com a do continente, e, de outro, enche a vida ilhéu de um simbolismo que explica a força, mesmo diante dos processos de desterritorialização, de ainda resistem reterritorializando suas vidas nas ilhas.

O ilhéu no seu roçado, naquela pequena clareira que abre na floresta, produz sua sobrevivência, de modo que o faz, degradando o mínimo possível a natureza. Por isso, pelo trabalho com a terra, mas não só, pelos arranjos que faz de sobrevivência, o ilhéu tem o alimento a mesa, mesmo não tendo um emprego formal. O ilhéu participa do processo produtivo que estrutura na ilha e produz, primeiro para si, e não ao mercado local ou regional. No entanto, essa forma de trabalho nas ilhas externaliza uma objetivação que funda o ser social ilhéu. É pelo trabalho objetivado, pela lida com a terra ou arranjos que faz de sobrevivência, que funda um sujeito ilhéu muito próprio ao ponto, de no discurso produzido a partir da realidade vivida nas ilhas, negar o modo de vida no continente como sendo um lugar de muito sofrimento, muitas vezes, pelo trabalho exaustivo e sem remuneração. No imaginário ilhéu, a representação de uma possível condição de vida no continente, passa por uma concepção de lugar de fome, abrigos precários, uma terra de dor.

Enfim, podemos concluir que a formação do território do parque remete para o ilhéu o ápice de sua desterritorialização, a ameaça eminente de voltar ao continente. Para o ilhéu, segundo a forma jurídica que foi concebido o parque, sem possibilidade da presença humana, mostra como o Estado/capital se inscreve no espaço social ordenando a sociedade dentro de uma caixa, metrificada. Por isso, a apropriação por mais que é resultado da pauperização da vida pelo capitalismo, se manifesta como forma de resistência e luta ao Estado/capital, desconstruindo a verticalização na imposição de um espaço, que em nome da ordem, força as pessoas a se enquadrarem num mundo de divisas.

OBRAS CITADAS

ABREU, C. F. **A Foz do Iguaçu**: ligeira descrição de uma viagem feita de Guarapuava à Colônia de Foz do Iguaçu em novembro de 1892. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1896.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010.

CAROU, H. C. Territorialidad y fronteras del estado-nación: las condiciones de la política en un mundo fragmentado. **Política y Sociedad**, n. 4, p. 29-38, 2001.

COLODEL, J. A. **Cinco séculos de história**. Estratégias de desenvolvimento regional: Região Oeste do Paraná. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

COSTA, O. R. G. **Planos de colonização oficial aplicados, a partir da década de 1930, em zonas pioneiras e de povoamento, no Estado do Parana**. In: Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, 5., 1976, Belo Horizonte. **Anais...**Belo Horizonte: UFMG, 1976. p. 817-840.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, 1994.

GODOY, A. M. G. O Parque Nacional de Ilha Grande: controvérsias sobre a população. **Cardernos da biodiversidade**, v. 2, n. 13, p. 21-37, dez. 199.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Territórios e multiterritorialidade**: um debate. *GEOgraphia*, v. 9, n. 17, p. 19-45, 2007.

LAZIER, H. **Paraná: terra de todas as gentes e de muita história**. Francisco Beltrão: Grafit, 2003.

LEFEBVRE, H. **La production de l' espace**. Paris: Éditions Antrhopos, 2000.

MACEDO, M. M. Notas sobre a relação Estado e Sociedade no Paraná: uma breve digressão para o período 1853-1965. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 7, p. 117-137, 2011.

MALINOWSKI, B. Tema, método e objetivo desta pesquisa. In: MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1976, p. 21-38.

MARTINS, J. de S. O tempo da fronteira. Retorno à constrovérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frete pioneira. **Tempo Social**, v. 2, n. 10, p. 25-70, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O capital: critica de economia política, volume I. Abril Cultural, 1988

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 9, n. 1, p. 41-64, 2006.

MORGAM, N. L.; CASTANHA, A. P. Conflitos entre índios e europeus na região de Guaíra no Paraná: séculos XVI e XVII. **Faz Ciência**, v. 13, n. 18, p. 205-228, jul./dez. 2011.

OLIVEIRA, R. C. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Unesp, 1993.

PÁDUA, M. T. J. Sistema brasileiro de unidades de conservação: de onde viemos e para onde vamos. In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. **Anais...** Curitiba: Universidade Livre do Meio Ambiente, 1997. p. 15-23.

PARNA. Plano de manejo do Parque Nacional de Ilha Grande. **Plano de manejo do Parque Nacional de Ilha Grande**. Curitiba: UFPR, 2008.

PRIORI, A. et al. **História do Paraná**: séculos XIX e XX. Maringá: EDUEM, 2012.

PRIORI, A. Legislação e Política Fundiária no Estado do Paraná (1889-1945). **Sæculum: Revista de História**, n. 26, p. 133-147, jan./jun. 2012.

QUINTANEIRO, T. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim, Weber. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

SAINT-PIERRE, H. L. **Max Weber**: entre a paixão e a razão. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

SCHENEIDER, M. M. M. O Parque Nacional de Ilha Grande, produção e consumo do território turístico. Dourados:UFGD, 2009.

SELL, C. E. **Sociologia clássica**: Marx, Durkheim e Weber. Petrópolis: Vozes, 2015.

TOMMASINO, K. **Fugindo do sistema**: começo e fim da utopia dos ilhéus do rio Paraná. São Paulo: Atlas, 1985.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. Curitiba: Editora dos Professores, 1967.